

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Cav CARLOS ALBERTO MOUTINHO VAZ

**As relações econômicas e militares entre o Brasil e os
países-sede das missões de paz da ONU com participação
brasileira: O caso de Angola**



Rio de Janeiro

2012

Maj Cav CARLOS ALBERTO MOUTINHO VAZ

As relações econômicas e militares entre o Brasil e os países-sede das missões de paz da ONU com participação brasileira: O caso de Angola

Tese apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Militares.

Orientadora: Major Rejane Pinto Costa

Co-Orientador: Tenente-Coronel Carlos Alberto de Moraes Cavalcanti

Rio de Janeiro

2012

V 393 Vaz, Carlos Alberto Moutinho.
As relações econômicas e militares entre o Brasil e os países-sede das missões de paz da ONU com participação brasileira: O caso de Angola. / Carlos Alberto Moutinho Vaz.
– 2012.
183 f. : il; 30cm.

Tese (Doutorado) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2012. Bibliografia: f. 167-179

1. Relações Internacionais. 2. Missões de paz. 3. Angola. I. Título.

CDD 341.23081

Maj Cav CARLOS ALBERTO MOUTINHO VAZ

As relações econômicas e militares entre o Brasil e os países-sede das missões de paz da ONU com participação brasileira: O caso de Angola

Tese apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Militares.

Aprovado em 5 de outubro de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Rejane Pinto Costa – Maj – Dra. Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Carlos Alberto de Moraes Cavalcanti – Ten Cel R1 – Dr. Membro
Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil

Eduardo Tavares Martins – Ten Cel – Dr. Membro
15º Regimento de Cavalaria Mecanizado

Kai Michael Kenkel – Prof. – Dr. Membro
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Alex Jobim Farias – Prof. – Dr. Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Este trabalho é dedicado a todos os boinas azuis brasileiros que, algum dia, muito longe de seus lares, trabalharam anonimamente para levar a paz do Brasil ao mundo.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Major do Exército e Professora Doutora Rejane Pinto Costa, por seu dedicado trabalho no acompanhamento da minha pesquisa. Sua paciência na orientação e suas palavras de estímulo em muito ajudaram na superação dos obstáculos que se impõe aos que aceitam este tipo de desafio.

Ao Embaixador Alexandre Addor-Neto, pela constante disposição em atender às minhas solicitações, dedicando, inclusive, um espaço em sua atribulada agenda a uma longa conversa, instrutiva e inspiradora.

Ao Tenente-Coronel do Exército e Doutor Carlos Alberto de Moraes Cavalcanti, do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, pela orientação paciente e motivadora na fase inicial deste trabalho, abrindo os caminhos para o prosseguimento da pesquisa.

Ao Centro Brasileiro de Relações Internacionais, *think-tank* da mais alta competência, que me possibilitou comparecer a eventos, conhecer pessoas e acessar material bibliográfico que em muito engrandeceram esta pesquisa.

Ao Estado-Maior do Exército, particularmente aos integrantes da 5ª Subchefia, pelo apoio irrestrito ao meu trabalho, permitindo inclusive minha presença em suas dependências, durante a fase da pesquisa documental.

A todas as pessoas que se prontificaram a serem entrevistadas ou a responderem aos questionários formulados para viabilizar a pesquisa de campo. Sabemos que o tempo é um bem precioso nos dias de hoje e esperamos que a parcela de seus tempos dedicada a esta pesquisa reverta para o progresso do estudo das ciências militares.

Aos companheiros instrutores e alunos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, por suas contribuições, ainda que muitas vezes involuntárias, para a realização deste trabalho.

Ao amigo Tenente-Coronel e Doutor Eduardo Tavares Martins, por participar das Bancas de Qualificação e de Aprovação da Tese, fazendo observações da maior relevância, que em muito contribuíram para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Ao Major Gelson de Souza, amigo de longa data e companheiro doutorando na mesma linha de pesquisa, pelo constante compartilhamento de ideias e pela boa vontade em ajudar sempre que solicitado.

À minha esposa Claudia, companheira inseparável ao longo deste trabalho, pela compreensão da minha dedicação em dias e horários em que deveríamos estar juntos e pelas palavras carinhosas de estímulo diárias.

Ao meu pai, Coronel Vaz, companheiro desta e de todas as outras jornadas, pelo apoio na revisão do trabalho, pelo carinho e pela disposição em estar sempre ao meu lado, para apoiar em tudo o que fosse preciso.

“Aos países democráticos desvinculados de esquemas de poder, como o Brasil, interessa o fortalecimento do sistema multilateral, única base plausível para a construção de uma ordem internacional que não se fundamente na desigualdade e na força. Especificamente o Brasil deve continuar valorizando as Nações Unidas — organização de maior universalidade e legitimidade no campo da paz e da segurança —, bem como seu principal instrumento de atuação nessa área, as operações de manutenção da paz”. (Embaixador Paulo R. C. Tarrisse da Fontoura)

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo principal preencher uma lacuna existente na produção acadêmica, acerca das possíveis influências da participação de brasileiros em operações de manutenção de paz da ONU sobre o relacionamento bilateral entre o Brasil e o país-sede da operação, particularmente nos campos econômico e militar. Para tanto, foi selecionado como objeto de estudo o chamado “caso Angola”, cuja temporalidade permitiria, ao mesmo tempo, encontrar as informações já consolidadas e contatar informantes que vivenciaram o período em estudo. Ademais, a participação brasileira nas operações naquele país foi diversificada em relação às demais e as iniciativas de aproximação entre Brasil e Angola foram notórias na época das operações. A fim de delimitar o caso em estudo e de evitar generalizações indevidas, foi necessária a construção inicial de um referencial teórico, abordando a teoria da Sociedade Internacional, e de uma delimitação do caso, abrangendo os antecedentes do relacionamento entre Brasil e Angola, a Política Exterior Brasileira para Angola, as relações econômicas entre o Brasil e a África e a participação brasileira nas operações de manutenção de paz da ONU. Posteriormente, em uma fase descritiva do trabalho, passou-se a apresentar detalhadamente a participação brasileira nas missões da ONU em Angola, no período entre 1989 e 1999, e, a seguir, a evolução das relações bilaterais Brasil-Angola, nos campos econômico e militar, no mesmo período. Na sequência, por meio de pesquisas documental e de campo, buscou-se identificar a possível relação de influência entre a participação brasileira nas operações e a concretização das iniciativas de aproximação econômicas e militares entre os dois países. A investigação desta relação foi realizada mediante o emprego de técnicas de pesquisa qualitativa, enquadradas no método conhecido como estudo de caso. O resultado final desta investigação evidenciou uma influência positiva, porém apenas residual entre os aspectos pesquisados, o que levou a uma comprovação parcial da hipótese estabelecida inicialmente. Por fim, foram apresentadas as sugestões para o prosseguimento das pesquisas sobre o assunto e as observações finais do autor.

Palavras-chave: Operações de Manutenção de Paz, Angola, Relações econômicas e militares do Brasil

ABSTRACT

This research aimed to fill a gap in the academic literature about the possible influences of Brazilian participation in United Nations peacekeeping operations on the bilateral relationship between Brazil and the host country of the operation, particularly in the economic and military aspects. Therefore, it was selected as the object of study the "Angola case", which temporality would allow, at the same time, to find the information already consolidated and to contact people who experienced the period under study. Moreover, the Brazilian participation in the operations in such country was diversified in comparison to others and the approaching initiatives between Brazil and Angola were notorious in that period. In order to characterize the case study and to avoid undue generalizations, it was indispensable the initial construction of theoretical framework, addressing the theory of International Society, and a delimitation of the case, addressing the history of the relationship between Brazil and Angola, the Brazilian Foreign Policy to Angola, the economic relationship between Brazil and Africa, and the Brazilian participation in UN peacekeeping operations. Later, in a descriptive phase of the research, it was presented in details the Brazilian participation in UN missions in Angola, between 1989 and 1999, and then, the evolution of the Brazil-Angola bilateral relations in the economic and military aspects in the same period. Subsequently, through documentary and field research, it was sought to identify the possible relationship of influence between the Brazilian participation in operations and the implementation of initiatives for economic and military approximation between these two countries. The investigation of this relationship was conducted through the use of qualitative research techniques, framed in the process known as a Case Study Research. The end result of this investigation showed a positive, but only mild influence between the aspects studied, which led to a partial verification of the hypothesis initially established. Finally, suggestions were made for further researches on the subject and concluding observations of the author were shown.

Keywords: Peacekeeping operations, Angola, Brazil's economic and military relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa Político de Angola.....	60
Figura 2 – PIB de Angola por setor em 2003.....	65
Figura 3 – Desdobramento da UNAVEM III em 5 de julho de 1995.....	110
Figura 4 – Desdobramento da UNAVEM III em 25 de setembro de 1996.....	115
Figura 5 - Centro de Formação Profissional do Cazenga.....	133
Quadro 1 – Aspectos principais da atuação dos brasileiros nas UNAVEM I, II e III e na MONUA.....	144
Quadro 2 – Aspectos principais das relações econômicas Brasil-Angola.....	144
Quadro 3 – Aspectos principais das relações militares Brasil-Angola.....	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Balança Comercial Brasil X Angola entre 1989 e 2000 (em US\$ FOB).....	129
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABED	Associação Brasileira de Estudos de Defesa
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
BIAO	Banco Internacional da África Ocidental
BID	Base Industrial de Defesa
CACEX	Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil
CAECOPAZ	Centro Argentino de Entrenamiento Conjunto para Operaciones de Paz
CIE	Centro de Inteligência do Exército
CIOPaz	Centro de Instrução de Operações de Paz
CMCoord	Civil-Military Coordination
CMO	Chief Military Observer
CMVF	Comissão Mista de Verificação
COTer	Comando de Operações Terrestres
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DAI	Divisão de Atos Internacionais do MRE
DNU	Divisão das Nações Unidas do MRE
DOI	Departamento de Organismos Internacionais do MRE
DPKO	Department of Peacekeeping Operations
EB	Exército Brasileiro
ECEME	Escola de Estado-Maior do Exército
EGN	Escola de Guerra Naval
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica
EME	Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior das Forças Armadas
END	Estratégia Nacional de Defesa
EPI	Economia Política Internacional
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FAA	Forças Armadas Angolanas
FAD	Fundo Africano de Desenvolvimento

FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional para a Libertação de Angola
FTs	Forças Transnacionais
GURN	Governo de Unidade e Reconciliação Nacional
HQ	Headquarters
HRW	Human Rights Watch
IME	Instituto Militar de Engenharia
LFDTs	Land Force Doctrine and Training System
MD	Ministério da Defesa
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MINUSTAH	Mission des Nations Unies pour la Stabilization en Haiti
MONUA	Missão de Observação das Nações Unidas em Angola
MONUC	United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo
MRE	Ministério de Relações Exteriores
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MTCR	Missile Technology Control Regime
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIG	Organizações Internacionais Governamentais ou Intergovernamentais
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUMOZ	Operação das Nações Unidas em Moçambique
PALOPS	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PDN	Política de Defesa Nacional
PEI	Política Externa Independente
PIB	Produto Interno Bruto
PKO	Peacekeeping Operations
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSTC	Peace Support Training Centre
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
R/1	Militar da Reserva Remunerada do Exército Brasileiro

RI	Relações Internacionais
SIPRI	Stockholm International Peace Research Institute
SOFA	Status of Forces Agreement
SRSG	Special Representative of the Secretary-General
TNP	Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UCAH	United Nations Humanitarian Assistance Coordination Unit
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNAVEM I	United Nations Angola Verification Mission I
UNAVEM II	United Nations Angola Verification Mission II
UNAVEM III	United Nations Angola Verification Mission III
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
UNDP	United Nations Development Programme
UNDSS	United Nations Department of Safety and Security
UNEF I	United Nations Emergency Force I
UNHCR	United Nations High Commissioner for Refugees
UNIC	Centro de Informação das Nações Unidas
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNMA	United Nations Mission in Angola
UNMIS	United Nations Mission in Sudan
UNMO	United Nations Military Observer
UNOA	United Nations Office in Angola
UNOPS	United Nations Office for Project Services
UNPO	United Nations Police Observer
UNSCOB	United Nations Special Committee on the Balkans
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	TEMA E PROBLEMA.....	19
1.2	OBJETIVOS DA PESQUISA E QUESTÕES DE ESTUDO.....	20
1.3	JUSTIFICATIVA.....	22
1.4	HIPÓTESE.....	23
1.5	ALCANCES E LIMITES.....	24
1.6	CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA.....	25
1.7	ESTRUTURA DA TESE.....	26
2	METODOLOGIA DA PESQUISA	28
2.1	A PESQUISA QUALITATIVA.....	28
2.2	O ESTUDO DE CASO.....	34
2.3	A PESQUISA DE CAMPO – POPULAÇÃO E PROCEDIMENTOS.....	37
3	REFERENCIAL TEÓRICO	43
3.1	PRESSUPOSTOS BÁSICOS DAS PRINCIPAIS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	43
3.2	A TEORIA DA SOCIEDADE INTERNACIONAL.....	50
4	AMBIENTAÇÃO DO CASO EM ESTUDO	58
4.1	ANTECEDENTES DO RELACIONAMENTO ENTRE BRASIL E ANGOLA..	59
4.2	POLÍTICA EXTERIOR BRASILEIRA PARA ANGOLA ENTRE 1975 E 1999.....	67
4.3	RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE O BRASIL E A ÁFRICA ATÉ 1999.....	78
4.4	OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DE PAZ DA ONU E A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA.....	87
5	PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS MISSÕES DE PAZ DA ONU EM ANGOLA	98
5.1	A UNAVEM I.....	99
5.2	A UNAVEM II.....	102
5.3	A UNAVEM III.....	108
5.4	A MONUA.....	119
6	RELAÇÕES ECONÔMICAS E MILITARES ENTRE BRASIL E ANGOLA NO PERÍODO ENTRE 1989 e 1999	125
6.1	SÍNTESE DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DOS PAÍSES.....	125

6.2	ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ASPECTOS DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS.....	127
6.3	ANTECEDENTES DO RELACIONAMENTO MILITAR.....	136
6.4	ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ASPECTOS DAS RELAÇÕES MILITARES...	138
7	COLETA, ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	143
8	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	160
	REFERÊNCIAS	167
	APÊNDICE A – ROL INICIAL DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTAS....	180
	APÊNDICE B – EXEMPLO DE QUESTIONÁRIO.....	182

1 INTRODUÇÃO

O Brasil emerge nesta segunda década do século XXI em uma posição de destaque no cenário internacional. O País apresenta uma democracia consolidada e uma situação econômica que se caracteriza pela estabilidade e pela tendência de crescimento contínuo.

Esta posição de destaque é materializada, dentre outros fatores, pelo notável desempenho da economia brasileira ao enfrentar as crises econômicas que se abateram sobre o mundo em 2008-2009 e em 2012, e pela manutenção do pleno funcionamento das instituições que caracterizam o estado democrático de direito, diferentemente do que ocorre em alguns países no subcontinente sul-americano.

Assim sendo, é natural que o Brasil passe a buscar cada vez mais a ampliação de sua inserção no contexto das nações. Ao longo da história, esta busca de projeção internacional pelas nações que se sobressaíam em termos de desenvolvimento foi observada em diversas oportunidades. Isto ocorreu com os mais variados objetivos e foi levado a efeito tanto por meios pacíficos quanto, em certos casos, pelo emprego da violência em diferentes níveis.

Neste contexto, é importante ressaltar que a Constituição Brasileira de 1988 estabelece, dentre os princípios que orientam as relações internacionais brasileiras, a não intervenção, a autodeterminação dos povos e a solução pacífica dos conflitos. Assim sendo, o Brasil é sistematicamente contrário às intervenções em territórios estrangeiros que deixem de observar os princípios acima mencionados. (BRASIL, 1988)

Quanto ao comércio internacional, pode-se afirmar que a conquista e a ampliação de mercados externos é tarefa de grande dificuldade, uma vez que os conflitos de interesses entre nações, não raro, geram barreiras ao tão professado livre-cambismo. Dentre estes conflitos, pode-se destacar o impasse relacionado aos subsídios agrícolas norte-americanos e europeus e à liberalização de importações de produtos industrializados pelos países em desenvolvimento, impasse este que tem inviabilizado as negociações da Rodada de Doha da Organização Mundial de Comércio (OMC). (CERVO, 2008)

A Organização das Nações Unidas (ONU) é um organismo internacional que foi criado ao final da 2ª Guerra Mundial, em 1945, com a finalidade de preservar a paz entre os povos. Ao final daquele conflito, as potências vencedoras (Estados

Unidos, União Soviética, Reino Unido, França e China) entenderam que havia necessidade de uma nova organização mundial para buscar a paz entre as Nações, uma vez que a Liga das Nações fracassara neste sentido. (PAIXÃO, 2008)

Assim, foi elaborada a Carta das Nações Unidas, onde os Estados-membros delegaram a responsabilidade de manutenção da paz e da segurança internacionais a um único órgão com poder decisório, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Este Conselho é composto por cinco membros permanentes e dez não permanentes ou rotativos, eleitos pela Assembleia Geral, por períodos de dois anos. Os assentos permanentes foram ocupados pelas cinco potências vencedoras da Segunda Guerra, que lograram garantir, além desse espaço especial no CSNU, a dependência de seus votos afirmativos para a validação das decisões do Conselho, o que ficou conhecido como direito de veto. (ONU, 1945 e 2010a)

A reforma da estrutura do CSNU, com a ampliação do número de assentos permanentes, tem sido constantemente pleiteada por países cujas expressões política, econômica e militar os coloquem em posição de maior relevância internacional. Neste grupo se insere o Brasil, além de nações como a Índia, a Alemanha, a África do Sul e o Japão. (CERVO, 2008)

Desde a sua criação, a ONU foi acionada para: impedir que certas disputas se transformassem em guerras; persuadir partidos oponentes a usar a mesa de negociação, ao invés da força das armas; e ajudar a restabelecer a paz, nos momentos de crise. Durante décadas, a ONU ajudou a conter e pôr fim a inúmeros conflitos, fazendo isso, muitas vezes, através do desdobramento de operações de manutenção da paz. (ONU, 2003)

Ao longo de sua existência, a ONU têm sofrido críticas constantes, particularmente pelo seu alto custo de manutenção e pela lentidão na condução de questões altamente relevantes para o mundo. Entretanto, existe o reconhecimento internacional quanto à imprescindibilidade daquela Organização, conforme assevera o Embaixador Marcos Azambuja:

A ONU é ineficiente, é complicadora, é cara, é burocrática, é lenta. E é absolutamente indispensável. Em outras palavras, toda a crítica à ONU é procedente. Mas é preciso o reconhecimento de que sem ela não haveria jogo jogável. Se não houvesse um secretariado internacional com a idoneidade que se espera, não haveria conferência. A ONU é a expressão do que o mundo pode ser. É o nosso retrato. Não gostar da ONU é não gostar do mundo. Tenho sobre a ONU as mais ferozes críticas que se pode imaginar, mas ficaria aterrorizado se houvesse qualquer coisa que a descreditasse ou a ameaçasse. A ONU é a expressão da nossa

globalização, da nossa interdependência. A ONU é a cara do mundo. (AZAMBUJA, 2012, p. 1)

As operações de manutenção de paz da ONU, comumente chamadas no Brasil de missões de paz¹, tiveram início em 1948. Desde então, foram criadas sessenta e três missões, sendo que, destas, quarenta e sete já foram encerradas e dezesseis ainda estão em curso. Elas envolvem um investimento financeiro significativo. Estima-se que o custo total das operações de paz de 1948 a 30 de junho de 2010 tenha sido da ordem de US\$ 69 bilhões. Somente para o período de 01 de julho de 2012 a 30 de junho de 2013, foi aprovado um orçamento de aproximadamente US\$ 7,23 bilhões. (ONU, 2012)

No *Handbook on United Nations Multidimensional Peacekeeping Operations*, consta que a resposta internacional à ruptura da paz e segurança evoluiu firmemente desde a primeira operação de paz da ONU em 1948. As operações de paz cresceram em complexidade e amplitude, deixando de ser missões de observação militar para se tornarem operações multidimensionais, contemplando a atuação de grupos multidisciplinares em diferentes ramificações das operações. Conseqüentemente, o esforço militar sob comando da ONU também se alterou e não se restringe mais somente à intervenção levemente armada que se fazia nos primeiros quarenta anos de manutenção da paz. (ONU, 2003)

Esta evolução das chamadas operações “clássicas” para as “multidimensionais” ocorreu no final da década de 80 e no início da década 90, período este que coincidiu com o desdobramento da primeira intervenção da ONU em Angola, a *United Nations Angola Verification Mission I* (UNAVEM I). Desde então, foram desdobradas mais três operações naquele País, por mais uma década: as UNAVEM II e III e a Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA). Posteriormente, as Nações Unidas estabeleceram o *United Nations Office in Angola* (UNOA) e a *United Nations Mission in Angola* (UNMA), missões estas de caráter puramente administrativo. (FONTOURA, 1999)

¹ As atividades das Nações Unidas no campo da paz e da segurança internacionais foram classificadas pelo Secretário-Geral da ONU Boutros Boutros-Ghali, por meio dos documentos denominados “Uma Agenda para a Paz”, de 1992, e “Suplemento de Uma Agenda para a Paz”, de 1995. Para ele, as atividades poderiam ser agrupadas em: *preventive diplomacy* (diplomacia preventiva), *peacemaking* (promoção da paz), *peacekeeping* (manutenção da paz), *post-conflict peace-building* (promoção da paz) e *peace-enforcement* (imposição da paz). No âmbito das Forças Armadas brasileiras, é comum a referência a todos estes tipos de operações como missões de paz.

O conjunto dessas operações teve contribuição significativa para o desenvolvimento de Angola e, particularmente, para o fim de uma sangrenta Guerra Civil que se estendia desde os anos que antecederam a independência do País, ocorrida em 1975.

O Brasil participou ativamente das quatro operações da ONU ocorridas em solo angolano. Esta participação começou com um modesto envio de observadores militares à UNAVEM I e culminou com um efetivo de mais de mil homens na UNAVEM III. Este grande contingente contava não apenas com os chamados “boinas azuis” militares e policiais, como também com observadores eleitorais, caracterizando a presença de civis brasileiros em operações daquela natureza. (FONTOURA, 1999)

1.1 TEMA E PROBLEMA

Este trabalho tem como tema geral “A participação do Brasil em operações de paz desde a 2ª Guerra Mundial: reflexos na política externa brasileira”.

Severino (2002) destaca a importância da problematização do tema para o perfeito encadeamento das ideias ao longo do trabalho de pesquisa. Desta forma, faz-se necessária a abordagem dos antecedentes do problema a ser investigado.

O Brasil tem procurado, ao longo dos últimos anos, aumentar a sua representatividade no cenário internacional. Isso se deve, particularmente, às evoluções política e econômica do País. Desta forma, torna-se imperiosa a busca por oportunidades de maior inserção brasileira em áreas mundiais de interesse.

Em, 1989, o Brasil enviou o primeiro contingente de militares para a *United Nations Angola Verification Mission I* (UNAVEM I). Este passo inicial foi seguido pelo envio contínuo de militares brasileiros para as UNAVEM II e III e, posteriormente, para a Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA).

O trabalho realizado pelos militares brasileiros foi destacado positivamente, tanto no âmbito das Nações Unidas quanto na literatura especializada no assunto. Entretanto, o que mais chamou a atenção dos observadores externos foi a facilidade com que os brasileiros se aproximavam do povo angolano. Esta aproximação foi decorrente de diversos fatores de identidade existentes entre os povos do Brasil e de Angola. (FONTOURA, 1999)

Os trabalhos acadêmicos sobre a participação militar brasileira em Angola mencionam, com frequência, alguns avanços ocorridos nos relacionamentos econômico e militar entre Brasil e Angola durante as missões. Neste contexto, são comuns as referências a acordos firmados, à atuação de empresas brasileiras no País africano, a trabalhos de melhoria da infraestrutura viária angolana, dentre outras ações. (MASCARENHAS, 1996 e ROCHA, 2000)

No entanto, a relação de influência entre a participação das tropas brasileiras nas missões e as aproximações econômica e militar entre Brasil e Angola não receberam uma abordagem científica até o presente momento. Assim sendo, ainda não foi possível a mensuração das contribuições efetivas da participação brasileira para a aproximação entre os dois países, o que impossibilitou, ainda, a extensão de eventuais contribuições decorrentes das missões em Angola para outras operações de manutenção da paz em que as Forças Armadas brasileiras se viram envolvidas.

Do exposto, e no intuito de aprofundar o tema, este trabalho foi desenvolvido com base no seguinte problema:

Em que medida a participação brasileira em operações de manutenção de paz da ONU em Angola (1989-1999) influenciou as aproximações econômica e militar entre os dois países?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA E QUESTÕES DE ESTUDO

Quanto aos objetivos de pesquisa, Gonsalves (2007), propõe uma distinção entre o objetivo geral do trabalho, que baliza o que se pretende alcançar com a realização da pesquisa, e os objetivos específicos, relativos a aspectos mais pontuais e direcionados à consecução do objetivo geral.

Desta forma, objetivo geral estabelecido para esta pesquisa é: identificar as possíveis influências da participação brasileira em operações de manutenção de paz da ONU em Angola sobre as aproximações econômica e militar entre os dois países.

Para que se possa atingir o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Descrever a participação Brasileira nas operações de manutenção de paz em Angola (UNAVEM I, II e III e MONUA);

- Descrever, dentro dos campos econômico e militar, as relações entre Brasil e Angola no período em que se desenvolveram as operações; e
- Identificar as possíveis influências da participação brasileira em operações de manutenção de paz da ONU em Angola sobre as iniciativas de aproximação econômicas e militares ocorridas entre os dois países.

A fim de permitir a consecução dos objetivos propostos, possibilitando a validação ou não da hipótese formulada, foram elaboradas questões de estudo. Tais questões serão enumeradas a seguir e foram subdivididas em quesitos relacionados a cada um dos objetivos específicos, de modo a facilitar o encadeamento do trabalho de pesquisa.

a. Quanto à participação brasileira nas missões de paz em Angola

- 1) Como se desencadeou o processo decisório do governo brasileiro, que resultou na participação do Brasil nas UNAVEM I, II e III e na MONUA?
- 2) Que atividades desenvolveram os militares e civis brasileiros durante suas participações nas operações de manutenção de paz em Angola?

b. Quanto ao relacionamento econômico Brasil-Angola entre 1989-1999

- 1) Quais foram as condicionantes internas e externas que influenciaram o relacionamento econômico entre Brasil e Angola?
- 2) Como evoluíram as relações econômicas entre o Brasil e Angola no período em estudo?

c. Quanto ao relacionamento militar Brasil-Angola entre 1989-1999

- 1) Como se processava o relacionamento militar entre o Brasil e Angola no período que antecedeu imediatamente à participação brasileira na UNAVEM I?
- 2) Como evoluíram as relações militares entre o Brasil e Angola no período em estudo?

d. Quanto à relação de influência entre a participação nas operações e os relacionamentos econômico e militar Brasil-Angola entre 1989-1999

- 1) Que influências as participações brasileiras nas UNAVEM I, II e III e na MONUA exerceram sobre as aproximações econômica e militar entre os dois países?
- 2) Como os possíveis resultados de aproximação bilateral, influenciados pela participação nas operações de manutenção de paz em Angola, poderiam servir de parâmetros para orientar a ação do Estado Brasileiro em operações correntes ou futuras em outros países?

1.3 JUSTIFICATIVA

A participação brasileira nas operações em Angola já foi objeto de trabalhos bibliográficos, técnicos e acadêmicos. Nestes trabalhos, além da descrição das atividades realizadas pelos indivíduos e unidades brasileiras, são comuns as menções isoladas a algumas iniciativas de integração econômica e militar entre Brasil e Angola, ocorridas no período em que se desenvolveram as missões².

No campo econômico, as relações entre Brasil e Angola no período estudado evoluíram enquadradas no grande contexto do relacionamento entre o Brasil e o continente africano, conforme a política exterior brasileira daquele período (PANTOJA; SARAIVA, 1999). Este assunto será abordado com maior profundidade quando da exposição do referencial teórico que embasa a presente pesquisa.

Já no campo militar, a pesquisa preliminar mostrou um relacionamento incipiente entre os países até o início do período em estudo. Assim sendo, pôde-se observar o início da aproximação entre as Forças Armadas brasileiras e angolanas, observada durante os anos em que se desenvolveram as missões de paz da ONU no País africano. As iniciativas de aproximação militar envolveram, dentre outros, assuntos, o intercâmbio educacional e o fornecimento de material militar. (MASCARENHAS, 1996)

Entretanto, existem algumas lacunas a serem preenchidas no contexto da literatura sobre a participação brasileira nas missões de paz em Angola. Trata-se, inicialmente, de realizar um estudo mais aprofundado sobre a atuação brasileira em cada operação e de reunir as informações sobre a evolução dos relacionamentos econômico e militar entre os dois países naquele período. Posteriormente, de estabelecer as relações entre a participação nas operações e os progressos ocorridos no relacionamento Brasil-Angola. Logo, pode-se inferir que há ainda um

² A literatura básica sobre a participação brasileira em operações de manutenção de paz da ONU pode ser considerada a obra dos embaixadores Afonso José S. Cardoso (1998) e Paulo Roberto C.T. da Fontoura (1999). No meio acadêmico, a particularização da participação nas operações em Angola pode ser encontrada nas dissertações de mestrado de Tatiana V. Maia (UFRGS, 2006) e Eduardo Moretti (PUC-SP, 2009). No âmbito do Exército Brasileiro, o assunto foi abordado por diversos autores, com destaque para Luís V. de J. Francisco (ECEME, 2000), Elias R. Martins Filho (ECEME, 1999), Humberto F. M. Mascarenhas (ECEME, 1996) e Gil H. Rocha (ECEME, 2000). Todos estes trabalhos foram revisados no Referencial Teórico desta Tese e seu estudo inicial revelou que abordam apenas parcialmente o tema ora em estudo.

vasto campo de pesquisa sobre o assunto, com a possibilidade de se agregar contribuições importantes para a condução das missões de paz correntes e futuras.

Conforme já mencionado, o Brasil procura ampliar sua inserção internacional, mas vê esta ampliação limitada em decorrência de condicionantes internos e externos de diversas naturezas. O que se busca é a consolidação do reconhecimento do Brasil como nação madura, economicamente estável e próspera, possuidora de um poder nacional que a coloque entre os países reconhecidos como *global players* no contexto das nações. (GONÇALVES; MANDUCA, 2008)

Neste contexto, avultam de importância as operações de manutenção de paz a cargo da ONU, uma vez que estas podem se constituir em um mecanismo legítimo de aproximação entre o Brasil e os países-sede das missões, projetando o poder nacional brasileiro para fora dos limites de suas fronteiras.

Assim sendo, seria de grande valia investigar os possíveis resultados de aproximação bilateral decorrentes da participação nas missões de paz em Angola para que servissem de embasamento para o delineamento das ações políticas, diplomáticas, econômicas e militares voltadas para a participação brasileira em futuras missões de mesma natureza.

1.4 HIPÓTESE

Costa e Costa (2009, p. 117) entendem a hipótese como uma “resposta prévia à questão formulada”, que “deve ser elaborada a partir da experiência do pesquisador e de observações”.

A hipótese formulada para a presente pesquisa é a de que: “as participações brasileiras nas UNAVEM I, II e III e na MONUA influenciaram positiva e diretamente as aproximações entre Brasil e Angola, tanto no campo econômico quanto no campo militar”.

1.5 ALCANCES E LIMITES

Inicialmente, cabem algumas considerações acerca das expressões do poder nacional selecionadas para serem exploradas ao longo da pesquisa. Conforme a indicação do título, o trabalho estará focado nas expressões econômica e militar.

A fim de permitir a melhor compreensão sobre esta delimitação, passar-se a apresentar um breve referencial conceitual.

Poder nacional é o conjunto integrado dos meios de toda a ordem de que dispõe a nação, acionados pela vontade nacional, para conquistar e manter os objetivos nacionais. Apresenta-se como uma síntese de vontades e de meios de toda a ordem, destinado a cumprir um papel fundamental na sociedade nacional, de modo a assegurar-lhe sobrevivência, ordem, equilíbrio, coerência e desenvolvimento. (BRASIL, 2004b)

Para melhor compreensão, o poder nacional é estudado nas expressões política, econômica, científico-tecnológica, psicossocial e militar. Apesar de dividido por expressões, deve ser uno e indivisível. (BRASIL, 2004b)

Quanto às definições de cada uma das expressões, não existe um consenso no meio acadêmico. Entretanto, para delimitação dos aspectos a serem estudados no âmbito das expressões econômica e militar, tomaremos por base os fatores descritos por Castro (1994), em obra considerada referência no assunto.

No tocante à motivação da seleção das expressões econômica e militar, pode-se afirmar de forma simplificada que estas apresentaram diferenciais significativos em relação às demais, no âmbito ao caso estudado, conforme o exposto a seguir. Além disso, considera-se que a delimitação em duas expressões possibilitou o aprofundamento desejado do trabalho de pesquisa desenvolvido.

Quanto à expressão militar, do estudo preliminar da documentação relativa à participação das tropas brasileiras em Angola, pôde-se constatar a existência de indícios de um estreitamento de relações que perdura até os dias atuais. Ademais, a aproximação do Brasil com países-sede das missões de paz está em consonância com a documentação do Exército Brasileiro relativa ao assunto.

A participação do Brasil em missões de paz caracteriza-se como um instrumento muito útil da política externa. Além de representar o cumprimento com suas obrigações em nível mundial na matéria, contribui para estreitar as relações com países de particular interesse para política externa brasileira. (BRASIL, 2010a).

No tocante à expressão econômica, julgou-se que este campo apresentava um grande potencial de aproximação entre o Brasil e os países-sede das missões, particularmente os do continente africano, o que é corroborado pelas descobertas iniciais acerca do caso Angola. Adicionalmente, os fatores relativos à expressão econômica apresentam a vantagem de poderem ser mensurados, em muitos casos, por meio de indicadores precisos.

Apesar dos obstáculos, as estatísticas comerciais brasileiro-africanas dos últimos vinte e cinco anos apresentam quadro relativamente positivo. [...] Dadas as afinidades culturais e a familiaridade estimulada por condições semelhantes de terreno e clima, as empresas brasileiras possuem vantagens comparativas para participar no desenvolvimento africano. O patamar tecnológico de nossas empresas permite atuação em setores de média complexidade, dotados de capacidade indutora, como a formação profissional, a construção civil, a agricultura, e outros. (PIMENTEL, 2000)

Passa-se agora às delimitações de tempo e espaço.

Quanto ao período a ser pesquisado, o estudo está concentrado entre os anos de 1989 a 1999. Este período corresponde ao intervalo de tempo em que os civis e militares brasileiros se fizeram presentes nas missões de paz UNAVEM I, II e III e MONUA.

Quanto ao espaço, o trabalho estará focado em Angola, uma vez que a percepção das contribuições militares e econômicas da participação brasileira fica facilitada por meio da observação de transformações ocorridas naquele País.

Em relação ao escopo da pesquisa propriamente dito, faz-se importante ressaltar que a proposta é realizar estudos paralelos sobre a participação brasileira nas missões de paz em Angola e sobre as aproximações militar e econômica Brasil-Angola no período considerado. Em uma fase conclusiva e, dentro do ineditismo esperado para o trabalho, pretendeu-se buscar a correlação entre os dois temas buscando a influência do primeiro sobre o segundo.

1.6 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

A literatura diplomática atual deixa claro que existe uma tendência de que os países contribuintes para missões de paz da ONU procurem tirar partido das suas participações nas operações para, deliberadamente, buscar a aproximação com os países-sede nos assuntos de seu interesse. (BRAECKMAN, 2009)

No caso do Brasil, embora haja o amplo reconhecimento de que “a inserção do Brasil na esfera internacional através das missões de paz é um instrumento estratégico da política externa brasileira para garantir seus objetivos regionais e internacionais” (GONÇALVES; MANDUCA, 2008, p. 8), as pesquisas não indicam haver uma integração sinérgica entre os ministérios das Relações Exteriores, da Defesa e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior no sentido de potencializar o aproveitamento das missões de paz como mecanismo de aproximação. (FONTOURA, 1999)

Assim sendo, acredita-se que as operações de manutenção de paz sejam realmente mecanismos importantes para que o Brasil não somente cumpra suas obrigações quanto aos mandatos estabelecidos pelo CSNU, como também busque a aproximação para com os países-sede nos assuntos de interesse brasileiro. Este pensamento é coerente com a visão expressa no portal eletrônico do Exército Brasileiro:

A participação do Brasil em missões de paz caracteriza-se como um instrumento muito útil da política externa. Além de representar o cumprimento com suas obrigações em nível mundial na matéria, contribui para estreitar as relações com países de particular interesse para política externa brasileira. (BRASIL, 2010a).

Desta forma, o estudo da experiência de Angola poderia servir como base para, uma vez identificados os reais resultados de aproximação bilateral, decorrentes da participação nas operações de manutenção de paz, formar-se um arcabouço de conhecimentos que pudessem ser estendidos às missões da ONU atuais e vindouras em que o Brasil se veja envolvido.

1.7 ESTRUTURA DA TESE

O percurso metodológico percorrido ao longo da pesquisa foi detalhado na Seção que se segue a esta introdução, na qual se procurou indicar as abordagens metodológicas selecionadas, bem como descrever os aspectos técnicos dos procedimentos de pesquisa científica empregados, procurando relacioná-los aos autores que os desenvolveram.

A Seção 3 destinou-se à apresentação do referencial teórico básico, que sustenta e que serve como marco inicial para a execução da pesquisa. Consta

daquela Seção uma apresentação dos pressupostos básicos das principais teorias das relações internacionais e uma particularização da Teoria da Sociedade Internacional, buscando identificar nesta última os principais aspectos que materializam a relação bilateral ora em investigação.

A ambientação do caso em estudo foi realizada na Seção 4. Para tanto, foram selecionados os seguintes assuntos, cuja abordagem conceitual preliminar viabilizou o desenvolvimento dos capítulos subsequentes: Antecedentes do relacionamento entre Brasil e Angola, incluindo uma síntese histórica de Angola, e culminando com a evolução do conflito que ensejou o desdobramento das operações da ONU naquele país; Política exterior brasileira em relação a Angola entre 1975 e 1999; Relações econômicas entre o Brasil e a África até 1999; e Operações de manutenção de paz da ONU, enfatizando a participação brasileira.

A Seção 5 teve por finalidade realizar uma análise pormenorizada da participação brasileira nas operações de manutenção de paz ocorridas em Angola entre 1989 e 1999. Foram enfocados aspectos como o desdobramento das operações e sua motivação, o processo decisório que resultou na participação brasileira e as atividades desenvolvidas pelos diferentes grupos de participantes.

A Seção 6 abordou as relações econômicas e militares entre Brasil e Angola no período entre 1989 e 1999. O que se pretendeu foi realizar uma investigação acerca de como evoluíram tais relações durante a época estudada. Para tanto, foram selecionados aspectos relacionados às questões de estudo propostas para a presente pesquisa.

Na Seção 7, foram realizadas a coleta, a análise e a apresentação dos resultados. Naquela Seção, os aspectos relativos aos assuntos pesquisados nas duas seções anteriores foram confrontados, a fim de investigar a possível relação de influência entre eles. Consta ainda da Seção 7 o relatório do estudo de caso, que consolida os resultados do trabalho.

A Seção 8 destinou-se à conclusão da tese. Seu texto compreende a avaliação final sobre a comprovação ou refutação da hipótese, os principais achados da pesquisa e as recomendações para pesquisas posteriores, dentro do mesmo assunto.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta Seção destina-se a apresentar os procedimentos metodológicos empregados ao longo do presente trabalho. Para isso, proceder-se-á Inicialmente ao enquadramento metodológico da pesquisa, conforme a proposta de Gonsalves (2007), que organiza e subdivide o trabalho de investigação de forma a se obter um perfeito encadeamento das ideias. Posteriormente, é realizada uma apresentação mais pormenorizada do estudo de caso, por entender-se que a natureza da presente pesquisa permite o seu enquadramento neste método.

2.1 A PESQUISA QUALITATIVA

Conforme a classificação de Gonsalves (2007), segundo as fontes de informação, pode-se afirmar que o presente trabalho foi elaborado com base em pesquisas bibliográfica, documental e de campo.

Assim sendo, caberia uma diferenciação inicial entre os conceitos de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete às contribuições de diferentes autores sobre um assunto, atentando para fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias.

Entende-se por fontes primárias dados originais produzidos pelas próprias pessoas que os coletaram. Este tipo de fonte é caracterizado pela relação direta com os fatos a serem analisados: o sujeito faz um relato, observa uma fotografia, analisa uma gravação.

[...]

Por sua vez, a compreensão de fontes secundárias remete para aqueles “dados de segunda mão”. Nesse caso, não se tem uma relação direta com o acontecimento registrado, mas sim com conhecimento de elementos ou de sujeitos mediadores. (GONSALVES, 2007)

Desta forma, no que tange à pesquisa bibliográfica, foram selecionadas para este trabalho fontes classificadas por Gil (2010, p. 61-65) como livros de leitura corrente, obras de referência, teses e dissertações. Especificamente quanto à produção acadêmica, a principal fonte foi o Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Adicionalmente, foi consultado o sistema integrado de bibliotecas *Pergamum*, por intermédio da biblioteca da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

A revisão bibliográfica permitiu a formulação do Referencial Teórico, que consta da Seção 3 da presente tese, bem como a ambientação do caso, que foi realizada na Seção subsequente. A execução da pesquisa propriamente dita se desenvolveu de acordo com as seguintes etapas, também estabelecidas por Gil (2010): formulação do problema, elaboração do plano de trabalho, identificação das fontes, localização das fontes e obtenção do material, leitura do material, confecção de fichas, construção lógica do trabalho e redação do texto.

Quanto à pesquisa documental, a coleta das fontes primárias ocorreu em visitas do autor a arquivos de instituições ligadas ao tema em estudo. A título de exemplo, podem ser mencionados o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério da Defesa (MD), a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e o Estado-Maior do Exército (EME). Paralelamente, foram obtidos diversos documentos na rede mundial de computadores (Internet). Quanto às páginas pesquisadas, podem ser mencionadas as do *Department of Peacekeeping Operations (DPKO) da Organização das Nações Unidas (ONU)*, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), do Banco Mundial e do *Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)*.

A análise do conteúdo dos documentos foi executada conforme as fases estabelecidas por Gil (2010): a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos dados, inferência e interpretação. A pré-análise corresponde à organização e às leituras preliminares da documentação, a fim de ratificar a seleção dos documentos e de prepará-los para a fase seguinte. Já a exploração do material é o estudo sistemático das fontes documentais, organizando e classificando os dados para a execução da fase final. A última etapa é a do tratamento dos dados, inferência e interpretação, com a finalidade de validar as informações e torná-las pertinentes à pesquisa em execução. (GIL, 2010)

Quanto à pesquisa de campo, Gonsalves a define como a pesquisa que “pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada”. Acrescenta a autora que a pesquisa de campo é “aquela que exige do pesquisador um encontro mais direto, a fim de possibilitar a reunião de um amplo conjunto de informações a serem documentadas”. (GONSALVES, 2007, p.69)

Neste trabalho, a pesquisa de campo foi executada por meio de visitas do autor a instituições ligadas ao tema em estudo, a fim de realizar entrevistas com especialistas. Na impossibilidade da realização de entrevistas com os informantes

selecionados, pelo distanciamento geográfico ou pela incompatibilidade de agenda, foram remetidos questionários, conforme é abordado ainda nesta Seção.

Quanto à natureza dos dados, esta pesquisa pode ser considerada prioritariamente qualitativa. Segundo Gonsalves (2007, p.69), este tipo de pesquisa “preocupa-se com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas” (p. 69).

Chizzotti (2003, p. 221) acrescenta que

O termo qualitativo implica em uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa.

A opção pela pesquisa qualitativa ocorreu em decorrência da especificidade do assunto pesquisado, o que inviabiliza a seleção de um grande número de informantes. Desta forma, houve a necessidade de uma rigorosa seleção dos entrevistados e dos respondentes, além de um tratamento qualitativo quando da análise e da interpretação dos dados coletados.

Entretanto, Gonsalves (2007, p. 69) faz a ressalva de que a prática da pesquisa qualitativa não exclui a execução paralela de pesquisa quantitativa nos aspectos em que se busque uma “explicação de causas, por meio de medidas objetivas”.

Assim, a análise quantitativa foi empregada particularmente quando do estudo do relacionamento comercial entre Brasil e Angola, já que a observação das variações dos fluxos comerciais poderia fornecer informações relevantes quanto à evolução do relacionamento econômico em estudo.

No tocante aos objetivos, pode-se afirmar que a natureza do presente trabalho faz com que ele contemple tanto a pesquisa descritiva quanto a pesquisa explicativa e a pesquisa exploratória. Cabe desde já a alusão a esta possibilidade de interseção entre estes três tipos de pesquisa, assim expressa por Gil (2010, p. 28):

Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza desta relação. Neste caso tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. Por outro lado, há pesquisas que, embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias.

Quanto à pesquisa descritiva, Gonsalves estabelece que “ela objetiva descrever as características de um objeto de estudo”. Acrescenta, ainda, a autora que esta pesquisa “não está interessada no porquê, nas fontes do fenômeno; preocupa-se em apresentar suas características”. (GONSALVES, 2007, p.67)

Desta forma, pode-se afirmar que a pesquisa descritiva foi desenvolvida em uma fase inicial do trabalho, quando foram descritas inicialmente a participação brasileira nas operações de manutenção de paz em Angola e, posteriormente, as relações econômicas e militares entre os dois países, no período em que se desenvolveram aquelas missões.

Já a pesquisa explicativa, é conceituada por Gonsalves (2007, p. 68) como aquela que “pretende identificar os fatores que contribuem para ocorrência e o desenvolvimento de um determinado fenômeno. Buscam-se aqui as fontes, as razões das coisas”. Assim pode-se afirmar que esta pesquisa é explicativa quando da investigação da relação de influência entre a participação dos contingentes militares brasileiros nas UNAVEM I, II e III e na MONUA e os eventuais progressos alcançados nos relacionamentos econômico e militar entre Brasil e Angola.

No que tange à pesquisa exploratória, Gil (2010, p. 27) afirma que ela tem como principal finalidade “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Desta forma, o presente trabalho pode ser classificado em seu sentido mais amplo como uma pesquisa exploratória, já que a literatura existente não apresenta subsídios consistentes sobre a relação de influência ora em estudo, e que a proposta é justamente realizar uma investigação inicial que enseje pesquisas posteriores sobre o tema.

Quanto aos procedimentos de coleta, além das pesquisas bibliográfica e documental já mencionadas, será realizado o estudo de caso, definido como “o tipo de pesquisa que privilegia um caso particular, uma unidade significativa, considerada suficiente para análise de um fenômeno” (GONSALVES, 2007, p. 69). Cabe aqui a ressalva muito importante de que, para muitos autores, o estudo de caso não consiste em um procedimento de coleta e sim em um método completo de pesquisa qualitativa. Esta visão é compartilhada por este autor, com base na obra de Robert Yin.

Em resumo, o método do estudo de caso permite que os investigadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – como os ciclos individuais da vida, o comportamento dos pequenos grupos, os processos organizacionais e administrativos, a mudança de vizinhança, o desempenho escolar, as relações internacionais e a maturação das indústrias (YIN, 2010, p.24)

Antes de particularizar o método do estudo de caso, cabe mencionar alguns preceitos que norteiam o processo de análise na pesquisa qualitativa. Para tanto, observe-se o que afirma Gil:

A análise dos dados nas pesquisas experimentais e nos levantamentos é essencialmente quantitativa. O mesmo não ocorre, no entanto, com as pesquisas definidas como estudos de campo, **estudos de caso**, pesquisa-ação ou pesquisa participante. Nestas, os procedimentos analíticos são principalmente de natureza qualitativa. E ao contrário do que ocorre nas pesquisas experimentais e levantamentos em que os procedimentos analíticos podem ser definidos previamente, não há fórmulas ou receitas predefinidas para orientar os pesquisadores. Assim, a análise dos dados na pesquisa qualitativa passa a depender muito da capacidade e do estilo do pesquisador. (GIL, 2010, p. 175, grifo do autor)

Prosseguindo em sua explicação sobre a análise qualitativa, Gil (2010) menciona Miles e Huberman (1994), que apresentam como etapas a serem seguidas na análise dos dados a redução, a apresentação e a conclusão/verificação.

Em linhas bem gerais, a redução engloba a seleção, a simplificação, a abstração e a organização dos dados, conforme os objetivos da pesquisa. Esta etapa é contínua ao longo de todo trabalho, sendo fundamental uma categorização adequada dos dados.

A apresentação corresponde à “organização dos dados selecionados de forma a possibilitar a análise sistemática das semelhanças e diferenças e seu inter-relacionamento” (GIL, 2010, p. 175). Nesta fase, ocorre o processo analítico propriamente dito, que pode resultar em uma reclassificação dos dados que atenda aos objetivos da pesquisa em melhores condições.

A última etapa é a conclusão/verificação, que

requer uma revisão para considerar o significado dos dados, suas regularidades, padrões e explicações. A verificação, intimamente relacionada à elaboração da conclusão, requer a revisão dos dados quantas vezes forem necessárias para verificar as conclusões emergentes. Os significados derivados dos dados precisam ser testados quanto à sua validade. Cabe considerar, no entanto, que o conceito de validade é diferente do adotado no contexto das pesquisas quantitativas, que se refere à capacidade de um instrumento para medir de fato aquilo que se propõe a medir. Aqui validade significa que as conclusões obtidas dos dados são dignas de crédito, defensáveis, garantidas e capazes de suportar explicações alternativas. (GIL, 2010, p. 176)

No prosseguimento de sua obra, Gil menciona os dez princípios e práticas orientadoras da análise qualitativa, inspiradas na obra de Renata Tesch:

1. A análise não é a última fase do processo de pesquisa; ela é cíclica ou concomitante à coleta de dados. [...]
2. O processo de análise é sistemático e compreensivo, mas não rígido. [...]
3. O acompanhamento dos dados inclui uma atividade reflexiva que resulta num conjunto de notas de análise que guiam o processo. [...]
4. Os dados são segmentados, isto é, subdivididos em unidades relevantes e significativas, mas que mantêm conexão com o todo. [...]
5. Os segmentos de dados são categorizados de acordo com um sistema organizado que é predominantemente derivado dos próprios dados. [...]
6. A principal ferramenta intelectual é a comparação. [...]
7. As categorias para escolha dos segmentos são tentativas e preliminares desde o início e permanecem flexíveis. [...]
8. A manipulação qualitativa dos dados durante a análise é uma atividade eclética; não há uma única maneira de fazê-la. [...]
9. Os procedimentos não são científicos nem mecanicistas. [...]
10. O resultado da análise é um tipo de síntese em mais alto nível. (GIL, 2010, p. 176-177)

Considerando-se as particularidades da pesquisa qualitativa, que requer um grande envolvimento do pesquisador na análise e na interpretação dos resultados, cabe a breve referência à experiência pessoal do autor sobre o objeto da pesquisa, sobre a qual se passa a discorrer.

O autor tomou o primeiro contato com as operações de manutenção da paz ao realizar o Curso de Observador Militar das Nações Unidas no *Peace Support Training Centre*³, pertencente às Forças Armadas Canadenses, no ano de 2006.

Após um período complementar de preparação no Brasil, o autor foi designado para servir na *United Nations Mission in Sudan* (UNMIS) por um ano, onde desempenhou, na maior parte do tempo, a função de Oficial de Operações de um setor da Missão. Nesta função, o exercício continuado das tarefas de *Civil-Military Coordination* (CMCoord) lhe permitiu o contato com representantes civis e militares dos mais variados componentes da UNMIS.

Ao longo das reuniões semanais e dos diversos *workshops* de CMCoord que participou, o autor constatou a permanente preocupação de alguns integrantes da Missão em levar a cabo iniciativas de aproximação entre seus países e o governo do Sudão, visivelmente sob orientação dos primeiros. Estas iniciativas consistiam desde

³ O *Peace Support Training Centre* (PSTC) é uma Organização Militar canadense diretamente subordinada ao *Land Force Doctrine and Training System* (LFDTs). O Centro conduz uma infinidade de cursos e estágios voltados à preparação de militares e civis nacionais e estrangeiros para participar de operações de manutenção de paz. Além disso, o PSTC edita uma série de publicações de apoio que são comumente utilizadas pelos instrutores do *Military Training Cell* das operações da ONU. A competência do Centro faz com que ele envie constantemente instrutores para lecionar em outros centros e que já tenha sido solicitado a conduzir cursos inteiros em outros países.

a simples distribuição de livros didáticos em seus idiomas de origem até negociações envolvendo a exploração de recursos naturais locais.

Assim, a observação *in loco* daquelas iniciativas de aproximação e o acompanhamento das demais operações da ONU que transcorriam simultaneamente em território africano – tais como a *United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo* (MONUC) – forneceram os subsídios iniciais para o delineamento do presente trabalho de pesquisa.

Apresentado o enquadramento metodológico inicial da pesquisa, passa-se a uma exposição mais pormenorizada sobre o método do estudo de caso, já de maneira contextualizada com o objeto do presente trabalho.

2.2 O ESTUDO DE CASO

O ponto de partida para a abordagem do estudo de caso é o artigo elaborado por Alves-Mazzotti (2006), com base no estudo das obras de Robert Stake e Robert Yin, amplamente reconhecidos como os autores de maior expressão sobre este método. Inicialmente, a autora discorre sobre dois aspectos de importância capital sobre os estudos de caso: a caracterização de um trabalho desta natureza e a possibilidade de generalização dos resultados alcançados.

Primeiramente, quanto à questão da caracterização, a autora adverte sobre a imprescindibilidade de contextualizar o estudo de caso com a discussão acadêmica atual. Neste sentido, ela adverte:

temos observado que muitas pesquisas classificadas por seus autores como “estudos de caso” parecem desconsiderar o fato de que o conhecimento científico desenvolve-se por meio desse processo de construção coletiva. Ao não situar seu estudo na discussão acadêmica mais ampla, o pesquisador reduz a questão estudada ao recorte de sua própria pesquisa, restringindo a possibilidade de aplicação de suas conclusões a outros contextos pouco contribuindo para o avanço do conhecimento e a construção de teorias. (ALVES-MAZZOTTI, 2006, p. 639)

Desta forma, foram preocupações constantes do autor a comunicabilidade do presente trabalho com a produção acadêmica existente, e, em fase posterior, a apresentação dos resultados de forma a facilitar o prosseguimento da pesquisa sobre o assunto ora em estudo.

Outra questão fundamental diz respeito à seleção do caso a ser estudado. Neste sentido, Alves-Mazzotti (2006, p. 639) faz um novo alerta:

Na verdade, o maior problema de grande parte dos trabalhos apresentados como estudos de caso é que eles não se caracterizam como tal. Refletindo uma visão equivocada sobre a natureza desse tipo de pesquisa, esses estudos são assim chamados por seus autores pelo simples fato de serem desenvolvidos em apenas uma unidade (uma escola, uma turma) ou por incluírem um número muito reduzido de sujeitos. Frequentemente, o autor apenas aplica um questionário ou faz entrevistas em uma escola, sem explicitar por que aquela escola e não outra, deixando a impressão de que poderia ser qualquer uma. Ou seja, a escola ou a turma escolhida não é um “caso”, não apresenta qualquer interesse em si, é apenas um local disponível para a coleta de dados. Em consequência, a interpretação desses dados é superficial, sem recurso ao contexto e à história.

Assim sendo, cabe agora a exposição acerca das principais razões que motivaram a seleção do “caso Angola”, dentre as diversas participações brasileiras em operações de manutenção de paz da ONU, descritas na Subseção 4.4 deste trabalho.

Inicialmente, quanto à questão temporal, o fato de já haver decorrido pouco mais de uma década desde o encerramento da participação brasileira em Angola, faz com que já haja tempo suficiente para que as informações sobre o caso tenham sido consolidadas. Ademais, o fato de o caso ser relativamente recente possibilitou o contato direto com indivíduos que vivenciaram o período estudado, favorecendo a seleção de valiosos informantes para as entrevistas e de respondentes para os questionários.

O “caso Angola” apresenta também uma peculiaridade que o distingue entre as demais participações do Brasil sob a bandeira da ONU. Trata-se da diversidade das tarefas exercidas pelos brasileiros nas quatro operações ora estudadas (UNAVEM I, II e III e MONUA). A participação militar compreendeu oficiais de estado-maior, observadores militares – tendo alguns dos representantes destes dois grupos ocupado cargos de chefia – e integrantes de batalhões de infantaria, de companhias de engenharia e de destacamentos de saúde. Além dos militares, a UNAVEM II apresentou o aspecto ímpar da participação de observadores eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Por fim, pode-se afirmar que o estudo preliminar do caso revelou sua potencialidade, já que foram notórias as aproximações econômica e militar entre o Brasil e Angola, no período em que ocorreram as intervenções das Nações Unidas em solo angolano, com a participação brasileira. Caberia então investigar a possível relação de influência entre o trabalho dos brasileiros sob a bandeira da ONU e os progressos alcançados no relacionamento bilateral.

Quanto ao aspecto da caracterização, Stake (2000), distingue três tipos de estudos de caso a partir de suas finalidades: o intrínseco, o instrumental e o coletivo. Neste contexto, o presente trabalho se enquadra no chamado o estudo de caso instrumental, já que

Eu chamo de estudo de caso instrumental se um caso particular é examinado particularmente para fornecer insights sobre um assunto ou para redesenhar uma generalização. O caso em si é de interesse secundário, ele serve como ferramenta de apoio, facilitando nosso entendimento sobre outra situação. Mesmo assim, o caso é examinado com profundidade, seus contextos esquadrihados, seus elementos detalhados, mas tudo porque ele ajuda o pesquisador a buscar o interesse externo. (STAKE, 2000, p. 436-437, tradução do autor)

Cabe ressaltar que Stake (2000) considera que o importante é otimizar a compreensão do caso ao invés de privilegiar a generalização para além do caso, premissa esta que é objeto de discordância com Yin (2010), conforme será discutido ainda nesta Seção.

Quanto à seleção do tipo de questões a serem estabelecidas para orientar os estudos de caso, Alves-Mazzotti (2006) expressa a concordância entre os autores supracitados. Segundo eles o estudo de caso é geralmente organizado em torno de um pequeno número de questões referentes ao como e ao porquê, sobre relações complexas, situadas e problemáticas. Acrescentam que normalmente o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e o foco se dirige a um fenômeno contemporâneo em um contexto natural.

Neste sentido, presente caso foi estruturado com um problema central de mensuração (Em que medida...?) e um pequeno número de questões de estudo, a maior parte delas elaboradas do tipo “como”. A elaboração das questões procurou direcionar o trabalho para a descoberta da relação de influência entre a participação brasileira nas operações de manutenção de paz em Angola e a evolução do relacionamento bilateral Brasil-Angola no mesmo período.

No que tange à aplicabilidade do método em pesquisas com características exploratórias, Alves Mazzotti, baseando-se na obra de Yin, afirma que

estudos de caso são também usados como etapas exploratórias na pesquisa de fenômenos pouco investigados ou como estudos-piloto para orientar o design de estudos de casos múltiplos. [...] aqui, aparece um outro critério que justifica a escolha do estudo de caso como abordagem adequada de um problema de pesquisa: tratar-se de fenômeno pouco investigado, o qual exige estudo aprofundado de poucos casos, que leve à identificação de categorias de observação ou à geração de hipóteses para estudos posteriores. (ALVES-MAZZOTTI, 2006, p. 644)

Esta afirmação coaduna com o já apresentado caráter exploratório do presente trabalho, quando considerado em sua totalidade. Ressalta-se a existência de uma preocupação constante deste autor em fornecer subsídios para estudos posteriores, o que se materializará na Seção conclusiva deste trabalho.

No que tange às características desejáveis para a elaboração de um estudo de caso com ampla aceitabilidade, Alves-Mazzotti, também inspirada na obra de Yin, propõe as seguintes: o caso deve ser completo, deve considerar perspectivas ou hipóteses alternativas, as evidências devem ser suficientemente poderosas para sustentar as conclusões e ganhar a confiança do leitor, e o relato do estudo deve ser atraente (ALVES-MAZZOTTI, 2006). Estas características serão observadas durante a elaboração da presente Seção.

Uma última questão a ser abordada antes da particularização deste estudo trata da possibilidade de generalização dos resultados obtidos a partir de um caso particular. Esta questão é de suma importância no contexto deste trabalho, pois se espera apresentar subsídios para estudos posteriores semelhantes, e, em última instância, indicar possíveis caminhos para a adequação da atuação do Estado brasileiro, para a obtenção de resultados de aproximação bilateral mais expressivos, sempre que houver interesse neste sentido.

A possibilidade de generalização das conclusões obtidas a partir de estudos de casos já sofreu críticas na comunidade acadêmica, pois existem estudiosos que aceitam exclusivamente a chamada “generalização estatística”, onde é feita uma inferência sobre um universo, a partir de uma amostra deste universo. (YIN, 2010) Ao rebater estas críticas, o autor afirma:

Os estudos de caso, como os experimentos, são generalizáveis às proposições teóricas e não às populações ou aos universos. Nesse sentido, o estudo de caso, como o experimento, não representa uma amostragem e ao realizar o estudo de caso, sua meta será expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística). (YIN, 2010, p. 36)

2.3 A PESQUISA DE CAMPO – POPULAÇÃO E PROCEDIMENTOS

Considerada a abrangência do presente estudo de caso, poder-se-ia afirmar que a população de pesquisa engloba uma ampla gama de pessoas, incluindo

diplomatas, militares, executivos de empresas multinacionais, administradores públicos e acadêmicos estudiosos do assunto.

Em decorrência das limitações impostas pelo programa de pós-graduação da ECEME – quanto ao tempo restrito e quanto à execução da pesquisa em paralelo ao curso presencial – somadas à impossibilidade do deslocamento do autor para Angola e às restrições de acesso a alguns informantes, por questões de sigilo empresarial, foi selecionada a amostragem por acessibilidade ou por conveniência. Neste tipo de amostragem,

o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão. (Gil, 2010, p. 94)

Tendo em vista a natureza qualitativa do presente estudo e a complementaridade entre as pesquisas bibliográfica, documental e de campo, pode-se assegurar que o tipo de amostragem selecionado não trouxe prejuízos ao trabalho de investigação das evidências.

No que tange à coleta dos dados, a técnica empregada prioritariamente ao longo do presente trabalho foi a entrevista. Para tanto, foi considerada como referência a obra de Gil (2010, p. 109), segundo o qual,

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Gil apresenta uma classificação quanto ao nível de estruturação das entrevistas, podendo ser informais, focalizadas, por pautas ou formalizadas. No caso desta pesquisa, optou-se por conduzir entrevistas do tipo focalizadas, onde, segundo aquele autor, “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada” (GIL 2010, p. 112). Este tipo foi selecionado principalmente em decorrência do vasto conhecimento sobre o assunto possuído por muitos dos informantes, o que lhes possibilitava acrescentar informações relevantes, durante as respostas às perguntas formuladas. Por outro lado, houve a necessidade constante de se direcionar a entrevista para o assunto em estudo, evitando-se desvios de rumo indesejáveis.

Ao preparar em conduzir as entrevistas, o autor levou em consideração as possíveis limitações desta técnica, apresentadas por Gil (2010, p. 110). Dentre as quais, mereceram especial atenção “a inadequada compreensão do significado das perguntas” e “a influência das opiniões pessoais do entrevistador sobre as respostas do entrevistado”. Assim, consciente dos prejuízos que tais limitações poderiam causar à qualidade da pesquisa, procurou o autor comportar-se de modo a minimizá-las.

Quanto ao processo das entrevistas propriamente dito, foi observada a sequência descrita por Gil (2010), que compreende as etapas de preparação do roteiro da entrevista, estabelecimento do contato inicial, formulação das perguntas, estímulo a respostas completas, manutenção do foco, atitude perante questões delicadas, registro das respostas e conclusão da entrevista. Cabe ressaltar que foi garantido aos entrevistados que as informações prestadas permaneceriam sob o anonimato, sendo revelados somente os dados de qualificação funcionais de cada informante.

Quanto ao roteiro das entrevistas, foi estabelecido um rol inicial de perguntas, que consta do APÊNDICE A deste trabalho. Entretanto, no planejamento detalhado de cada uma das entrevistas, o autor procurou adaptar as questões à área de atuação de cada um dos entrevistados, acrescentando ou suprimindo perguntas, conforme cada caso.

Desta forma, foram realizadas inicialmente entrevistas do tipo informal, definido por Gil (2010) como o que permite a obtenção de uma visão geral do problema pesquisado. Em fase posterior do trabalho, foram priorizadas entrevistas mais estruturadas, a fim de abordar questões específicas e de coletar opiniões coincidentes sobre tópicos de interesse.

No total, foram realizadas catorze entrevistas, entre dezembro de 2010 e maio de 2012. As primeiras ocorreram logo após a construção do Referencial Teórico deste trabalho e as demais foram acontecendo ao longo da pesquisa. Ao término da pesquisa de campo, foram entrevistados os seguintes informantes:

ENT 1 – Diplomata de carreira, Embaixador do Brasil em Luanda, entre 1995 e 1999, e ex-Secretário de Segurança Multidimensional da OEA;

ENT 2 - Diplomata de carreira, Chefe da Divisão das Nações Unidas, do Departamento de Organismos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores (DNU/DOI/MRE);

ENT 3 - Diplomata de carreira, servindo na DNU/DOI/MRE e responsável pelo acompanhamento dos assuntos relacionados às operações de manutenção de paz;

ENT 4 – Executivo da Petrobras Internacional S.A., Representante Técnico da Braspetro Angola, entre 1989 e 1993, e Gerente de Operações da Braspetro Angola, entre 1993 e 1998;

ENT 5 – Oficial do Exército da Reserva, Assessor Militar e Chefe do Componente Militar da *United Nations Mission in Angola* (UNMA), entre 2002 e 2003, e Assistente de Segurança Local do *United Nations Department of Safety and Security* (UNDSS) para o Brasil, entre 2005 e 2011;

ENT 6 - Oficial do Exército, Chefe da Divisão de Missões de Paz do Comando de Operações Terrestres, do Exército Brasileiro;

ENT 7 - Oficial da Aeronáutica, Chefe da Seção de Assuntos Internacionais da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa (SPEAI/MD)⁴;

ENT 8 - Oficial do Exército, Chefe da Seção de Missões de Paz da 5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (EME);

ENT 9 - Oficial do Exército, Chefe da Divisão de Assuntos Internacionais da 5ª Subchefia do EME;

ENT 10 - Oficial do Exército, servindo na Secretaria de Logística e Mobilização do MD (SELOM/MD)⁵, responsável pela logística das forças de paz;

ENT 11 - Oficial do Exército, Chefe da Seção de Aditâncias Militares do Ministério da Defesa;

ENT 12 - Oficial do Exército, Assessor-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República;

ENT 13 - Oficial do Exército, Assessor-Adjunto da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; e

ENT 14 – Oficial do Exército, que serviu como Comandante de Pelotão de Engenharia na UNAVEM III.

Além das entrevistas, o autor buscou o contato com informantes que residiam em outros locais ou que não puderam ser contatados pessoalmente por algum outro

⁴ Com a reestruturação do MD e a criação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), por meio da Lei Complementar N° 136, de 25 ago. 2010, a SPEAI foi substituída pela Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE) do EMCFA.

⁵ A SELOM foi substituída pela Chefia de Logística (CHELOG) do EMCFA.

motivo. Para tanto, foi empregado o instrumento do questionário, definido por Gil (2010, p. 121) como

a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.

Quanto à forma das questões elaboradas nos questionários, optou-se pelas questões abertas, já que estas possibilitam ampla liberdade para que o respondente possa apresentar respostas completas, apresentando informações complementares sempre que for o caso. Segundo Gil (2010), este tipo de questão apresenta como limitações básicas a possibilidade de desvio do foco da pesquisa e a dificuldade de tabulação das respostas. Ainda assim, a natureza qualitativa da pesquisa e o alto grau de especialização dos informantes indicaram a utilização das questões abertas.

No tocante ao conteúdo das questões, os questionários englobaram basicamente dois tipos: questões sobre fatos e, principalmente, questões sobre atitudes e crenças. Segundo Gil (2010), as questões sobre fatos referem-se a dados concretos e fáceis de pesquisar. Estas questões foram empregadas principalmente na qualificação dos respondentes, na inquirição sobre a experiência deles no assunto e no questionamento sobre a ocorrência ou não de fatos específicos.

Já as questões sobre atitudes e crenças são elaboradas, segundo Gil (2010), para obter dados referentes a fenômenos subjetivos, possibilitando aos informantes expressar suas opiniões sobre o assunto pesquisado. Assim, priorizou-se a utilização deste tipo de questão, buscando nas opiniões dos respondentes os subsídios para constatar a relação de causa e efeito pretendida neste trabalho.

A técnica de elaboração dos questionários, no que se refere ao número de questões, à ordem das perguntas, à prevenção de deformações e à apresentação, seguiu os preceitos estabelecidos por Gil (2010, p. 127-135). Cabe ressaltar que, dadas a diversidade dos respondentes e a especificidade das informações a serem coletadas com cada um deles, foi formulado um questionário específico para cada um deles. Um exemplo de questionário, contendo algumas das questões mais comuns formuladas consta do APÊNDICE B deste trabalho.

Os informantes selecionados para resposta aos questionários foram os seguintes:

QUEST 1 - Diplomata de carreira, Embaixador do Brasil em Angola entre 2007 e 2009 e integrante da Missão do Brasil junto à ONU e da delegação brasileira junto ao Conselho de Segurança, entre os anos de 1991 e 1994;

QUEST 2 – Executivo da Petrobras Internacional S.A., Gerente Geral de Petrobras em Angola, durante o período de dezembro de 1992 a junho de 1997;

QUEST 3 - Oficial do Exército da Reserva, que desempenhou a função de Adido das Forças Armadas na Embaixada do Brasil em Angola, entre 1997 e 1999;

QUEST 4 - Oficial do Exército, servindo atualmente como Adido Militar na Embaixada do Brasil em Angola;

QUEST 5 - Oficial Médico do Exército da Reserva, que desempenhou a função de Coordenador das Atividades Médicas do Programa de Desminagem das Nações Unidas em Angola, entre janeiro e dezembro de 1998;

QUEST 6 – Oficial-General do Exército da Reserva, que comandou o primeiro contingente da Companhia de Engenharia de Força de Paz em Angola, entre agosto de 1995 e fevereiro de 1996;

QUEST 7 - Oficial-General do Exército da Reserva, que exerceu as funções de Observador Militar e de Oficial de Informações no Estado-Maior da UNAVEM I; e

QUEST 8 - Oficial do Exército da Reserva, que desempenhou a função de Comandante da Companhia de Engenharia de Força de Paz em Angola, entre agosto de 1996 e fevereiro de 1997.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Apresentados a introdução e o referencial metodológico do presente trabalho, passa-se agora a discorrer sobre o referencial teórico que serviu de marco inicial para a execução da pesquisa propriamente dita. Neste trabalho, o referencial teórico básico é apresentado nesta Seção e é complementado pela Seção subsequente, quando da realização da ambientação do caso em estudo.

A natureza das informações apresentadas nestas seções seguiu os preceitos estabelecidos por Costa e Costa, que afirmam que “o referencial teórico é a base de sustentação de um trabalho monográfico” (2009, p. 124). Estabelecem, ainda, que o principal objetivo do referencial é o de familiarizar o leitor com as informações já existentes sobre o tema, fornecendo uma moldura conceitual, construída a partir da análise crítica de várias posições teóricas existentes.

Estando esta pesquisa enquadrada na área de estudo das relações internacionais, optou-se por estudar prioritariamente a teoria denominada de Teoria da Sociedade Internacional, por entender-se que ela é a que melhor contextualiza o relacionamento bilateral ora investigado. Para tanto, foram apresentados inicialmente alguns conceitos básicos e as principais abordagens da disciplina das relações internacionais. Não se tratou de uma descrição exaustiva de conceitos já consagrados, mas sim de uma exposição sobre abordagens teóricas selecionadas, que servem de embasamento para etapas posteriores do presente trabalho.

Posteriormente, procurou-se particularizar o estudo da Teoria da Sociedade Internacional, sem a pretensão de esgotá-la ou de desenvolvê-la ainda mais, mas sim de buscar, nos preceitos daquela teoria, o embasamento para extrair os aspectos que serviram como lentes de análise dos relacionamentos econômico e militar entre Brasil e Angola no período estudado.

3.1 PRESSUPOSTOS BÁSICOS DAS PRINCIPAIS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O primeiro aspecto a ser abordado é justamente a multiplicidade de enfoques existentes sobre a classificação das teorias das relações internacionais, bem como sobre a distinção do que seriam teorias “consagradas” e teorias “derivadas”. Para

elaboração desta subseção, procurou-se consultar obras de referência no assunto, tendo-se o cuidado de verificar sua atualidade e sua aceitação no meio acadêmico. Desta forma, foram selecionadas como referências iniciais as obras de Jackson e Sørensen (2007), Nogueira e Messari (2005) e Pecequilo (2009). Para o estudo posterior da Teoria da Sociedade Internacional, buscou-se apoio prioritariamente nas obras de Wight (1991) e Bull (2002).

A leitura analítica das fontes supracitadas já revelou diferenças conceituais sobre a classificação e a forma de apresentação das teorias de relações internacionais. Pecequilo (2009, p. 27) apresenta uma abordagem sucinta, centrada em estudos que “agrupam as teorias conforme as linhas clássicas da ciência política, o Realismo, o Liberalismo e o marxismo”. A autora não deixa de mencionar outras opções teóricas, dentre elas o construtivismo, mas centra sua análise nas correntes citadas.

Já Nogueira e Messari (2005), procuram apresentar o que chamam de uma visão diferente da disciplina de relações internacionais. Desta forma, os autores descrevem diversas teorias, a fim de privilegiar “a pluralidade de perspectivas em contraposição ao que convencionamos chamar de teorias dominantes” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 14). Neste contexto, são abordados o Realismo, o Liberalismo e o marxismo, a teoria crítica, o construtivismo, os pós-modernos e algumas abordagens alternativas.

Jackson e Sørensen (2007, p.16), por sua vez, admitem a multiplicidade teórica das RI, porém afirmam que “algumas teorias se mostraram mais importantes do que as outras”. Assim, concentraram sua obra em torno do que consideraram as “principais tradições”: o Realismo, o Liberalismo, a Sociedade Internacional e as teorias de Economia Política Internacional.

Sendo este último trabalho o que apresenta os conceitos de forma mais sistematizada, serviu ele de marco teórico básico para elaboração desta subseção, sendo complementado por informações constantes das demais obras mencionadas.

Feitas estas considerações iniciais, cabe agora a referência a alguns pressupostos básicos da disciplina das relações internacionais.

Inicialmente, faz-se necessária uma abordagem conceitual acerca de um ator que indiscutivelmente ocupa papel de grande relevância nas diferentes abordagens teóricas das RI: o Estado. No caso da presente pesquisa, cujo objeto principal é uma

relação entre estados – Brasil e Angola –, a compreensão do que representa o Estado é de importância capital. Assim, vale observar os conceitos abaixo.

[Estados são] Unidades políticas centralizadas surgidas a partir da Paz de Westphalia em 1648, contrapondo-se às instâncias fragmentadas e não-seculares da Idade Média. [...] Juridicamente, os Estados reconhecem-se mutuamente, respeitando seus limites territoriais (respeito aos princípios de não-intervenção e não-ingerência), e estabelecem relações diplomáticas entre si. Em síntese, três componentes materiais compõem estas unidades políticas, o território, a população e o governo (PECEQUILO, 2009, p. 20)

Os Estados e o sistema estatal são organizações sociais baseadas em territórios, cuja principal responsabilidade é estabelecer, manter e defender valores e condições sociais básicas, como a segurança, a liberdade, a ordem a justiça e o bem-estar. Essas são as principais razões de sua existência. (JACKSON; SØRENSEN, 2007, p. 28).

Ainda antecedendo a aproximação inicial das principais tradições teóricas das RI é importante que se faça menção a outros dois grupos de atores que têm demonstrado atuação crescente nas relações internacionais hodiernas: as Organizações Internacionais Governamentais ou Intergovernamentais (OIG), e as Forças Transnacionais (FTs). No presente estudo de caso, foram investigadas as relações entre Brasil e Angola no período em que se desenvolveram operações de manutenção de paz da ONU no país africano. Ademais, o estudo preliminar indicou a atuação de diversos outros organismos intervenientes nas relações em estudo. Assim, é oportuno mencionar as definições a seguir.

Organizações Internacionais Governamentais ou Intergovernamentais (OIG) - referem-se aos grupos políticos formados por Estados que ganharam impulso a partir de 1945 no encerramento da Segunda Guerra Mundial. Seu antecedente contemporâneo foi a Liga das Nações [...] as OIGs surgem como espaços de negociação diplomática e construção de consensos, estabelecendo relações diretas entre os Estados que facilitem a mediação de suas relações, a cooperação e a perseguição de objetivos comuns. À medida que se comprometem com as OIGs, os Estados concordam em abrir mão de parte de sua soberania e a respeitar a Carta/Tratado que constituem estas instituições. Com isso, as OIGs ganham autonomia para discutir e propor políticas, fortalecendo seu papel como fórum de negociação e tomada de decisões. Esta autonomia é relativa à medida que o seu funcionamento depende da ação dos Estados membros que contribuem para a sua manutenção em diversas áreas, desde a financeira até a militar e estratégica. O poder das OIGs não se sobrepõe à soberania dos Estados, o que gera, por vezes, desrespeito a suas decisões e prescrições. (PECEQUILO, 2009, p. 22-23)

Forças Transnacionais (FTs) - Pertencentes à categoria dos atores não-estatais, as FTs diferenciam-se das OIGs por representarem fluxos privados múltiplos ligados à sociedade civil (comunicações, transportes, finanças e pessoas) que afetam a política dos Estados tanto positiva quanto negativamente. O progresso tecnológico permitiu a aceleração deste fenômeno, dinamizando sua intensidade e relevância na política internacional. As Organizações Não-Governamentais (ONGs), as Multinacionais (ou Companhias Multinacionais ou Transnacionais, CMNs ou

CTNs), os Grupos Diversos da sociedade civil. e, por fim, a Opinião Pública Internacional representam as FTs. (PECEQUILO, 2009, p. 24)

Apresentados estes conceitos básicos, a primeira tradição teórica a ser abordada é o Liberalismo. Em linhas gerais, esta corrente surgiu após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), sendo considerada precursora do estudo das relações internacionais como disciplina acadêmica. A crença na liberdade e nos direitos naturais do indivíduo pode ser considerada o referencial básico do Liberalismo. (NOGUEIRA; MESSARI, 2005)

Seu marco inicial como teoria é comumente atribuído ao discurso do presidente Woodrow Wilson no Congresso norte-americano, quando foram estabelecidas as ideias liberais conhecidas como catorze pontos. Os principais pressupostos em que se baseavam as ideias de Wilson eram a democracia, a segurança coletiva e autodeterminação dos povos. Estes pressupostos serviram de base para a criação da Liga das Nações (1919), organização internacional criada com as finalidades precípuas de regular as relações entre os estados e preservar a paz. (JACKSON; SØRENSEN, 2007)

As ideias liberais tiveram relativo sucesso ao longo dos anos 20, sendo acrescido aos pressupostos anteriores o conceito da interdependência econômica, materializada pelo livre comércio entre os países. Entretanto, a Grande Depressão⁶ e a incapacidade da Liga das Nações em evitar um novo conflito mundial (1939-1945) ocasionaram o esvaziamento da teoria liberal e a ascensão de uma corrente teórica que lhe fazia oposição: o Realismo.

“Conhecida como a mais tradicional abordagem teórica das Relações Internacionais, o Realismo Político sistematiza suas preocupações em torno de dois conceitos chave, o poder e o conflito” (PECEQUILO, 2009, p. 28). Nogueira e Messari (2005) acrescentam ainda as premissas do estadocentrismo e da anarquia⁷ como pressupostos básicos do Realismo.

O autor de maior expressão na teoria realista foi o alemão Hans Morgenthau, que acreditava que “A política internacional, como toda política, é uma luta pelo

⁶ A Grande Depressão foi a crise econômica mundial subsequente à quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, e que teve repercussões negativas na economia de todos os países capitalistas.

⁷ Segundo Nogueira e Messari (2005), a anarquia não é propriamente o caos, mas sim a ausência de uma autoridade suprema, legítima e indiscutível que possa ditar regras, interpretá-las, implementá-las e castigar quem não as obedece. Para os autores, a anarquia reproduz nas relações internacionais o que Hobbes descreveu como o estado da natureza: a existência simultânea de vários atores exclusivamente responsáveis por sua própria sobrevivência.

poder. Quaisquer que sejam os objetivos decisivos da política internacional, o poder é sempre o propósito imediato” (MORGENTHAU, 2003, p. 49).

Há um consenso entre os autores de que esta visão realista foi predominante na análise das relações internacionais até as décadas de 1950-60, tendo contribuído para isso o avanço da Guerra Fria. O enfrentamento intelectual entre os defensores do Realismo e do Liberalismo ficou conhecido como “primeiro grande debate” da disciplina de RI.

Prosseguindo no estudo da evolução teórica da disciplina, Jackson e Sørensen (2007) passam a abordar um novo debate, desta vez sobre a questão metodológica. O chamado “segundo grande debate” contrapôs basicamente os adeptos das abordagens tradicionais e os adeptos da aproximação behaviorista das RI. As primeiras entendem as relações internacionais como parte das relações humanas, buscando entender os acontecimentos por meio de uma abordagem humanista, com a preocupação de analisar os aspectos morais envolvidos. Já a aproximação behaviorista não inclui aspectos morais no estudo das RI e procura interpretar os eventos por meio de leis científicas passíveis de comprovação, inspiradas no positivismo.

Os autores afirmam que nenhuma das abordagens mencionadas foi vencedora neste segundo debate. Entretanto, mencionam que o behaviorismo influenciou diretamente as teorias surgidas a partir das evoluções do Liberalismo e do Realismo, o Neoliberalismo e o Neorealismo.

O Neoliberalismo foi desenvolvido principalmente pelos autores Robert Keohane e Joseph Nye nos anos 70, sendo por vezes denominado de paradigma da interdependência. Conforme afirma Pecequillo (2009, p. 34), a ideia principal dos autores era que

a evolução da política internacional desde 1945 e as estruturas multilaterais construídas para organizar as relações entre os Estados nos mais diversos campos, incrementou as possibilidades de cooperação entre as nações, reduzindo a incerteza e aumentando a transparência nas relações interestatais. A partir destes mecanismos facilitadores, o conflito passa a ser secundário diante da cooperação, uma vez que os Estados começam a dar preferência a este âmbito institucional e mudar a natureza de seu comportamento voltado apenas para o conflito. Com isso, é estabelecido um conjunto claro de regras e princípios, facilitando a ação coletiva.

Segundo Jackson e Sørensen (2007), o pensamento neoliberal teve grande aceitação na década de 1970, até que o surgimento de uma nova teoria lhe fez forte oposição. Tratava-se do Neorealismo, inspirado basicamente no pensamento de

Kenneth Waltz, e que, segundo os autores focalizava basicamente a estrutura do sistema internacional. Esta estrutura consistia em uma anarquia composta por unidades – os estados – que, embora de naturezas semelhantes, possuíam capacidades (poderes) distintos.

De acordo com a lógica de Waltz, predomina para os estados a lógica da “auto-ajuda”, em que cada estado somente pode contar consigo mesmo para sua proteção e sua sobrevivência e, conseqüentemente, converte-se em defensor de sua posição. A característica do sistema internacional como bipolar ou multipolar determinará a distribuição de poder entre os estados e condicionará suas atuações em busca da manutenção de suas autonomias.

Prosseguindo no estudo das abordagens tradicionais das relações internacionais, cabe agora uma rápida alusão à economia política internacional (EPI).

Conforme Jackson e Sørensen (2007), os dois debates acadêmicos apresentados até então se ativeram primordialmente às questões políticas, relegando um papel secundário às questões econômicas. Segundo os autores, estas últimas emergiram com maior vigor a partir da década de 1970, quando os países do chamado Terceiro Mundo⁸ passaram a reivindicar mudanças no sistema internacional, particularmente no tocante às suas relações com os estados mais desenvolvidos.

Assim sendo, afirmam que a crítica neomarxista à economia mundial capitalista e as respostas dos liberais e dos realistas a esta crítica originaram o “terceiro grande debate das relações internacionais”. Este novo debate teria como foco as questões da riqueza e da pobreza internacionais.

O pensamento neomarxista consistia na extensão da análise de Karl Marx sobre o capitalismo europeu para a situação dos países do Terceiro Mundo. Para os teóricos neomarxistas, o conceito central é o da “dependência”, em que os países

⁸ O termo Terceiro Mundo foi empregado primeiramente em 1949, durante a Guerra Fria, com significado político, para designar os países que não participavam diretamente dos blocos capitalista ou socialista. Posteriormente, o termo ganhou cunho econômico e passou a se referir aos países tecnologicamente subdesenvolvidos que criaram relações de dependência com os países desenvolvidos. A expressão Terceiro Mundo foi oficialmente adotada durante a reunião de países asiáticos e africanos que se emanciparam da colonização européia, na Conferência de Bandung, em 1955, na Indonésia. Na década de 1970, a expressão “países emergentes” passou a ser empregada, a fim de designar os países pobres em desenvolvimento detentores de recursos econômicos básicos. (SILVA (org.) et al, 2004)

subdesenvolvidos chegaram a esta condição em decorrência do estabelecimento de “trocas desiguais” com os estados mais ricos.

Dentre os pensadores neomarxistas, merece posição de destaque Immanuel Wallerstein, que estabeleceu a chamada teoria do sistema-mundo. Nogueira e Messari (2005) interpretam esta teoria como a estratificação dos estados em centro, periferia e semiperiferia, conforme uma divisão internacional do trabalho, e havendo muito pouco espaço para ascensão dos países periféricos. Desta forma, existiria uma tendência de perpetuação desta estrutura desigual.

Jackson e Sørensen apresentam a visão liberal da economia política internacional como bastante diferente em relação à perspectiva neomarxista. Segundo eles, a expansão global do capitalismo favorece a prosperidade humana, motivo pelo qual os economistas liberais defendem que “os mercados livres, a propriedade privada e a liberdade individual criam a base para o progresso econômico autossustentável de todos os envolvidos” (JACKSON; SØRENSEN, 2007, p. 90).

Ainda conforme Jackson e Sørensen, a perspectiva realista da EPI é distinta em relação às duas anteriores. Esta perspectiva baseia-se principalmente no pensamento de Friedrich List, segundo o qual a atividade econômica deve visar à construção de um Estado forte, que deve controlar e administrar a riqueza gerada. O acúmulo de riqueza tenderia a aumentar o poder do Estado, contribuindo para a segurança e o bem-estar nacionais.

Desta forma, o “terceiro grande debate” tratou basicamente da discussão entre estas três perspectivas da EPI sobre questões como os reflexos da globalização sobre as economias nacionais, os ganhadores e perdedores da economia mundial globalizada e a importância relativa entre a economia e a política. Cada corrente tratou de apresentar suas próprias respostas a estas questões, não havendo vencedor neste debate.

Finalizando a revisão das correntes teóricas tradicionais das RI, passar-se-á a discorrer sobre a Sociedade Internacional. Conforme o exposto no início desta subseção, esta teoria merecerá uma abordagem mais detalhada, por ter sido selecionada como a que permite o melhor entendimento das relações em que está focada a presente pesquisa.

A Teoria da Sociedade Internacional confunde-se com a linha de pensamento comumente chamada de “escola inglesa”. Enquanto Nogueira e Messari (2005)

consideram esta teoria englobada pelo conceito mais amplo da tradição realista, Jackson e Sørensen (2007) consideram a Sociedade Internacional suficientemente peculiar e consistente para constituir uma linha teórica independente. É nesta última visão que será enquadrada esta abordagem.

3.2 A TEORIA DA SOCIEDADE INTERNACIONAL

A Teoria da Sociedade Internacional surgiu do pensamento de teóricos de relações internacionais do Reino Unido, dentre os quais se destacaram Martin Wight e Hedley Bull. O desenvolvimento desta teoria ocorreu no decorrer da Guerra Fria e possibilitou a extensão dos debates de RI para além dos Estados Unidos, que até então dominavam a agenda da disciplina.

Conforme mencionado anteriormente, após o “segundo grande debate” o behaviorismo influenciou a formulação teórica em RI e o Neorealismo ganhou considerável proeminência. A Sociedade Internacional estava sendo concebida na mesma época e já apresentava duas diferenças básicas em relação àquela teoria: a rejeição ao behaviorismo e o enfoque na abordagem tradicional. Indo mais além, os teóricos ingleses rejeitavam a distinção absoluta entre as visões realista e liberal das RI, fato que permitiu a classificação da abordagem da sociedade internacional como intermediária entre aquelas duas visões. (JACKSON; SØRENSEN, 2007)

Ainda como premissas básicas da sociedade internacional, pode-se enumerar a importância do indivíduo e dos valores básicos das relações humanas, a relevância do poder nas questões internacionais – sem, contudo, admitir a existência absoluta do estado da natureza hobbesiano –, e a política mundial como uma “sociedade anárquica”. (JACKSON; SØRENSEN, 2007)

A obra tomada como referência inicial para o aprofundamento do estudo da Teoria da Sociedade Internacional é o livro “A Sociedade Anárquica”, de Hedley Bull (2002), por entender-se que aquela obra traz uma análise detalhada dos principais preceitos que compõem a Teoria. Entretanto, há de se ter o cuidado de que a edição inicial do livro ocorreu em 1977, dentro do período no qual o mundo ainda vivia sob a Guerra Fria. Assim, faz-se importante discutir algumas evoluções na agenda de pesquisa estabelecida pelo autor naquela época, uma vez que a presente pesquisa

está focada em um relacionamento que ocorreu em um período imediatamente posterior ao término daquele conflito não declarado.

A questão central abordada por Bull (2002) foi relativa à ordem nas relações internacionais. O autor procurou apresentar um entendimento sobre como a ordem é caracterizada, discutiu as contribuições das principais instituições para manutenção da ordem e, finalmente, realizou uma análise sobre a validade do sistema de estados soberanos para a ordem mundial. Na mesma obra, Bull abordou também outro aspecto de grande relevância para a teoria ora em estudo: a justiça. Esta relevância é crescente no período aqui investigado, já que “desde o término da Guerra Fria, a agenda de pesquisa da sociedade internacional apresentou certas mudanças. A preocupação normativa central se distanciou da ordem em direção à justiça na política mundial”. (JACKSON; SØRENSEN, 2007)

Ao passar a tratar da ordem internacional, Bull estabelece o conceito que dá nome à Teoria:

Existe uma "**sociedade de estados**" (ou "**sociedade internacional**") quando um grupo de estados, conscientes de certos valores e interesses comuns, forma uma sociedade, no sentido de se considerarem ligados, no seu relacionamento, por um conjunto comum de regras, e participam de instituições comuns. **Se hoje os estados formam uma sociedade internacional, é porque, reconhecendo certos interesses comuns e talvez também certos valores comuns, eles se consideram vinculados a determinadas regras no seu inter-relacionamento, tais como a de respeitar a independência de cada um, honrar os acordos e limitar o uso recíproco da força.** Ao mesmo tempo, cooperam para o funcionamento de instituições tais como a forma dos procedimentos do direito internacional, a maquinaria diplomática e a organização internacional, assim como os costumes e convenções da guerra. (BULL, 2002, p.19, grifos do autor)

Prosseguindo na questão da ordem internacional, Bull (2002, p. 25) a define como “um padrão ou disposição das atividades internacionais que sustentam os objetivos elementares, primários ou universais de uma sociedade de estados”. Estes objetivos poderiam ser sintetizados como: a preservação da própria sociedade de estados, a manutenção da independência e da soberania dos estados, a manutenção da paz e a manutenção dos objetivos comuns a toda vida social – “a limitação da violência que resulte na morte ou em dano corporal, o cumprimento das promessas e a estabilidade da posse mediante a adoção de regras que regulem a propriedade” (BULL, 2002, p. 25).

O objetivo comum relacionado ao cumprimento das promessas faz-se importante no escopo da presente pesquisa, pois ele repousa sobre o consagrado

princípio jurídico do *pacta sunt servanda*, isto é, os acordos devem ser cumpridos de boa fé entre as partes contratantes. Assim, considerados os acordos bilaterais como mecanismos de interação entre os principais atores da sociedade internacional – os estados – e o cumprimento de tais acordos como contribuintes por excelência para a manutenção da ordem internacional, serviram os acordos firmados entre Brasil e Angola como balizadores de alguns dos aspectos de análise do relacionamento ora investigado.

Ainda no que tange ao cumprimento dos acordos, cabe ressaltar que, como membros da sociedade internacional, Brasil e Angola tiveram seu relacionamento limitado pelos acordos dos quais eram signatários na época em estudo. Um exemplo desta limitação, e que pode ter influenciado diretamente os relacionamentos econômico e militar, foi a existência da chamada Cláusula Triplo Zero nos Acordos de Bicesse⁹.

Prosseguindo em seu estudo, Bull (2002) também faz referência ao que considera as três formas básicas de análise do relacionamento entre os estados, buscando, para isso, apoio na obra de Martin Wight. Segundo Wight (1991), a análise das relações internacionais é originária das ideias centrais envolvidas no debate entre as três maiores tradições do pensamento ocidental: o Realismo de Thomas Hobbes, o Racionalismo de Hugo Grotius e o Revolucionismo de Immanuel Kant. O autor afirma, no entanto, que a análise deve ser realizada a partir da integração daquelas visões, e não da seleção entre elas.

Mesmo preconizando o equilíbrio entre as tradições, Bull (2002) não deixa dúvida quanto à maior adequabilidade da visão grociana ou internacionalista para a compreensão da sociedade de estados, cujos membros se inter-relacionam de maneira que seus interesses sejam limitados pelas regras e instituições da sociedade que formam. Como alternativas, a visão realista propõe a existência apenas de um sistema de estados, com a ação de cada um deles norteadas prioritariamente por seus interesses, e a visão kantiana apregoa uma sociedade cosmopolita, com os seres humanos interagindo diretamente entre si, sem as limitações impostas pela existência dos diferentes estados nacionais. (BULL, 2002)

⁹ A Cláusula Triplo Zero, constante dos Acordos de Bicesse, firmados entre o Governo de Angola e a UNITA em 1991, sob observação de Portugal, EUA e URSS, impedia a aquisição de armamentos pelas partes em conflito, o que pode ter prejudicado a exportação material bélico brasileiro para Angola. Esta questão volta a ser abordada no decorrer deste trabalho. (CONCILIATION RESOURCES, 2010)

Retornando à visão grociana, cabe extrair daquela visão outro importante aspecto de análise do relacionamento bilateral entre membros da sociedade internacional: o comércio. Wight (1991) considera o comércio como uma das formas elementares de relacionamento racionalista entre os estados soberanos. Indo na mesma direção, Bull assevera que

Para os grocianos, a atividade internacional que melhor tipifica a sociedade internacional não é a guerra, ou um conflito horizontal que ultrapasse as fronteiras dos estados, mas o comércio - de maneira mais geral, o intercâmbio econômico e social entre os estados. (BULL, 2002, p. 35)

Assim, no escopo da presente pesquisa, serviram as transações comerciais como objetos de análise do relacionamento bilateral investigado, tanto no tocante à expressão econômica, quanto no que tange à expressão militar.

Ao prosseguir o estudo e abordar a questão da ordem na sociedade internacional, Bull (2002) afirma que a ordem poderia surgir de maneira fortuita, mesmo em um sistema de estados que não constituísse uma sociedade. Entretanto, o autor afirma que os principais fatores que contribuem para a existência da ordem são o interesse comum nos objetivos elementares da vida social, a existência das regras que prescrevem a conduta dos estados e o funcionamento das instituições que ajudam a tornar estas regras efetivas.

Ao desenvolver a questão das regras de conduta, Bull (2002) menciona três conjuntos que possuem papel de destaque: o complexo de regras segundo as quais o estado pode ser considerado o princípio normativo fundamental ou constitucional da política mundial da atualidade, as regras de coexistência entre os estados e as regras que regulam a cooperação entre os estados.

Especificamente quanto às regras de cooperação, o autor considera que

As regras desse tipo prescrevem condutas apropriadas não aos objetivos elementares ou primários da vida internacional, mas àqueles objetivos secundários, mais avançados, que caracterizam uma sociedade internacional que chegou a um consenso sobre uma gama de objetivos mais ampla do que a mera coexistência. Não obstante, pode-se dizer que essas regras desempenham um papel em relação à ordem internacional, na medida em que o desenvolvimento da cooperação e do consenso entre os estados sobre essas metas mais amplas devem fortalecer o contexto da sua coexistência. (BULL, 2002, p. 35)

A assertiva acima indica um amadurecimento da sociedade de estados, onde a cooperação entre eles tem um potencial não somente de consolidar a sociedade internacional como um todo, mas também de aproximar os estados diretamente envolvidos nos programas e de proporcionar condições para o desenvolvimento

econômico e social das nações menos favorecidas, por meio de iniciativas de cooperação entre estas e as nações mais desenvolvidas nas áreas vislumbradas.

Bull (2002) retorna à questão da cooperação ao analisar a evolução recente do escopo do direito internacional:

está claro que desde a Segunda Guerra Mundial tem havido um enorme crescimento da parte desse direito que regula temas econômicos, sociais, de comunicações e ambientais, diferentemente dos assuntos políticos e estratégicos, que no passado representaram o seu foco principal [...] Wolfgang Friedmann escreveu, de certa forma nos mesmos termos, sobre a transição da "lei internacional da coexistência" para a "lei internacional da cooperação", refletindo a expansão "horizontal" do direito internacional, de modo a incorporar novos estados fora da tradição européia, e sua expansão "vertical", para regulamentar outros campos da atividade internacional. (BULL, 2002, p. 168-169)

Desta forma, no âmbito da presente pesquisa, as iniciativas de cooperação econômicas e militares foram investigadas como aspectos que caracterizavam o relacionamento bilateral entre Brasil e Angola, sob a ótica da sociedade internacional.

Quanto às instituições da sociedade internacional, é importante ressaltar que Bull (2002) considera entidades como a Liga das Nações e a ONU como organizações internacionais funcionais, sendo as principais instituições da sociedade: os próprios estados, o equilíbrio de poder, o direito internacional, os mecanismos diplomáticos, o sistema administrativo das grandes potências e a guerra. Cabe mencionar que aquele autor não se refere ao termo instituição propriamente como “uma organização ou mecanismo administrativo, mas um conjunto de hábitos e práticas orientados para atingir objetivos comuns”. (BULL, 2002, p. 88).

Desta forma, Bull (2002) considerava a diplomacia como uma das instituições constituintes da sociedade internacional. Para ele, dentre os sentidos possíveis para a palavra diplomacia, ele entendia ser “A gestão das relações entre estados e outras entidades da política mundial, por meios pacíficos e com o uso de agentes oficiais” (BULL, 2002, p. 187) o mais apropriado.

Ao passar a tratar das funções da diplomacia na sociedade internacional, Bull (2002) enumera as seguintes: facilitar a comunicação entre os líderes políticos dos estados e das outras entidades que participam da política mundial, negociar acordos, coligir informações de inteligência a respeito dos países estrangeiros, minimizar os efeitos dos atritos nas relações internacionais e simbolizar a existência da própria sociedade de estados.

Assim, no âmbito desta pesquisa, considerada a incipiência do relacionamento militar entre Brasil e Angola até o início do período em estudo, foi dedicada uma atenção especial à questão da abertura das aditâncias militares recíprocas nos dois países, pela possibilidade vislumbrada de que as aditâncias pudessem fomentar o relacionamento bilateral no campo militar.

Ao estudar a possibilidade de declínio do sistema de estados nos moldes em que ele era caracterizado quando da elaboração de sua obra, Bull (2002, p.296) assevera que “É evidente que os estados soberanos não são os únicos atores ou agentes de importância na política mundial”. Assim, o autor reconhece a influência de outras organizações sobre a política mundial.

Um dos tipos de organização mencionados pelo autor são as empresas multinacionais. Ao rebater as afirmações de que a atuação das empresas multinacionais estaria minando a soberania dos estados e, em última análise, a própria sociedade internacional, Bull afirma:

Não há dúvida de que os acordos negociados pelos estados com as empresas multinacionais podem ser vistos como uma manifestação do exercício da sua soberania, e não como um obstáculo a esse exercício. Se muitos países preferem conceder às empresas multinacionais acesso ao seu território, por acreditar nas vantagens que esse acesso lhes trará em termos de capital, emprego ou infusão de tecnologia, isto acontece porque decidem fazê-lo, e não porque sejam impotentes diante da "tecnologia geocêntrica". (BULL, 2002, p. 305-306)

Assim, a evolução da atuação das empresas multinacionais constituiu-se em um aspecto de análise da evolução do relacionamento econômico entre Brasil e Angola, no período estudado.

Prosseguindo em sua análise, Bull (2002) reafirma que a ordem é apenas um dos valores sob os quais se assenta a sociedade internacional, sendo a justiça outro valor de grande relevância. O autor identifica a necessidade de distinguir entre vários tipos de justiça, e, ao tratar da justiça entre estados, apresenta um resumo sobre as diferentes categorias:

Como os estados são os principais agentes ou atores da política mundial, as ideias de justiça entre eles formam o principal conteúdo do debate habitual sobre a justiça no campo internacional. Todos os estados sustentam que têm certos direitos e deveres que não são meramente legais, mas também morais. Afirmam que a sua política é justa porque é moralmente correta ("justiça geral") e assim, exigem igualdade de tratamento nas relações com os outros estados ("justiça particular"). Pretendem ter o direito moral à soberania ou independência ("justiça substantiva"), que deve ser aplicado ou administrado igualmente com relação a todos os estados ("justiça formal"). Afirmam o direito a igual tratamento entre eles e os outros no acesso às oportunidades comerciais ou na votação em assembleias internacionais ("justiça aritmética"), ao mesmo tempo em que insistem em

que a sua contribuição financeira às organizações compostas de estados seja determinada em proporção ao produto nacional ("justiça proporcional"). Reconhecem os direitos de todos os tipos atribuídos aos demais estados, em troca de igual reconhecimento ("justiça comutativa"), mas podem também discordar, pelo menos retoricamente, com base na concepção do bem comum de uma comunidade regional ou mundial ("justiça distributiva"). (BULL, 2002, p. 96-97)

Considerando que a abordagem da sociedade internacional considera as RI em sua dimensão humana e procura analisar os aspectos morais envolvidos nas decisões dos "homens de Estado", torna-se necessária também a alusão a três níveis de responsabilidade, que, em última análise, corresponderiam às três tradições de Wight (2001) já mencionadas. Assim, a responsabilidade nacional estaria relacionada à tradição realista, a responsabilidade internacional se ligaria à tradição racionalista e a responsabilidade humanitária corresponderia à tradição revolucionista. (JACKSON e SØRENSEN, 2007)

A responsabilidade nacional estabelece que os políticos devam pautar a condução da política externa unicamente no interesse nacional, já que são responsáveis primordialmente pelo bem-estar e pela segurança de seus cidadãos. Desta forma, os países não teriam obrigações internacionais superiores aos seus interesses nacionais, sendo o direito internacional e as organizações internacionais apenas instrumentais na busca dos interesses dos estados.

A responsabilidade internacional determina que os políticos tenham obrigações externas, uma vez que seus países participam da sociedade internacional, cujo funcionamento é regido pelas normas do direito internacional. Daí surge o conceito de obrigação internacional, isto é, o caráter pluralista da sociedade de estados obriga a cada um de seus membros a reconhecer os direitos dos demais membros, a fim de que seja mantida a paz mundial.

Por fim, existe a responsabilidade humanitária, que preconiza que os políticos são seres humanos e que, por isso, devem respeitar os direitos humanos não somente em seus países, mas em todo o mundo. O pressuposto básico para esta responsabilidade é a crença em uma sociedade mundial solidária, baseada na comunidade humana.

Os diferentes pressupostos de cada um destes níveis de responsabilidade dificultam a tomada de decisões na política externa, já que não se pode privilegiar uma ou duas destas dimensões. Desta forma, os responsáveis pela condução da ação externa dos estados são comumente confrontados com dilemas morais e com

condicionantes impostos pelos preceitos de ordem e de justiça subjacentes à sociedade internacional.

Assim sendo, ao analisar a política exterior do Brasil ou de qualquer outro estado, sob a ótica da Teoria da Sociedade Internacional, deve-se levar em conta a coexistência entre os conceitos até aqui abordados. De outra forma, correr-se-ia o risco de realizar uma análise parcial, prejudicando a compreensão dos motivos que levaram os decisores a se posicionarem de determinada maneira perante cada demanda apresentada pelo sistema internacional.

4 AMBIENTAÇÃO DO CASO EM ESTUDO

Esta Seção destina-se a situar o “caso Angola” em seu contexto mais amplo, possibilitando a adequada compreensão dos dois assuntos a serem estudados de forma pormenorizada nas seções seguintes: a participação dos civis e militares brasileiros nas operações de manutenção de paz da ONU em Angola, entre 1989 e 1999, e a evolução dos relacionamentos econômico e militar entre os dois países no mesmo período.

Neste contexto, foram selecionados alguns assuntos como linhas mestras para elaboração da presente Seção, cuja abordagem preliminar forneceu as bases conceituais para a compreensão dos fatos a serem descritos e analisados nos capítulos subsequentes. Passa-se, então, a uma breve exposição dos tópicos a serem aqui abordados.

Inicialmente, foram estudados os antecedentes do relacionamento entre Brasil e Angola. Para tanto, foi construída uma síntese histórica de Angola, culminando com a evolução do conflito que ensejou o desdobramento das operações de manutenção de paz da ONU naquele país. Na sequência, foi abordada a evolução do relacionamento bilateral, sob as perspectivas histórica e geopolítica. A intenção maior foi a de demonstrar as peculiaridades da Relação Brasil-Angola, evitando futuras generalizações indevidas, quando estudadas as relações entre o Brasil e outros países onde haja a participação brasileira em missões de paz da ONU.

Na sequência, passou-se a analisar a política exterior brasileira em relação a Angola entre 1975 e 1999. Acredita-se que este estudo, sendo estendido a um período anterior ao da pesquisa propriamente dita, seja de fundamental importância para a compreensão dos eventos ocorridos na época pesquisada. Para tanto, foi feita uma referência inicial ao momento político brasileiro e às linhas gerais da política externa nacional em cada fase daquele período, passando-se, a seguir, à particularização do caso estudado.

A seguir, foram abordadas as relações econômicas entre o Brasil e a África até 1999. Uma vez que o relacionamento econômico entre Brasil e Angola é um dos objetos de estudo desta pesquisa, faz-se importante a contextualização destas relações no espectro mais amplo da interação econômica brasileira com os países africanos. Da mesma forma que no tópico anterior, sentiu-se a necessidade de antecipar o período inicial da análise, a fim de oferecer subsídios necessários para o

entendimento do contexto em que se desenvolveram as iniciativas de aproximação a serem apresentadas posteriormente.

Por fim, foram abordados os principais aspectos relativos à evolução da participação brasileira em operações de manutenção de paz, enfatizando a adequação do País às progressivas reformulações dos parâmetros em que se desenvolvem estas operações. Ainda na mesma subseção, procurou-se particularizar um pouco mais a participação nas missões de paz da ONU em Angola.

Desde já, cabe ressaltar que alguns dos assuntos abordados sucintamente e sob um enfoque teórico nesta seção, voltaram à tona de maneira mais completa e contextualizada com o caso em questão nas seções subsequentes, quando da operacionalização das questões de estudo desta pesquisa.

4.1 ANTECEDENTES DO RELACIONAMENTO ENTRE BRASIL E ANGOLA

Na parte inicial desta subseção, é realizada uma breve apresentação geohistórica sobre Angola, a fim de familiarizar o leitor com o País onde esteve focada esta pesquisa, bem como de possibilitar o entendimento do cenário que envolveu o conflito que ensejou a intervenção das Nações Unidas em território angolano. Posteriormente, são abordados os antecedentes do relacionamento bilateral entre Brasil e Angola, sob as perspectivas histórica e geopolítica.

As informações a seguir têm base, principalmente, em dados obtidos na página eletrônica oficial do Governo República de Angola. Complementarmente, foram consultados documentos elaborados por organismos internacionais, tais como a Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização Mundial de Comércio (OMC), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial.

No que se refere às origens e à evolução do conflito que resultou na independência de Angola e que ensejou a atuação das forças da ONU naquele País, serviu como referência básica a obra de Silva (org.) (2004).

No tocante aos antecedentes históricos do relacionamento bilateral em estudo, foram consultadas as obras de Pantoja e Saraiva (1999), Skidmore (2003) e Linhares (2000). Já para o estudo da abordagem geopolítica, foi tomada por base a obra do General Carlos de Meira Mattos, selecionado por Freitas (2004) como um

Angola é constituída, principalmente, por um maciço de terras altas, limitado por uma estreita faixa de terra baixa cuja altitude varia entre nível do mar e os 200 metros. Acima dos 200 metros encontram-se as montanhas e os planaltos (sendo o planalto central o mais importante ponto de vista econômico). A região planáltica é a que ocupa a maior extensão territorial do País. A maior altitude é a do morro do Môco, na província do Huambo, que atinge aproximadamente 2.620 metros. (ANGOLA, 2010)

O litoral é, em geral, pouco acidentado e com poucas reentrâncias e saliências, sendo as mais significativas aproveitadas para a exploração da atividade portuária. Merecem destaque os portos de Cabinda, Lobito, Luanda e Namibe. (ANGOLA, 2010)

Segundo o Banco Mundial (2010), a população angolana foi estimada em 18,5 milhões de habitantes em 2009. A capital Luanda destaca-se como o grande aglomerado humano do País e o cristianismo é a religião mais professada em Angola. Conforme o PNUD (2010), a expectativa de vida média do País é de 48,1 anos e a mortalidade infantil é de 220 para 1000 nascidos vivos. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) atualizado de Angola é de 0,403, o que coloca o País na posição de número 146 no *ranking* mundial deste índice. (PNUD, 2010)

A história de Angola encontra-se documentada, do ponto de vista arqueológico, desde o Paleolítico. Vestígios de presença humana foram encontrados em algumas regiões, principalmente em Luanda, Congo e Namibe, demonstrando que o território angolano é habitado desde a pré-história. (ANGOLA, 2010)

Em 1482, o navegador português Diogo Cão adentrou no que hoje é o território angolano e encontrou no os povos vindos do Norte, os Bantus, quando chegou à foz do Rio Zaire, à frente de uma frota. Estabeleceram-se, a partir de então, relações cordiais entre os portugueses e os soberanos do reino do Congo, com intensas trocas comerciais, relação quebrada quando Paulo Dias Novais iniciou a ocupação e a administração direta da orla costeira por meio do estabelecimento de capitanias. Paralelamente, iniciou-se o comércio de escravos face às necessidades de mão de obra no Brasil, que se manteve até ao século XIX, quando o Visconde de Sá da Bandeira conseguiu aprovar em Portugal a legislação que abolia a escravatura. (ANGOLA, 2010)

A partilha da África pelos Europeus, convencionada na Conferência de Berlim¹¹, obrigou os portugueses a uma prolongada luta pela ocupação e administração de todo o território, que só foi concretizada no final da Primeira Guerra Mundial. (SILVA (org.) et al, 2004)

A pacificação começou a ser perturbada no início da década de 1950, com a atuação de movimentos nacionalistas, cujas reivindicações de autonomia determinaram uma guerra de libertação que se estendeu de 1961 a 1974. O ano de 1961 foi marcado pela eclosão da Guerra Civil, que passou a ser enérgica e sistematicamente combatida pelas tropas portuguesas. (SILVA (org.) et al, 2004)

Em 1974, a queda do regime ditatorial vigente em Portugal¹² deu início ao processo que resultou na independência de Angola, efetivada a 11 de novembro de 1975. Três grupos armados participaram ativamente da guerra de libertação angolana: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)¹³, a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA)¹⁴ e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA)¹⁵. (SILVA (org.) et al, 2004)

Em janeiro de 1975, o governo de Portugal e os três grupos armados assinaram o Acordo do Alvor¹⁶, com o objetivo de criar um governo de transição para a independência de Angola. Entretanto, naquele momento as diferenças ideológicas entre os três movimentos já eram bem claras e uma nova guerra surgiu entre os três grupos. A situação foi agravada ainda mais pela existência de interesses externos sobre a questão angolana, tanto por parte de países limítrofes quanto pelas

¹¹ A Conferência de Berlim foi realizada em 1884-1885 e teve como objetivo organizar a ocupação do continente africano pelas potências coloniais europeias. Como resultado, coube a Portugal o domínio das regiões que hoje correspondem a Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde.

¹² A Revolução dos Cravos foi desencadeada em 25 de abril de 1974 e consistiu na deposição do governo ditatorial de Marcelo Caetano em Portugal. O novo governo reconheceu pela primeira vez o direito dos povos das colônias portuguesas à autodeterminação.

¹³ O MPLA foi criado em 1956 e era multirracial, socialista e pró-soviético, contando com a simpatia de trabalhadores, intelectuais e estudantes de Luanda. Após a independência, o movimento passou a contar com o apoio de tropas cubanas enviadas a Angola, além do suporte logístico soviético. (SILVA (org.) et al, 2004)

¹⁴ A FNLA foi criada em 1962 e era anticomunista, contando com apoio dos EUA, do Zaire e da China, que disputava com a União Soviética a hegemonia das ex-colônias europeias. A FNLA foi dissolvida no final dos anos 70. Idem, Ibidem.

¹⁵ A UNITA foi criada em 1966, a partir de uma dissidência da FNLA. Sua área de atuação era primordialmente a região sul de Angola. Inicialmente, a UNITA tinha orientação maoísta, mas o movimento sofreu uma reorientação ideológica e passou a receber apoio militar da África do Sul e suporte financeiro dos EUA. Idem, Ibidem.

¹⁶ O Acordo de Alvor previa um cessar-fogo imediato e estabelecia um Governo de Transição composto por representantes dos três grupos. Caberia ao Governo a convocação de eleições para a Assembleia Constituinte nove meses após sua implantação. O texto completo do Acordo encontra-se disponível em UNIVERSIDADE DE COIMBRA (2010).

potências envolvidas na Guerra Fria¹⁷. Acrescenta-se, ainda, o componente econômico ao conflito, uma vez que o território angolano é rico em recursos naturais, particularmente o petróleo e os diamantes. (SILVA (org.) et al, 2004)

Em setembro e outubro de 1975, o Zaire invadiu Angola pelo norte, apoiado por mercenários e ao lado da FNLA, enquanto a África do Sul atacou o País pelo sul, ao lado da UNITA. No dia 11 de Novembro de 1975, Agostinho Neto (MPLA) proclamou unilateralmente a independência de Angola e solicitou ajuda a Cuba para romper o cerco estrangeiro. Cerca de cinquenta mil soldados cubanos juntaram-se ao MPLA, impedindo o avanço sul-africano e obrigando o Zaire a recuar. (SILVA (org.) et al, 2004)

A República Federativa do Brasil foi o primeiro País a reconhecer o Governo Angolano. Os Estados Unidos da América (EUA) e a ex-metrópole Portugal somente o fizeram mais tarde. (CERVO, 2008)

Em 10 de dezembro de 1979, o Presidente Agostinho Neto faleceu, sucedendo-lhe José Eduardo dos Santos, que recebeu graves problemas internos como herança. Em 1980, a UNITA intensificou as suas ações de guerrilha contra as estruturas do Estado e das Forças Armadas, sendo apoiada pela África do Sul, pelos EUA, pelo Zaire e pela China. O prosseguimento da guerra civil pelos anos 80 ocasionou a destruição de grande parte da infraestrutura angolana e fez com que o País contraísse uma enorme dívida externa. (SILVA (org.) et al, 2004)

Em 22 de dezembro de 1988, no contexto do arrefecimento das rivalidades advindas da Guerra Fria, foram assinados em Nova Iorque¹⁸ um acordo tripartite entre os governos de Angola, da África do Sul e de Cuba, sobre a paz na África Austral e a independência da Namíbia¹⁹ e um acordo entre Angola e Cuba que estabelecia a retirada total das tropas cubanas desdobradas em território angolano. (SILVA (org.) et al, 2004)

¹⁷ Entende-se como Guerra Fria o conflito não-declarado entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que se estendeu de 1947 a 1989 (1991 para alguns autores), contrapondo basicamente as ideologias capitalista e socialista.

¹⁸ Os acordos de Nova Iorque são comumente mencionados como o marco inicial dos processos de pacificação e de reconciliação nacional de Angola. O conteúdo dos acordos pode ser obtido na página eletrônica da organização CONCILIATION RESOURCES: <<http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/new-york-principles.php>>. Acesso em 15. Dez. 10.

¹⁹ A questão da independência da Namíbia teve influência direta sobre a situação angolana, uma vez que o apoio das forças do MPLA à *South West African People's Organization* (SWAPO), grupo que lutava pela independência namibiana em relação à África do Sul, motivou intervenções sulafricanas em território angolano desde 1975.

Em decorrência dos Acordos de Nova Iorque, o Conselho de Segurança da ONU estabeleceu uma missão de verificação da retirada das tropas cubanas de Angola, dando origem à *United Nations Angola Verification Mission I* (UNAVEM I), que inaugurou as intervenções das Nações Unidas em solo angolano. (ONU, 1988)

A evolução detalhada do quadro político de Angola, no período em que se desenvolveram as operações de manutenção de paz da ONU no País, foi estudada em fase posterior deste trabalho. Ressalta-se apenas que o estado de Guerra Civil perdurou até março de 2002, quando o Governo da República de Angola emitiu uma Declaração²⁰ em que estabelecia o fim das ações ofensivas. (ANGOLA, 2002)

Quanto ao sistema político vigente, o MPLA é o partido no Governo desde a Independência e o País rege-se por uma democracia pluripartidária desde 1992. (ANGOLA, 2002)

Após longos anos de Guerra Civil, a economia angolana ficou arrasada. Os problemas do País avolumavam-se, compreendendo desde a falta de quadros, a desorganização administrativa, as sabotagens, a seca, até a queda dos preços de matérias-primas exportadas por Angola. (OCDE, 2005)

No tocante à economia recente, o País obteve um Produto Interno Bruto (PIB) de 84,9 bilhões de dólares em 2008, o que o colocava em destaque no âmbito do continente africano (BANCO MUNDIAL, 2010). Ao longo dos últimos anos, Angola tem procurado diversificar sua atividade econômica, por meio do desenvolvimento da atividade industrial, da extração sistemática de diamantes e da agricultura comercial.

No entanto, a economia de Angola continua a depender fortemente do petróleo, um setor de capital intensivo muito pouco articulado com outros segmentos da economia e com pouco impacto na oferta emprego. No rescaldo da guerra civil, a diversificação econômica é travada por infraestruturas físicas inadequadas, fraca governança e corrupção. (OCDE, 2005)

²⁰ A Declaração, datada de 13 de março de 2002, foi expedida pelo Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), em um momento em que a UNITA já se encontrava bastante enfraquecida em virtude do falecimento em combate de seu líder, Jonas Savimbi, ocorrido em 22 de fevereiro de 2002.

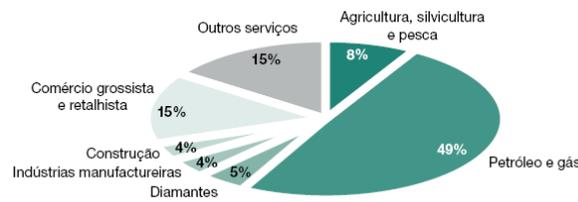


Figura 2 – PIB de Angola por setor em 2003
Fonte: OCDE (2005)

Brasil e Angola são nações que possuem estreitos laços de afinidade, que foram estabelecidos antes mesmo de suas independências como países. (PANTOJA; SARAIVA, 1999) O entendimento das origens e da evolução do relacionamento entre brasileiros e angolanos é fundamental para a compreensão de qualquer iniciativa de aproximação ocorrida em épocas posteriores.

A perspectiva histórica do relacionamento entre Brasil e Angola trata de identificar os traços de aproximação observados desde os processos de formação dos dois países. Um aspecto de suma importância e que deve ser destacado desde já é o passado comum como possessões coloniais de Portugal. Este fato legou aos dois países traços culturais comuns, sendo o mais marcante o uso do idioma Português por ambos. A grande afinidade cultural entre brasileiros e angolanos torna singular esta relação e reveste de características especiais toda e qualquer iniciativa de aproximação. (SKIDMORE, 2003)

Pantoja e Saraiva (1999) lograram organizar uma obra que aborda com grande riqueza de detalhes a atividade que inaugurou o relacionamento entre o que hoje se entende por Brasil e Angola e que, por três séculos, foi o sustentáculo desta relação: o comércio de escravos. Este comércio foi estabelecido no século XVII, quando Brasil e Angola eram possessões ultramarinas de Portugal, e se intensificou até meados do século XIX.

Ao longo da mencionada obra, os autores e seus colaboradores demonstram a importância da mão de obra negra de origem angolana para o desenvolvimento da colônia brasileira, particularmente nas atividades agrícolas e de mineração. Por outro lado, apresentam a relevância de produtos de origem brasileira, tais como os tecidos, a aguardente e a pólvora para o progresso angolano.

Além de contribuir para o desenvolvimento das economias coloniais, o comércio de escravos ocasionou o desembarque de cerca de dois milhões de angolanos em território brasileiro, segundo afirma Cardoso (2000). Esta grande

migração forçada teve reflexos significativos para a miscigenação brasileira e para a absorção de traços da cultura angolana pela sociedade brasileira, conforme assevera Skidmore (2003, p. 33 e 36):

No século XVI a fonte principal de escravos era a Senegâmbia; no século XVII a fonte principal eram Angola e o Congo; no século XVIII eram a Costa da Mina e a Enseada de Benin. [...]

Sabemos que cada geração vinda da África deixava mais marcas do que seus predecessores. Um século e meio depois de o último escravo africano ter chegado ao Brasil, a influência africana no idioma, na culinária, na música e na dança é ainda evidente no Brasil de hoje.

Ainda no tocante à perspectiva histórica do relacionamento entre Brasil e Angola, Saraiva (1999) destaca um fato que se reveste de especial relevância para a aproximação entre os dois países: o pioneirismo brasileiro no reconhecimento da independência angolana. O País africano tornou-se independente em 11 de novembro de 1975, sendo o Brasil o primeiro país a reconhecer esta independência. O processo que resultou no reconhecimento brasileiro e seus desdobramentos serão abordados ainda nesta seção, quando do estudo da política externa brasileira para Angola.

Paralelamente à dimensão histórica, faz-se imperiosa a análise da dimensão geopolítica do relacionamento entre Brasil e Angola, uma vez que esta dimensão influenciou as decisões brasileiras para com o País ora em estudo, particularmente durante a vigência dos governos militares no Brasil (1964-1985).

Meira Mattos entendia a Geopolítica como um ramo da Ciência Política que se formou pela interação dinâmica de três ramos de conhecimento: a Geografia, a Política e a História. Neste contexto, o autor conceitua a Geopolítica como sendo “a aplicação da política aos espaços geográficos, sob a inspiração da História”. (MATTOS, 2002, p. 29)

Em “Projeção Mundial do Brasil” (MATTOS, 1959), sua obra pioneira, o General tratou de examinar as potencialidades geográficas brasileiras, chegando à conclusão de que o Brasil reunia as condições necessárias para alinhar-se entre as potências mundiais. Para tanto, o País deveria transcender a realidade sul-americana e buscar uma maior inserção em áreas mundiais prioritárias.

Naquela obra, Meira Mattos já destacava Angola como pertencente a uma das áreas de interesse estratégico para o Brasil – o Atlântico Sul. Inicialmente, o autor afirmava a importância da costa atlântica africana para a segurança do Brasil, em decorrência da posição relativa entre as duas regiões naquela porção do Oceano

Atlântico. Posteriormente, Meira Mattos abordou o chamado “encurtamento das distâncias” entre as áreas mundiais, como resultado da evolução dos meios de transporte e de comunicações. Por fim, o autor reafirmou os fatores de identidade entre Brasil e os países lusófonos da costa africana, enfatizando os aspectos linguísticos, religiosos e culturais.

Posteriormente, em “A Geopolítica e as Projeções do Poder” (MATTOS, 1977), Meira Mattos reafirmava o Atlântico Sul como uma das grandes áreas de interesse do Brasil, ao lado da Bacia Amazônica. Para o autor, a manutenção da segurança naquela porção oceânica, garantiria ao Brasil o fluxo do comércio marítimo e o acesso aos mercados externos, considerados por ele como vitais ao desenvolvimento brasileiro.

Ressalta-se, mais uma vez, a influência das concepções geopolíticas na formulação da política externa brasileira durante os governos militares. Freitas (2002), dentre outros autores, destaca a influência dos trabalhos dos generais Carlos de Meira Mattos e Golbery do Couto e Silva na formulação das políticas nacionais, ao longo das décadas de 1960 e 1970. Cabe ressaltar que ambos atuaram no corpo permanente da Escola Superior de Guerra (ESG), Instituição que teve papel relevante no cenário nacional naquele período. (FREITAS, 2004)

Desta forma, pode-se afirmar que a existência de traços de aproximação seculares e a localização de Angola em uma área estratégica para o Brasil serviam de motivação para a busca brasileira por um estreitamento contínuo da relação entre os dois países. (MATTOS, 1977)

4.2 POLÍTICA EXTERIOR BRASILEIRA PARA ANGOLA ENTRE 1975 E 1999

A fim de viabilizar a futura análise das relações entre Brasil e Angola, no período em que ocorreram as participações brasileiras em missões de paz da ONU naquele País, passar-se-á agora a discorrer sobre a política externa brasileira para Angola. Para tanto, foi estabelecido como ponto de partida o período que antecedeu a independência da nação angolana, ocorrida ano de 1975.

Para facilitar a organização e a compreensão das informações, pretende-se apresentar os traços fundamentais da política exterior brasileira nos sucessivos

governos durante o período estudado, e, posteriormente, as especificidades daquela política relativas a Angola.

O marco teórico básico para a elaboração desta subseção compreende as obras de Cervo (2008), Cervo e Bueno (2010) e Pantoja e Saraiva (org.) (1999). Na primeira, o autor analisa a relação entre o Brasil e o cenário internacional. Na segunda, os autores apresentam um amplo estudo histórico sobre a política exterior brasileira. Na terceira, os organizadores e seus colaboradores particularizam o relacionamento entre Brasil e Angola de forma mais detalhada. Paralelamente, foram consultadas outras obras de apoio, a fim de enriquecer o presente estudo.

Inicialmente, em se tratando de política exterior brasileira, cabe situar a política exterior no âmbito das relações internacionais. Segundo Cervo (2008, p. 8), dentro das dimensões de convivência entre os povos, “as relações internacionais correspondem ao conceito mais largo, uma vez que incluem a política exterior, que, em ordem decrescente de abrangência, inclui a diplomacia”. O autor acrescenta que:

Cabe à política exterior agregar os interesses, os valores e as pretendidas regras do ordenamento global, da integração ou da relação bilateral, isto é, prover o conteúdo da diplomacia desde uma perspectiva interna, quer seja nacional, regional, quer seja universal. (CERVO, 2008, p. 9)

Ao analisarem o sistema internacional no período entre 1967 e 1989, Cervo e Bueno (2010) destacam o início da atuação conjunta dos países em desenvolvimento em diversos foros internacionais, em decorrência do distanciamento progressivo dos países mais desenvolvidos em relação a estes e da dificuldade das nações menos favorecidas em competir com as economias mais avançadas no comércio internacional.

A atuação coletiva, que se passou a denominar de relações “Sul-Sul”, buscava basicamente o estabelecimento de uma “Nova Ordem Econômica Internacional”. Esta atuação adquire especial relevância para o escopo da presente pesquisa, uma vez considerados os países aqui estudados.

O general Ernesto Geisel, quarto presidente do período de governos militares, iniciou seu mandato em 15 de março de 1974 e, em linhas gerais, deu continuidade à concepção de política externa que advinha do governo anterior, do general Costa e Silva. Segundo Cervo e Bueno (2010, p. 380), “a política externa destinou-se a suprir a sociedade e o Estado de condições e meios adequados a impulsionar o desenvolvimento de forma autônoma, na medida do possível”.

Ainda segundo os autores, a política externa em questão apresentava como características básicas “universalismo e autonomia, flexibilidade e ajustabilidade, dinamismo e coragem”. (p. 380) No tocante aos princípios da diplomacia, foram mantidos os já consagrados da autodeterminação dos povos, da não intervenção em assuntos internos, da solução pacífica de controvérsias, da rejeição da conquista pela força, do respeito aos tratados, tendo sido agregado o conceito de interdependência pela cooperação internacional.

Geisel procurou empregar a diplomacia como instrumento ágil para a busca da cooperação, da expansão do comércio exterior, do suprimento de matérias-primas e insumos e do acesso a tecnologias avançadas. Este emprego estava enquadrado na ideia de “Brasil Grande Potência”, que visava acelerar o desenvolvimento brasileiro e que esteve presente na formulação de políticas durante os governos militares.

A política externa de Geisel era por ele mesmo intitulada de “pragmatismo responsável”. Embora a condução da ação diplomática fosse fortemente influenciada pela economia, o presidente teve a preocupação de manter vivos os conceitos de ética e de responsabilidade, a fim de evitar que o pragmatismo vislumbrado fosse rotulado de oportunista. (CERVO; BUENO, 2010)

No tocante à atuação dos organismos multilaterais, os autores afirmam que no início do governo Geisel havia um ceticismo da diplomacia brasileira quanto à sua eficiência, em decorrência dos modestos resultados alcançados nos governos anteriores. Ainda assim, os autores registram a intenção do governo brasileiro em manter a aposta no multilateralismo.

No que diz respeito especificamente às relações entre Brasil e Angola, o governo Geisel representou uma ruptura com a situação vigente até então. Até a gestão Costa e Silva, o Brasil se recusava a condenar o colonialismo português nos foros internacionais, devido ao alinhamento histórico com Portugal desde a celebração do Tratado de Consulta e Amizade²¹.

Segundo Pantoja e Saraiva (1999), a ruptura do Tratado de 1953 pelo Brasil ocorreu em 16 de julho de 1974, quando o governo brasileiro reconheceu a

²¹ O Tratado de Consulta e Amizade foi assinado entre o Brasil e Portugal em 1953, e abrangia vários artigos que diziam respeito a questões de interesse mútuo entre os países. O documento acabou servindo como importante instrumento em mãos do governo português para obter o apoio brasileiro em questões internacionais, sobretudo no que dizia respeito ao colonialismo. O Tratado foi revogado pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre os dois países, celebrado em Porto Seguro, em 22 de abril de 2000.

independência de Guiné-Bissau. Ainda naquele ano, o chanceler Azeredo da Silveira passou a defender abertamente nos foros da ONU e da Organização da Unidade Africana a imediata “descolonização” da África Portuguesa.

Em março de 1975, antes da independência oficial de Angola, o Brasil foi o primeiro país a estabelecer relações diplomáticas com o governo de transição estabelecido pelo Acordo de Alvor, em 15 de janeiro daquele ano. Estas relações se materializaram com a criação de uma Representação Especial brasileira em Angola, chefiada pelo diplomata Ovídio de Andrade Melo, gesto este que teve ótima repercussão junto aos movimentos de libertação de Angola.

Em 11 de novembro de 1975, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) declarou a independência do país, descumprindo as orientações do Acordo de Alvor, que recomendava a implantação de um governo de unidade nacional. Mesmo assim, o governo brasileiro prontamente reconheceu a independência angolana, sendo o primeiro país do mundo a fazê-lo.

Ainda segundo Pantoja e Saraiva (1999), aquele reconhecimento imediato não era consensualmente aprovado pelo governo e pela sociedade brasileira. Setores mais conservadores da administração militar e da imprensa manifestaram-se negativamente quanto ao assunto, alegando que o apoio ao MPLA, alinhado explícito da União Soviética, era contrário aos interesses da segurança nacional.

Mesmo enfrentando reações negativas, o chanceler Azeredo da Silveira defendia que o reconhecimento expressava “a promoção dos objetivos estratégicos e econômicos do Brasil na região e a defesa das relações sadias entre os países de expressão oficial portuguesa”. (PANTOJA; SARAIVA, 1999, p. 242-243) Segundo os autores, a confirmação daquela situação acabou por representar uma vitória do Itamaraty no equilíbrio de forças existente no governo brasileiro, prevalecendo a defendida identidade de interesses com os países da chamada África Negra, dentro das já citadas relações “Sul-Sul”.

Como repercussões externas negativas da atitude Brasileira, podem ser destacadas a desaprovação do governo dos Estados Unidos, manifestada por meio de declarações do Secretário de Estado Henry Kissinger, e a inimizade de Jonas Savimbi, líder da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), movimento de libertação que se opunha ao MPLA.

Apesar de tais repercussões, Pantoja e Saraiva consideram que:

O resultado de todo esse difícil processo foi a relação privilegiada entre o Brasil e Angola até os dias atuais. [...]

O certo é que o reconhecimento da independência de Angola fortaleceu a imagem do Brasil no sistema internacional, particularmente entre os países, já naquela época, do chamado Terceiro Mundo. **Isso implicou grande receptividade às propostas mercantis brasileiras no sul em geral. A dimensão sul da cooperação internacional do Brasil viveu, a partir da resolução do caso angolano, gradativo crescimento.** (PANTOJA; SARAIVA, 1999, p. 248-249, grifo do autor)

Ainda no governo Geisel, o Brasil colheu frutos de sua decisão junto ao governo de Angola. O presidente Agostinho Neto ofereceu toda a cooperação econômica angolana em retribuição à atitude brasileira, ensejando as iniciativas de aproximação comercial a serem abordadas na subseção seguinte deste trabalho.

Em 15 de março de 1979, assumiu o governo o general João Figueiredo, último dos presidentes militares do Brasil. Seu mandato foi sucedido pelo de José Sarney, que permaneceu no poder até 15 de março de 1990, inaugurando uma nova fase na política brasileira. Segundo Cervo e Bueno (2010), nestes dois governos a política externa brasileira vivenciou uma fase de crise e de contradições.

Os autores afirmam que os traços de independência, universalismo, foco no desenvolvimento e cooperação multilateral foram mantidos na política exterior brasileira. Entretanto, as adversidades decorrentes da precária situação econômica interna, que afetavam a credibilidade internacional do Brasil, e da atuação independente da área econômica nas negociações da crescente dívida externa, minaram os esforços da diplomacia brasileira na busca de uma inserção mais ampla do Brasil no sistema internacional.

O resultado das adversidades supracitadas foi uma crescente passividade do Brasil perante o cenário mundial, cuja atuação passou a caracterizar-se por “uma queda em densidade de autoconfiança e uma elevação em retórica reivindicatória terceiro-mundista”. (CERVO; BUENO, 2010, p. 428)

Ainda assim, a percepção do Itamaraty de que o sistema internacional estava evoluindo progressivamente para uma nova e mais perversa divisão internacional do trabalho, com o notório favorecimento dos países mais desenvolvidos, fez com que a diplomacia brasileira saísse a campo em alguns foros multilaterais em busca da reversão daquela realidade. As atuações brasileiras na V *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) (1979), na Conferência Norte-Sul de Cancun (1981) e na XXXVII Assembleia Geral da ONU (1982) podem exemplificar este esforço diplomático brasileiro.

Um ponto destacado por Cervo e Bueno (2010) como positivo naquele período foram os resultados alcançados pelo Itamaraty no tocante ao comércio exterior brasileiro. Neste contexto, os autores mencionam a ampliação e a diversificação das exportações, a crescente participação dos países do Terceiro-Mundo nas transações comerciais do Brasil e os saldos positivos da balança comercial brasileira a partir de 1983.

No que se refere às relações com a África Negra, os autores afirmam que estas “caracterizaram-se, na década de 1980, pela continuidade e pela consolidação dos vínculos nas esferas política e econômica” (Cervo; Bueno, 2010, p. 448). A aproximação política foi levada a efeito por meio de troca de visitas de chefes de Estado, da assunção de posições convergentes em assuntos bilaterais e internacionais e pela ampliação da rede diplomática Brasileira no continente africano.

No caso específico de Angola, merecem destaque as celebrações do Acordo de Cooperação Cultural e Científica e do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre os governos brasileiro e angolano, ambas ocorridas em 1980. O primeiro tratava basicamente sobre intercâmbios diversos entre estabelecimentos de ensino superior dos dois países, bem como de iniciativas de aproximação cultural. (BRASIL, 1980a). O segundo acordo foi complementado por documentos posteriores e teve impactos no relacionamento econômico Brasil-Angola, sendo, por isso, estudado na subseção seguinte deste trabalho.

Já no governo Sarney, um acontecimento a ser destacado foi a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), em 1986, envolvendo Brasil e Angola. Tratava-se de um organismo multilateral, criado por iniciativa brasileira, voltado para a manutenção do diálogo e da paz nos países banhados pelo Atlântico Sul e estados adjacentes. Era também um “instrumento de entendimento e cooperação regional, que contribui para afirmar a identidade própria da região sul-atlântica, reconhecida pelos Estados costeiros e por toda a comunidade internacional.” (BRASIL, 2010c)

Em 15 de março de 1990, Fernando Collor de Mello assumiu a presidência do Brasil. Segundo Cervo e Bueno (2010), a posse do novo presidente coincidiu com o encerramento do chamado “ciclo desenvolvimentista brasileiro de sessenta anos” e com um período de reordenamento das relações internacionais, decorrente do triunfo do capitalismo sobre o socialismo e da globalização.

Estas novas relações, de acordo com os autores, eram influenciadas pela ideologia neoliberal, pela supremacia do mercado e pela superioridade militar dos Estados Unidos da América. Acrescentam, ainda, as influências da globalização – que acelerou os fluxos financeiros e a convergência dos processos produtivos – para a formação de blocos econômicos e para o agravamento da assimetria entre o centro do capitalismo e sua periferia.

Segundo Pecequilo, no governo Collor, a perspectiva bilateral-hemisférica, com foco nos EUA, acabou por suplantar a perspectiva global-multilateral. Neste sentido, a autora afirma que

O bilateralismo suplanta as parcerias globais construídas, colocando em segundo plano as relações com o mundo em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo, o que leva a uma inflexão negativa na política africana e no Oriente Médio. (PECEQUILO, 2009, p. 197)

Cervo e Bueno (2010) consideram que, durante aquele governo, a política exterior do Brasil enfrentou grandes dificuldades, seja pela necessidade de adaptação ao novo cenário internacional, seja pela própria instabilidade política nacional. O presidente Collor renunciou ao seu mandato em 29 de dezembro de 1992, motivado por um processo de *impeachment* contra ele, sendo substituído pelo vice-presidente Itamar Franco, que permaneceu no cargo até 1º de janeiro de 1995.

Segundo Pecequilo (2009, p. 197), o governo Itamar “retomou a tradição global multilateral, investindo em parcerias Sul-Sul com outras potências em desenvolvimento”. A autora defende que a intenção era a de minimizar os efeitos, considerados negativos, das escolhas feitas no governo Collor. Segundo ela,

a ação externa teve o foco deslocado da aquiescência para um incremento de participação, em particular na ONU, tendo como base a defesa da reforma do Conselho de Segurança e a candidatura brasileira a um assento permanente. [...] A administração recupera ações para a África que, em 1996, no governo FHC resultam na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). (PECEQUILO, 2009, p. 198)

O sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC) permaneceu no cargo de Ministro das Relações Exteriores entre outubro de 1992 e maio de 1993. Segundo Cervo e Bueno (2010), seu pensamento acabou por enfraquecer a ação do Itamaraty, já que ele defendia a transferência das decisões relacionadas às áreas de alfândegas, finanças externas e abertura empresarial para as autoridades econômicas.

Após deixar a pasta das relações exteriores, FHC ocupou o cargo de Ministro da Fazenda e implementou o Plano Real, que resultou na estabilização da economia

brasileira, considerada a grande conquista do governo Itamar. O sucesso do Plano Real garantiu a vitória de Fernando Henrique na eleição presidencial seguinte, tendo ele permanecido no cargo até o final de 2002, após ter sido reeleito em 1998.

O presidente FHC imprimiu nova mudança na política exterior, retornando a privilegiar o bilateralismo, conforme ocorrera no início dos anos 90. A visão terceiro-mundista do Brasil foi substituída pelo ideário do Primeiro Mundo, o que levou a uma “verticalização” da política externa brasileira. Mesmo assim, não foram descartadas as ações multilaterais, que visavam aumentar a integração brasileira ao Sul e aos organismos internacionais multilaterais. (PECEQUILO, 2009)

Cervo e Bueno (2010, p. 456) afirmam ser o período entre 1990 e 2003 aquele em que o Brasil imprimiu “orientações confusas, até mesmo contraditórias, à política exterior”. Para definir a ação externa brasileira desde então, identificam três linhas de força que definem como paradigmas: o Estado desenvolvimentista, o Estado normal e o Estado logístico, cujas características básicas passa-se a apresentar.

O Estado desenvolvimentista reforçava o aspecto nacional e autônomo da política exterior. Esse paradigma encontrava-se representado pelo Estado empresário, que arrastava a sociedade rumo ao desenvolvimento, por meio da superação de dependências econômicas estruturais e, também, pela autonomia da segurança. Segundo Cervo (2008), este paradigma foi predominante na política externa brasileira entre 1930 e 1989, mas foi também observado, de maneira descontínua no período ora em análise.

O Estado normal revelava uma invenção latino-americana dos anos 1990, estabelecida inicialmente pelo Chanceler argentino Domingo Cavallo. A experiência desse paradigma envolvia três parâmetros de conduta: o Estado subserviente, que se submetia às coerções do centro hegemônico do capitalismo; o Estado destrutivo, que dissolvia e alienava o núcleo central robusto da economia nacional e transferia renda para o exterior; e o Estado regressivo, que reservava para a nação as funções da infância social.

O Estado logístico fortalecia o núcleo nacional, transferindo à sociedade as responsabilidades empreendedoras, e, ao mesmo tempo, ajudando-a a operar no exterior. Dessa forma, seria possível equilibrar os benefícios da interdependência mediante um tipo de inserção madura no mundo globalizado. Quanto à aplicação desta concepção, Cervo (2008, p. 83) afirma que “a introdução do paradigma

logístico durante a era Cardoso não foi além de um ensaio. Mas o paradigma firmase em termos operacionais durante a era Lula [...]”.

Os autores consultados concordam com a coexistência dos três paradigmas acima descritos entre os anos de 1989 e 1999, período principal de análise do presente trabalho. Afirmam ainda que as alternâncias entre eles impactaram negativamente nos resultados da política exterior brasileira e que a predominância do Estado normal foi inegável no intervalo de tempo ora em estudo.

Segundo Cervo (2008), os fatores que tiveram maior contribuição para a adoção do paradigma normal foram a influência de outros governos sul-americanos de orientação neoliberal, tais como o da Argentina e o do Peru, e as determinações externas estabelecidas pelas chamadas estruturas hegemônicas do capitalismo, quando da procura por recursos no exterior pelos países em desenvolvimento. O conjunto dessas determinações ficou conhecido como Consenso de Washington, que orientava os países em desenvolvimento a:

eliminar o Estado empresário, privatizar os empreendimentos estatais, realizar superávit primário, proteger o capital e o empreendimento estrangeiro e adaptar as instituições e a legislação de modo a produzir esse novo marco regulatório. (CERVO, 2008, p. 78)

Com a emergência do Estado normal, Cervo e Bueno (2010, p.459) afirmam que o Brasil acabou “desistindo de fazer política internacional própria” e adotou integralmente as reformas sugeridas pelo Consenso de Washington. Ainda segundo os autores, na vigência da orientação normal, ocorreram a destruições do patrimônio e do poder nacionais, com o “desmonte da segurança nacional e a adesão a todos os atos de renúncia à construção de potência dissuasória”. (CERVO; BUENO, 2010, p. 459)

O Estado logístico também se fez presente, ainda que de maneira discreta, nas políticas do presidente Fernando Henrique Cardoso. Graças à existência desta orientação, houve certo controle do processo de privatizações brasileiras e, no tocante à política externa, procurou-se aumentar as condições de competitividade de alguns setores industriais brasileiros no comércio internacional. Para tanto, foi fundamental a chamada “Diplomacia Presidencial”, em que o Chefe de Estado empenhou-se pessoalmente em atuar nos foros multilaterais e nas relações bilaterais em defesa do comércio exterior brasileiro.

Após realizarem um estudo mais amplo das políticas interna e externa brasileiras, sob a coexistência paradigmática da década de 1990, Cervo e Bueno

(2010) abordam de forma mais detalhada as repercussões daquelas políticas para a inserção internacional do Brasil, em relação a diferentes temas. Procurar-se à, a partir de agora, extrair daquela abordagem os aspectos mais intimamente ligados às relações econômicas e militares Brasil-Angola, objeto do presente trabalho.

Inicialmente, deve-se fazer referência ao caráter multilateral da diplomacia brasileira nos anos 90. Segundo os autores, “o multilateralismo foi eleito como meio de ação da nação desprovida de poder para realizar sua vontade” (CERVO; BUENO, 2010, p. 463). Neste contexto, o Brasil procurou reforçar sua presença nos órgãos multilaterais, com destaque para a Organização das Nações Unidas.

No contexto desta visão multilateralista, o governo Brasileiro lançou em 1994 sua candidatura a membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas o que acabou por não se concretizar. A fim de reforçar aquela candidatura, o Brasil intensificou a sua participação em operações de manutenção de paz da ONU, culminando com o envio de cerca de 1.200 militares para a Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III).

Uma iniciativa que envolveu Brasil e Angola e que merece destaque na ação multilateral brasileira foi a criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 1996, como foro de concertação política, cooperação econômica e promoção da língua portuguesa. Já no ano 2000, o Embaixador José Pimentel ressaltava a importância daquele organismo como mecanismo de aproximação multilateral:

Um aspecto saudável a ressaltar é o expressivo número de iniciativas que vêm sendo tomadas, espontaneamente, com vistas à cooperação nos mais variados setores. A CPLP não é um arranjo exclusivista entre chancelarias. [...] São, assim, bem-vindas as múltiplas iniciativas em curso congregando Tribunais de Contas, Ministérios da Agricultura, Educação, Meio Ambiente, Justiça, Telecomunicações, Trabalho, e ainda dos Correios, organizações cooperativistas, entidades municipais, juristas, jornalistas, associações empresariais, estudantis, assistenciais — e a lista não é exaustiva. As resoluções emanadas desses encontros agregam substância à pauta da CPLP. (PIMENTEL, 2000, p. 18)

No que diz respeito à segurança nacional, Cervo e Bueno (2010) assinalam a inspiração idealista da doutrina de segurança e da política de defesa advogadas pelo Itamaraty. Com isso, a política exterior brasileira haveria desqualificado a força como meio de ação em favor da persuasão, o que viria a depreciar o poder das Forças Armadas brasileiras nesta área. Esta atitude reforçou o chamado pacifismo, que passou a orientar a ação externa do Brasil, mesmo com o lançamento da

Política de Defesa Nacional, em 1996, documento considerado ambíguo entre as visões idealista e realista, tanto na elaboração quanto na execução.

O Brasil firmou pactos internacionais de desarmamento, procurando demonstrar o esforço para tornar a comunidade internacional mais pacífica e adotando a visão multilateralista também no trato da questão da segurança. Neste contexto, podem ser destacadas as adesões brasileiras ao *Missile Technology Control Regime* (MTCR - Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis) em 1994 e ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) em 1998.

Ademais, o país encerrou a tendência iniciada nos anos 70, de fortalecimento da indústria de meios de defesa. Acredita-se que essa atitude tenha reduzido a capacidade brasileira de exportar material de defesa para outros países, impactando, portanto, nas relações econômicas e militares Brasil-Angola, objeto do presente estudo. (BONALUME NETO, 2011)

Quanto à questão do comércio exterior, o início da década de 1990 trouxe uma reversão do quadro de crescimento existente até então. A abertura econômica brasileira, realizada pelos governos de inspiração neoliberal, não havia obtido os efeitos desejados e as transações comerciais tornaram-se deficitárias em 1995, contribuindo para a deterioração das contas externas brasileiras. A diplomacia brasileira passou a atuar junto à Organização Mundial de Comércio (OMC) em busca de um comércio internacional mais justo e transparente. O quadro veio a agravar-se ainda mais com as remessas de lucros ao exterior e pela importação de equipamentos, levados a efeito pelas empresas multinacionais instaladas no Brasil. (CERVO; BUENO, 2010)

Quanto às diversas relações bilaterais brasileiras, os autores apontam o período em estudo como de declínio, pois

O paradigma da globalização das relações internacionais e a disposição do governo brasileiro de influir sobre a regulamentação do sistema multilateral de comércio e sobre a arquitetura das finanças internacionais subtraíram energia ao bilateralismo. (CERVO; BUENO, 2010, p. 477-478)

Esta tendência de declínio das relações bilaterais foi observada diretamente na interação brasileira com as nações africanas, afetando, portanto, o relacionamento Brasil Angola, escopo desta pesquisa. Cervo e Bueno (2010, p. 482) afirmam que

As reformas neoliberais que se espalharam pela África nos anos 1990 aproximaram o continente da América Latina em termos de mau

desempenho interno e de inserção dependente. Pouco proveito tiraram, neste contexto, as empresas brasileiras que haviam se instalado na África subsaariana, como a Petrobrás e a Odebrecht. As exportações brasileiras entraram em declínio a partir de 1986 e só recobram alento no ano de 1999. As expectativas da África do Sul, após o fim do apartheid, bem como da Nigéria e de Angola, quanto à cooperação do Brasil para o desenvolvimento, frustraram-se.

Desta forma, pode-se afirmar em linhas gerais que as relações entre Brasil e Angola, no período em que está focada a presente pesquisa (1989-1999), estavam enquadradas em um período adverso da política exterior brasileira. Assim sendo, cabe analisar cada iniciativa de aproximação de forma cuidadosa, procurando enquadrá-la no contexto diplomático da época. Quanto ao relacionamento econômico, a subseção seguinte fornece a ambientação necessária à compreensão dos eventos ocorridos no período em estudo.

4.3 RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE O BRASIL E A ÁFRICA ATÉ 1999

Para perfeita compreensão da dinâmica em que se inseriu o relacionamento econômico entre Brasil e Angola, no período em que se desenvolveram as missões de paz, é necessário o estudo mais amplo das relações econômicas entre o Brasil e o continente africano desde a década de 1960, pois a maneira como estas relações se desenvolveram impactou diretamente no caso particular Brasil-Angola. (SANTANA, 2003b)

Os marcos iniciais para a pesquisa bibliográfica sobre o assunto são as obras do Analista do Banco Central do Brasil Ivo de Santana (2003a, 2003b) e do Embaixador José Pimentel (2000), complementadas por contribuições de outros autores. Cabe ressaltar que o estudo pormenorizado dos indicadores numéricos sobre o comércio entre Brasil e Angola, no período em estudo, foi realizado por meio de pesquisa documental, e foi discutido em fase posterior do presente trabalho.

Santana (2003b) inicia seu estudo lembrando que as origens das relações econômicas entre o Brasil e África datam dos primórdios da formação da sociedade brasileira. Fundamentadas inicialmente no tráfico de escravos, estas relações expandiram-se em direção a diversas formas de convivência, incluindo o intercâmbio de bens, ideias e experiências político-institucionais.

Em 1850, com a extinção do tráfico negreiro, o autor afirma ter havido uma drástica redução do intercâmbio comercial entre Brasil e Angola, que perdurou por aproximadamente um século, ressurgindo timidamente após a Segunda Guerra Mundial.

Santana (2003b) prossegue seu estudo afirmando que início dos anos 60 foi um período de grande relevância para a reaproximação do Brasil com a África. Com a adoção da Política Externa Independente (PEI) pelo presidente Jânio Quadros, ocorreu uma verdadeira mudança de rumos em relação aos fortes atrelamentos aos Estados Unidos da América e à Europa Ocidental, existentes no governo anterior de Juscelino Kubitschek.

A PEI continha, entre seus fundamentos, a “mundialização das relações internacionais do Brasil e a busca da ampliação das relações internacionais do Brasil com objetivos comerciais” (CERVO; BUENO, 2010, p. 311). Durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964), aquela Política permaneceu em vigor, direcionando as relações internacionais do Brasil.

A partir do ano de 1961, os contatos com a África se intensificaram, transformando os anos seguintes num período extremamente ativo no que se refere à aproximação brasileira, nos pontos de vista político e econômico. Segundo Santana (2003b), o comércio Brasil-África alcançou elevados patamares até meados da década de 80, quando então sofreu um forte declínio.

A adoção da PEI trouxe um incremento imediato para as relações comerciais Brasil-África. Dentre as iniciativas concretas de aproximação, Santana destaca a criação da Divisão de África do MRE, o estabelecimento de rotas marítimas para a África Atlântica e a realização de uma exposição itinerante de produtos brasileiros, montada no navio-escola brasileiro Custódio de Melo.

No governo Castello Branco, a situação econômica delicada, herdada do governo anterior e o realinhamento com os EUA na política externa reduziram a velocidade da aproximação econômica Brasil-África. Mesmo assim, a aspiração brasileira à condição de potência mundial, sob influência do pensamento geopolítico, contribuiu para o aparecimento de novas ações de aproximação. Dentre elas, Santana menciona a criação de uma linha aérea entre o Rio de Janeiro e Johannesburgo, passando por Luanda, e o incremento negócios com Angola e Moçambique pela Câmara de Comércio Luso-Brasileira.

Ainda na gestão Castello Branco, as constatações de que o Brasil exportava somente cerca de 2% de seu total para o continente africano, e que dele importava menos de 1%, e a busca da reversão daquelas situações motivaram a formação de uma missão comercial à África. Realizada em 1965, a missão teve a coordenação do Itamaraty e envolveu a participação de grandes associações de empresas privadas, tais como a Confederação Nacional das Indústrias, além do setor público, que contou com a Petrobrás, o Ministério da Indústria e do Comércio e a Carteira de Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil, dentre outras instituições.

Apesar das dificuldades, decorrentes da natureza pouco complementar das economias africana e brasileira, e de privilégios mantidos por empresas das ex-metrópoles, Santana afirma que o resultado da missão foi considerado satisfatório para a diplomacia brasileira, uma vez que evidenciou as potencialidades da aproximação comercial com a África. Isto motivou o envio de uma nova missão no ano seguinte, com o objetivo específico de levantar possíveis oportunidades de aproximação comercial com Angola e Moçambique.

Com a gestão do General Costa e Silva (1967-1969), houve uma nova mudança no direcionamento da política externa brasileira, com a recuperação da autonomia. A chamada “Diplomacia da Prosperidade” buscava o desenvolvimento nacional por meio de direções como “a reformulação das bases do comércio internacional e ampliação da pauta e dos mercados para as exportações brasileiras” (CERVO; BUENO, 2010, p. 382).

Neste contexto, Santana afirma que o distanciamento da África no período Castello Branco, é revertido na gestão Costa e Silva. A busca da diversidade de parcerias estimulou um incremento das relações comerciais com o continente africano. Assim sendo, em 1968 foram inauguradas novas linhas marítimas regulares entre Brasil e África e o presidente da Petrobrás declarou, em entrevista à imprensa, haver a possibilidade de realização de investimentos da empresa na prospecção do petróleo angolano. Todo este empenho traduziu-se em resultados positivos, com relativo crescimento das exportações brasileiras para a África.

O governo do presidente Médici (1969-1974) correspondeu ao período em que a economia brasileira teve grande expansão, com taxas de crescimento anuais médias superiores a 10%. A produção industrial acompanhou esta expansão, particularmente no tocante à produção de manufaturados. A incapacidade do mercado consumidor brasileiro em absorver os excedentes de produção, em

decorrência dos baixos níveis salariais existentes, fez com que o governo passasse a envidar grandes esforços no incremento das exportações, conforme assevera SANTANA (2003a).

Já naquela época, a economia brasileira encontrava dificuldades em competir com as de países mais desenvolvidos, que se beneficiavam de medidas protecionistas. Assim sendo, o autor afirma que o governo passou a buscar um incremento das chamadas relações comerciais “Sul-Sul”. Neste contexto, estreitaram-se ainda mais os vínculos com países africanos, com a articulação da diplomacia, das agências de governo, das empresas estatais e das organizações privadas.

Em 1972 e 1973, o chanceler Gibson Barbosa realizou viagens por países africanos, com o objetivo de estreitar o relacionamento com aquele continente. Segundo Santana (2003b, p. 16), essas viagens “marcaram o restabelecimento dos contatos brasileiros com as nações africanas, e seus resultados se consolidam em uma série de instrumentos internacionais”.

Em 1973, a Câmara de Comércio Afro-Brasileira organizou a primeira missão de caráter eminentemente comercial ao continente africano, a fim de incentivar o intercâmbio comercial entre o Brasil e a África. Como resultados daquela iniciativa, foram estabelecidos uma série de acordos bilaterais de comércio e houve a instalação das primeiras companhias brasileiras na África Negra. Desde então, diferentes personalidades africanas visitaram o Brasil em missões econômicas, ampliando acordos firmados anteriormente.

Segundo Santana (2003a), o estreitamento das relações comerciais ocasionou o aumento da presença de empresas brasileiras em feiras realizadas no continente africano e o estabelecimento de linhas regulares de comércio com a África Ocidental pelo Lloyd Brasileiro.

O período de governo do presidente Geisel (1974-1979) iniciou ainda sob grande crescimento econômico, entretanto, logo passou a sofrer os efeitos da crise econômica mundial decorrente do chamado “Primeiro Choque do Petróleo”. Segundo Skidmore, “o efeito no Brasil foi imediato, pois como o país dependia de importações para mais da metade de seu consumo de petróleo, a conta de importações do país disparou” (2003, p. 251).

Santana (2003b) afirma que, diante do quadro internacional adverso, o governo brasileiro passou a envidar esforços para a ampliação da participação no

comércio africano, a fim de reverter a situação crítica das contas externas e de evitar a concorrência desigual com as economias mais desenvolvidas.

Pantoja e Saraiva (1999) relacionam o reconhecimento brasileiro da independência de Angola, em 1975, a este esforço de aproximação econômica com a África. Segundo Santana (2003b), este reconhecimento trouxe resultados benéficos, uma vez que o presidente angolano Agostinho Neto mostrou interesse imediato em receber toda cooperação econômica brasileira possível, incluindo a presença da Petrobrás na exploração do petróleo angolano.

Dentre os resultados concretos das iniciativas de aproximação do governo Geisel para com a África, podem ser destacados a criação de vôos semanais da Varig do Rio de Janeiro a Lagos, na Nigéria, e a organização de feiras pelo Itamaraty, juntamente com a Associação Brasileira de Exportadores (ABE). Santana (2003a) acrescenta, ainda, o início da exportação de carros para a Nigéria e Angola pela Volkswagen do Brasil em 1977.

Em termos numéricos, de 1972 a 1977 o Brasil elevou em mais de seis vezes as suas exportações para a África e a parte correspondente às exportações para aquele continente, no total do comércio brasileiro, saltou de 2,3% em 1972 para cerca de 9% em 1981. (SANTANA, 2003b)

Ainda no governo Geisel, Santana (2003a) salienta a importância da atuação do Banco do Brasil no fomento ao intercâmbio comercial Brasil-África, por meio da atuação da CACEX, facilitando as liberações das empresas brasileiras interessadas no mercado africano, pela abertura de agências em cidades como Abdijan, Lagos e Cairo e pela abertura de linhas de crédito para países como Angola, Moçambique e Senegal.

O autor acrescenta que o Brasil detinha na época 20% das ações do BIAO – Banco Internacional da África Ocidental e que o país participava Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), com cerca de US\$ 20 milhões, uma das cinco maiores participações naquele fundo.

O governo do general Figueiredo (1979-1985) iniciou com um quadro de crise econômica interna, agravada pela crise mundial decorrente do “Segundo Choque do Petróleo”, de 1979, e pela elevação das taxas internacionais de juros, em 1981. Neste período, Myiamoto (2000, p. 3) afirma que o Brasil procurou minorar os efeitos da crise, buscando uma dupla inserção internacional entre os países mais e menos desenvolvidos, já que procurava “de um lado, ter os mesmos benefícios

percebidos pelos Estados mais pobres e, de outro lado, desejava participar mais ativamente das decisões junto aos países que eram grandes potências”.

Santana (2003b) afirma que no naquele governo as relações do Brasil com a África expandiram-se consideravelmente, tanto na área política quanto na econômica, com as exportações brasileiras fazendo com que o comércio Brasil-África atingisse um patamar jamais alcançado em nenhum outro momento da história brasileira.

No caso específico das relações econômicas com Angola, merece destaque a assinatura do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica pelos dois países, em 1980. Tratava-se de um documento que estabelecia as bases iniciais para a cooperação, nas áreas que compunham seu título. Embora bastante genérico, o Acordo abriu espaço para a assinatura de um documento complementar em 1983, relevante para o relacionamento em estudo. (BRASIL, 1980b)

O Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica contemplava: o abastecimento de Angola com bens de consumo brasileiros, a construção do Complexo Hidrelétrico de Capanda por uma empreiteira brasileira, a manutenção da linha de crédito do Governo de Angola junto à CACEX, com amortização de saldos devedores anteriores, e, sobretudo, a destinação de exportações de petróleo angolano como pagamento ou garantia das ações ora acordadas. (BRASIL, 1983b)

A assinatura do Ajuste Complementar incentivou uma modalidade de troca comercial que fora introduzida no governo Geisel, e que ganhou grande impulsão na gestão Figueiredo: o *countertrade*. Segundo Santana (2003a), tratava-se basicamente do pagamento de mercadorias importadas do Brasil pelos países africanos com mercadorias produzidas naqueles países, especialmente o petróleo. Esta modalidade contribuiu para contornar as dificuldades de financiamento internacional para países em desenvolvimento naquela época.

Ainda no contexto do *countertrade*, Santana (2003a, p. 10) destaca duas iniciativas de sucesso envolvendo Brasil e Angola:

Outro acordo importante de *countertrade* foi estabelecido com Angola, em novembro de 1984, para a construção da hidrelétrica de Capanda, a maior da África, numa empreitada em que a Construtora Norberto Odebrecht se associava a uma empresa soviética fornecedora de turbinas. O custo da construção, previsto inicialmente em US\$ 650 milhões – o maior envolvendo uma construtora brasileira no exterior –, seria parcialmente pago com petróleo angolano, numa base inicial de dez mil barris diários. A Petrobrás também participou de operações de *countertrade* com Angola, como a

associação com a Sonangol, estatal angolana, e com as empresas estrangeiras Petrofina e Bristish Petroleum, para a exploração do petróleo angolano.

Ainda no governo Figueiredo, merece destaque a atividade de transferência de tecnologia e serviços, pelo grande volume de negócios que gerou, por meio de empresas voltadas à construção de obras públicas e de infraestrutura, à exploração de petróleo, à implantação de projetos agrícolas, à realização de estudos de viabilidade de prospecção mineral, ao mapeamento de solos, etc. Inicialmente esses serviços eram executados exclusivamente por companhias estatais brasileiras, porém, as empresas privadas logo entraram naquele mercado, especialmente as empreiteiras. (SANTANA, 2003a).

O final da gestão do general Figueiredo e a transição para os governos civis, na pessoa do presidente José Sarney (gestão 1985-1990) coincidiram com o início do declínio do intercâmbio comercial entre o Brasil e os países africanos, que veio a agravar-se na década de 1990.

Na análise das causas do declínio comercial, Pimentel (2000, p. 5) afirma que se deve “distinguir os problemas genéricos, enfrentados por empresas de todos os países, daqueles específicos das empresas brasileiras em seu esforço para concorrer com as estrangeiras, sobretudo europeias, já há muito estabelecidas abaixo do Saara”.

Dentre os primeiros, o autor destaca a instabilidade política e econômica da maioria dos países africanos, produzindo dificuldades para a instalação e a operação das empresas no terreno. Já entre os problemas específicos das empresas brasileiras, o autor elenca o desconhecimento mútuo, a preferência africana pelas empresas europeias e seus produtos, a escassez de transporte direto entre o Brasil e a África, as práticas europeias indevidas – como protecionismo, subsídios e reserva de mercados – em detrimento de empresas brasileiras e as deficiências nos mecanismos de crédito e seguros para exportações de bens e serviços brasileiros.

Sofrendo efeito dos problemas supramencionados, o intercâmbio comercial brasileiro com a África começou a declinar. Seus índices retornaram a valores semelhantes àqueles dos primórdios da retomada das relações comerciais, com uma participação entre 3,5 e 4% do total das exportações brasileiras para todo o mundo. (SANTANA, 2003a).

No início da década de 1990, a gestão do presidente Fernando Collor (1990-1992) trouxe uma reorientação da política externa brasileira, que contribuiu para um declínio ainda maior das relações comerciais Brasil-África. Segundo Santana, o Brasil voltou a privilegiar as relações com os Estados Unidos e a Europa, ao mesmo tempo em que se incrementaram as relações com a Ásia. O sucesso do Mercado Comum do Sul (Mercosul) também fez com que a África perdesse os atrativos para o empresariado brasileiro.

Cabe também ressaltar que, durante a gestão Collor ocorreu o início da reforma do Estado, sob orientação do ideário neoliberal, fazendo com que o País se alinhasse aos princípios da globalização e do livre mercado. Com isso, houve uma diminuição progressiva do papel do Estado como promotor do desenvolvimento econômico, impactando negativamente nas relações econômicas ora em estudo, anteriormente favorecidas pela ação do Estado Brasileiro.

Outro fator de agravamento do quadro negativo de intercâmbio comercial foi o efeito da crise econômica que abalou o mundo ao final dos anos 1980, atingindo profundamente as economias africanas e retirando-lhes a capacidade de ampliar suas relações com outros países do Hemisfério Sul. (SANTANA, 2003a)

Nas gestões Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), as prioridades de relacionamento comercial foram mantidas, com ênfase para a consolidação do Mercosul, considerada de grande relevância pela política externa brasileira e favorecida por fatores como proximidade geográfica, melhores possibilidades de coordenação e apoio, maior suporte do governo brasileiro e proximidade de idioma e de cultura. Com isso, a participação do continente africano nas exportações brasileiras reduziu-se significativamente, vindo a estagnar-se.

No caso específico de Angola, é importante ressaltar que, no final da década de 1980 e início da década de 1990, o Brasil deixou de receber os fornecimentos de petróleo que amortizavam a dívida externa angolana para com o Brasil, nos termos do Ajuste Complementar de 1983. O débito alcançou um montante de US\$ 436 milhões e a questão só foi regularizada em 1995, com a assinatura do Acordo para Reescalamento de Dívida, que foi objeto de estudo da Seção 4 do presente trabalho. (BRASIL, 1995c)

Apesar da tendência de declínio das relações comerciais a partir da metade da década de 1980, Santana (2003a, p. 14) assevera que “a tendência de baixa

nesse comércio não significa, contudo, o fim do intercâmbio, pois a política persiste, embora de maneira seletiva, com prioridades precisas e bem delimitadas no continente”. Esta seletividade, referendada por Pimentel (2000), pôde ser observada em iniciativas pontuais de intercâmbio econômico entre Brasil e Angola, objeto do presente estudo.

Pimentel apresenta, ainda, motivos que justificavam a inclusão de Angola entre os parceiros dessas iniciativas seletivas de aproximação:

O Governo brasileiro está convencido de ter razão também no que diz respeito ao encaminhamento da questão angolana. Angola é um país rico. Dispõe de petróleo, diamantes e terras férteis, além de água, recurso de que carece a maioria dos países africanos. Fatores estruturais de aproximação são os vínculos históricos, a afinidade cultural e a singular contribuição angolana à formação do povo brasileiro. [...]

Além de enviar para Angola, no âmbito da UNAVEM, o maior contingente militar brasileiro no exterior desde a II Guerra Mundial, o Governo Fernando Henrique Cardoso vem multiplicando sinais de solidariedade, da qual um exemplo recente é a instalação, nas proximidades de Luanda, do Centro Móvel de Formação Profissional, com capacidade para formar centenas de profissionais de nível médio por ano. Em contrapartida, o Governo angolano retribui com impecável regularidade nos pagamentos da dívida externa e com acolhedora simpatia pelos produtos e empresas brasileiros. (PIMENTEL, 2000, p.13-14)

Uma das iniciativas destacadas por Santana (2003a) é atuação da Odebrecht em Angola, cujos resultados positivos permitiram a essa empresa firmar-se na atualidade como uma das mais importantes forças da construção civil naquele país, executando grandes obras de engenharia, diversificando seus negócios e instalando subsidiárias. Esta atuação será estudada mais detalhadamente em fase posterior deste trabalho e é considerada de grande relevância pela direção da empresa.

A Odebrecht faz-se presente em Angola desde 1984, quando chegou para iniciar a construção da Hidrelétrica de Capanda, seu primeiro empreendimento no país. Ao realizar obras de infraestrutura e investir em projetos que melhoram as condições de vida de milhões de angolanos, a empresa participa da reconstrução do país, gera riqueza, empregos, tributos, capacita pessoas para o trabalho e prepara Angola para crescer. [...] Além disso, a Odebrecht desenvolve, de forma voluntária, diversos projetos sociais no país, nomeadamente nas áreas de educação, saúde, meio ambiente e cultura. (ODEBRECHT ANGOLA, 2010)

Do exposto, pôde-se observar que as relações econômicas entre o Brasil e a África nos anos em que se desenvolveram as missões de paz em Angola (1989-1999) encontravam-se, de maneira geral, em declínio, após um longo período de reaproximação. Mesmo assim, o caso específico de Angola merece especial atenção, pois, conforme o exposto nesta subseção, as peculiaridades daquele País

fizeram com que merecesse uma atenção especial, cujo resultado foi analisado no decorrer desta pesquisa.

4.4 OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DE PAZ DA ONU E A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA

Nesta subseção, será apresentado, inicialmente, um breve referencial conceitual sobre as missões de paz a cargo da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo, posteriormente, particularizada a participação brasileira nestas missões, especialmente em Angola.

A bibliografia básica para elaboração desta subseção foi produzida pela ONU e encontra-se disponível na página eletrônica do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) daquela Organização. Destacam-se ainda as obras dos embaixadores Afonso José S. Cardoso (1998) e Paulo Roberto C.T. Fontoura (1999 e 2009). Ambos possuem um vasto cabedal de conhecimentos acerca do assunto e lograram descrever com grande riqueza de detalhes a atuação dos militares brasileiros sob a égide da ONU. Complementarmente, informações adicionais puderam ser coletadas no portal do Exército Brasileiro e em artigos e trabalhos acadêmicos produzidos por especialistas no assunto.

A Organização das Nações Unidas é uma instituição internacional formada por cento e noventa e dois Estados soberanos, fundada após a 2ª Guerra Mundial para manter a paz e a segurança no mundo, fomentar relações cordiais entre as nações, promover progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos. Os membros são unidos em torno da Carta das Nações Unidas, um tratado internacional que enuncia os direitos e deveres dos membros da comunidade internacional. (ONU, 2010a)

Quanto à criação da ONU, Pecequillo (2009, p. 296) afirma que

representou uma significativa alteração dos padrões tradicionais da política internacional focados nas relações interestatais, retomando o projeto do idealismo wilsoniano de reordenar o sistema internacional com base em princípios de legalidade e legitimidade. Retomando conceitos como democracia, segurança coletiva e a autodeterminação dos povos, a Carta de São Francisco amadureceu os preceitos originais dos Quatorze Pontos e da Liga das Nações e inseriu novos componentes e compromissos na agenda diplomática global. A luz do encerramento de mais um conflito global, termos como paz, cooperação, transparência, participação e direitos humanos ganharam relevância crescente.

As Nações Unidas são constituídas por seis órgãos principais: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, o Tribunal Internacional de Justiça e o Secretariado. Todos eles estão situados na sede da ONU, em Nova York, com exceção do Tribunal, que fica em Haia, na Holanda. (ONU, 2010a)

O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) é o órgão responsável pela paz e segurança internacionais. Ele é formado por quinze membros: cinco permanentes, que possuem o direito de veto – Estados Unidos, Rússia, Grã-Bretanha, França e China – e dez membros não permanentes, eleitos pela Assembleia Geral por dois anos. Este é o único órgão da ONU que tem poder decisório, isto é, todos os membros das Nações Unidas devem aceitar e cumprir as decisões do Conselho. (ONU, 2010a)

Cabe agora a enumeração de alguns pressupostos da Carta das Nações Unidas, relacionados às operações de manutenção de paz:

CAPÍTULO V - CONSELHO DE SEGURANÇA

Funções e atribuições

Artigo 24 - 1. A fim de assegurar pronta e eficaz ação por parte das Nações Unidas, seus Membros **conferem ao Conselho de Segurança a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais** e concordam em que no cumprimento dos deveres impostos por essa responsabilidade o Conselho de Segurança aja em nome deles.

CAPÍTULO VI

SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS

Artigo 33 - 1. As partes em uma controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha. 2. O Conselho de Segurança convidará, quando julgar necessário, as referidas partes a resolver, por tais meios, suas controvérsias.

Artigo 36 - 1. O conselho de Segurança poderá, em qualquer fase de uma controvérsia da natureza a que se refere o Artigo 33, ou de uma situação de natureza semelhante, **recomendar procedimentos ou métodos de solução apropriados.**

Artigo 37 - 1. No caso em que as partes em controvérsia da natureza a que se refere o Artigo 33 não conseguirem resolvê-la pelos meios indicados no mesmo Artigo, deverão submetê-la ao Conselho de Segurança. O Conselho de Segurança, caso julgue que a continuação dessa controvérsia poderá realmente constituir uma ameaça à manutenção da paz e da segurança internacionais, **decidirá sobre a conveniência de agir de acordo com o Artigo 36 ou recomendar as condições que lhe parecerem apropriadas à sua solução.**

CAPÍTULO VII

AÇÃO RELATIVA A AMEAÇAS À PAZ, RUPTURA DA PAZ E ATOS DE AGRESSÃO

Artigo 39 - O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, e fará recomendações

ou decidirá que medidas deverão ser tomadas de acordo com os Artigos 41 e 42, a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais.

Artigo 41 - O Conselho de Segurança decidirá sobre as medidas que, sem envolver o emprego de forças armadas, deverão ser tomadas para tornar efetivas suas decisões e poderá convidar os Membros das Nações Unidas a aplicarem tais medidas. Estas poderão incluir a interrupção completa ou parcial das relações econômicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radiofônicos, ou de outra qualquer espécie e o rompimento das relações diplomáticas.

Artigo 42 - No caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no Artigo 41 seriam ou demonstraram que são inadequadas, **poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos Membros das Nações Unidas.** (ONU, 1945, p. 7-10, grifos do autor)

Como se pôde observar, os capítulos VI e VII da Carta da ONU, comumente invocados nos textos sobre operações de manutenção de paz, não fazem referência específica a este tipo de operação. Assim sendo, a literatura especializada costuma encarar as *peacekeeping operations* (PKO) como órgãos subsidiários do CSNU no cumprimento de suas atribuições. Segundo Fontoura (1999), as operações de manutenção da paz das Nações Unidas são um instrumento singular e dinâmico, estabelecido pela ONU para ajudar os países atingidos por conflitos a criar condições necessárias para uma paz duradoura. O documento básico que estabelece o desdobramento das operações é a Resolução do Conselho de Segurança.

Em 1992, o Secretário-Geral da ONU Boutros Boutros-Ghali elaborou o documento intitulado “Uma Agenda para a Paz”, em que estabelecia, dentre outros preceitos, definições básicas relacionadas às atividades de manutenção de paz. Para Boutros-Ghali, as operações de manutenção de paz tinham um papel de destaque no âmbito da atuação das Nações Unidas, pois já haviam levado diversas áreas conflagradas à estabilidade. Aquele documento teve grande relevância para a normatização das operações, uma vez que foi editado em um período de transição da natureza das missões de paz, motivado pelo fim da Guerra Fria. (ONU, 1992)

Três anos depois, o mesmo Secretário-Geral lançou um novo documento sobre o assunto, o Suplemento da Agenda para a Paz. A finalidade daquele documento, segundo o próprio autor era “ressaltar seletivamente certas áreas onde dificuldades não planejadas ou parcialmente planejadas haviam aparecido e onde

havia uma necessidade de os Estados Membros tomarem decisões sérias.” (ONU, 1995, p. 1, tradução do autor)

Quanto aos princípios básicos que norteiam as operações de manutenção de paz, a literatura sobre o assunto consagrou o consentimento (do país-sede), a imparcialidade e o não uso da força, exceto em legítima defesa ou em defesa do mandato (FONTOURA, 1999). Tais princípios encabeçam a lista dos fatores críticos de sucesso das operações, elencados pelas Nações Unidas:

Como as experiências passadas mostraram, existem alguns fatores essenciais para o sucesso de uma operação de manutenção de paz. Ela deve:

- Ser guiada pelos princípios de consentimento, imparcialidade e do não uso de força, exceto para a autodefesa e a defesa do mandato;
 - Ser percebida como legítima e digna de credibilidade, particularmente aos olhos da população local;
 - Fazer com que o processo de paz pertença ao país e à população locais.
- (ONU, 2012, p. 1)

A primeira operação de manutenção da paz das Nações Unidas foi aprovada em 1948, quando o Conselho de Segurança autorizou o desdobramento de observadores militares no Oriente Médio para vigiar a observância do Acordo de Armistício entre Israel e seus vizinhos árabes. Desde então, foram desdobradas, em distintas partes do mundo, sessenta e três operações de manutenção da paz das Nações Unidas. (ONU, 2010b)

Com o passar dos anos, as operações de manutenção da paz evoluíram para atender às demandas impostas por conflitos diferentes e por um panorama político mutável. Elas se iniciaram num momento em que as rivalidades da Guerra Fria paralisavam com frequência o Conselho de Segurança. Os objetivos eram limitados basicamente à manutenção do cessar-fogo e à estabilização da situação sobre o terreno, a fim de que se pudessem realizar gestões no nível político para resolver o conflito por meios pacíficos. As operações eram integradas por observadores militares e tropas dotadas de armas leves. O mandato consistia em vigiar, informar e fomentar a confiança no cessar-fogo e nos acordos de paz. (ONU, 2003)

Em decorrência das mudanças observadas na natureza dos conflitos administrados pela ONU e de alguns resultados frustrantes obtidos por missões estritamente militares, as operações de paz começaram a ser desdobradas em ambiente cada vez mais complexo a partir do início da década de 1990. Tal fato exigiu uma abordagem multidimensional, que fosse muito além dos mandatos

clássicos de estabelecimento de um ambiente seguro, calmo e estável. (FONTOURA, 1999)

Desta forma, foram inseridos no contexto das operações da ONU indivíduos e grupos multidisciplinares que possibilitassem o pleno atendimento dos amplos mandatos das novas missões estabelecidas. Adicionalmente, o componente militar passou a ter um papel muito mais abrangente, devendo ser preparado para desempenhar tarefas de naturezas bem distintas das até então executadas.

O segmento militar das missões passou a trabalhar em cooperação cerrada com os demais componentes, já que o sucesso de uma operação multidimensional de manutenção da paz passou a ser medido por muito mais que a simples ausência de conflito. O restabelecimento e o desenvolvimento de instituições democráticas fortes e o respeito às leis e direitos humanos de todos os cidadãos também passaram a constituir-se em importantes indicadores do sucesso no terreno. (ONU, 2003).

A evolução doutrinária das operações de manutenção de paz estabeleceu um marco significativo em 2000, com a publicação do chamando *Brahimi Report*²². Na atualidade, o documento que apresenta uma compilação abrangente de todas as informações constantes da documentação anterior sobre operações de manutenção de paz é o *United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines*, conhecido como *Capstone Doctrine* (2008). Cabe ressaltar que ambos os documentos foram editados após o período em que está focada a presente pesquisa.

A primeira participação do Exército Brasileiro (EB) em operações de manutenção de paz da ONU ocorreu em 1948, quando observadores militares foram enviados para os Bálcãs, a fim de participar da *United Nations Special Committee on the Balkans* (UNSCOB). Durante as décadas de 50 e 60, o EB viria a participar com efetivos maiores, integrando forças internacionais de paz, sob a égide da ONU no Oriente Médio e da OEA no Caribe.

A mais longa participação foi no Oriente Médio (*United Nations Emergency Force I* – UNEF-I) e durou de 1957 a 1967, com a presença de seiscentos homens,

²² Trata-se do documento intitulado *Comprehensive review of the whole question of peacekeeping operations in all their aspects*, que foi encomendado pelo Secretário-geral Kofi Annan a uma comissão chefiada pelo diplomata argelino Lakhdar Brahimi. O Relatório é dividido em seis partes e apresenta um amplo arcabouço de informações sobre os mais diversos aspectos envolvidos no planejamento, no estabelecimento e na execução das operações de manutenção de paz.

em média, que se revezaram em vinte contingentes (BRASIL, 2010a). O amparo legal para a participação brasileira na UNEF foi estabelecido por uma Lei²³ e um Decreto Legislativo²⁴, editados em novembro de 1956.

Nas décadas seguintes, houve uma redução das operações da ONU, até reiniciarem em 1989, após o fim do chamado “imobilismo” do CSNU, observado durante a Guerra Fria.

Em 1994, foram enviadas tropas brasileiras²⁵ para Moçambique, para integrar a *United Nations Operation in Mozambique* (ONUMOZ). Aquela operação marcou o reinício da participação brasileira em operações de paz com contingentes de tropa.

Ainda no contexto da participação de tropas brasileiras sob a égide da ONU, vale mencionar que, em setembro de 1995, o Exército enviou um contingente²⁶ composto por mais de mil homens para a *United Nations Angola Verification Mission III* (UNAVEM III), que será objeto de estudo do presente trabalho.

Nos últimos anos, militares brasileiros vêm prestando serviços às Nações Unidas, como observadores militares, como oficiais de estado-maior e como contingentes de tropa na África, na América Central, na Europa, e na Ásia. (BRASIL, 2010a)

No que se refere ao amparo legal para a participação brasileira em operações de manutenção de paz, pode-se afirmar que a Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999²⁷, teve papel relevante, ao preencher um lacuna existente na legislação em vigor.

CAPÍTULO V - DO EMPREGO

Art. 15. O emprego das Forças Armadas na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, **e na participação em operações de paz**, é de responsabilidade do Presidente da República, que determinará ao Ministro de Estado da Defesa a ativação de órgãos operacionais, observada a seguinte forma de subordinação:

²³ A Lei Nº 2.953, de 17 de novembro de 1956 (Fixa normas para remessa de tropas brasileiras para o exterior) serviu como marco legal inicial e condicionou o envio de tropas brasileiras à autorização prévia do Congresso Nacional.

²⁴ O Decreto Legislativo Nº 61, de 22 de novembro de 1956 (Autoriza o Presidente da República a contribuir com um contingente militar para formação ou integração da Força Internacional de Emergência, e dá outras providências) foi a autorização formal concedida pelo Congresso Nacional para o envio de tropas brasileiras à UNEF.

²⁵ A aprovação para o envio das tropas brasileiras para Moçambique ocorreu por intermédio do Decreto Legislativo Nº 15, 8 de março de 1994 (Aprova o pedido de autorização para que o Brasil possa colocar à disposição da Operação das Nações Unidas para Moçambique – ONUMOZ, pelo prazo de um ano, um batalhão de infantaria).

²⁶ O envio das tropas foi aprovado pelo Decreto Legislativo Nº 31, de 16 de dezembro de 1994 (Autoriza o envio de contingente militar para o processo de pacificação política de Angola).

²⁷ Atualmente, a Lei Complementar Nº 97 já foi atualizada pela Lei Complementar Nº 117, de 2 de setembro de 2004 e pela Lei Complementar Nº 136, de 25 de agosto de 2010.

- I - diretamente ao Comandante Supremo, no caso de Comandos Combinados, compostos por meios adjudicados pelas Forças Armadas e, quando necessário, por outros órgãos;
- II - diretamente ao Ministro de Estado da Defesa, para fim de adestramento, em operações combinadas, ou **quando da participação brasileira em operações de paz**; (BRASIL, 1999, grifos do autor)

Em 2012, o Brasil encontra-se participando de operações de manutenção de paz na América Central, na Europa, na Ásia e na África. O grande destaque, sem dúvida é a *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haiti* (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti – MINUSTAH). Esta Missão foi criada em 2003, com o objetivo principal de estabelecer um ambiente seguro e estável no Haiti, apoiar seu processo constitucional e político, bem como proteger os direitos humanos naquele País. O Brasil se faz representar naquela missão com o maior efetivo militar em presença e tem designado, desde o início da missão, o oficial-general que desempenha a função de *Force Commander* (Comandante do componente militar da missão). (BRASIL, 2010a)

Feita esta abordagem inicial sobre o histórico das operações de manutenção de paz da ONU e sobre a participação brasileira em tais operações, passar-se-á agora a apresentar um referencial teórico básico sobre as missões ocorridas em Angola e a atuação brasileira ao longo delas. Cabe a ressalva de que este assunto será objeto de uma análise mais detalhada no Capítulo 3 do presente trabalho.

A *United Nations Angola Verification Mission I* - Primeira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM I) foi estabelecida em dezembro de 1988, por meio da Resolução 626 (1988) do CSNU, a fim de verificar a retirada total das tropas cubanas do território de Angola. O Brasil contribuiu com oito observadores militares para o primeiro mandato da missão, de janeiro de 1989 a maio de 1991 (término do mandato). Além disso, durante todo o mandato da UNAVEM I, o General-de-Brigada Péricles Ferreira Gomes exerceu o comando do contingente de observadores militares das Nações Unidas. (BRASIL, 2010a)

A *United Nations Angola Verification Mission II* - Segunda Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM II) foi criada em maio de 1991 para verificar as disposições acordadas pelo governo de Angola e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) relativas ao monitoramento do cessar-fogo e da Polícia Angolana. Deveria também, observar as eleições no País, em conformidade com o Acordo de Paz. O Brasil continuou contribuindo para o

segundo mandato da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola, de maio de 1991 a fevereiro de 1995, com oito observadores militares, nove observadores policiais e uma unidade médica. Para monitorar as eleições, em setembro de 1992, foram enviados quatro observadores eleitorais (funcionários do Tribunal Superior Eleitoral). O General-de-Brigada Péricles Ferreira Gomes continuou exercendo o comando do contingente de observadores militares das Nações Unidas, de maio a setembro de 1991. (BRASIL, 2010a)

As resoluções do CSNU que trataram sobre a UNAVEM II foram as: 696 (1991), 747 (1992), 785 (1992), 793 (1992), 804 (1993), 811 (1993), 834 (1993), 864 (1993), 952 (1994) e 966 (1994), cujos escopos serão analisados na seção seguinte do presente trabalho.

A *United Nations Angola Verification Mission III* - Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III) foi estabelecida para ajudar o governo de Angola e a UNITA a restabelecer a paz e lograr a reconciliação nacional. Teve por base os Acordos de Paz para Angola, firmados em 31 de maio de 1991, o Protocolo de Lusaka, celebrado em 20 de novembro de 1994 e as resoluções do Conselho de Segurança.

De agosto de 1995 a julho de 1997, o Brasil contribuiu com um batalhão de infantaria (oitocentos homens), uma companhia de engenharia (duzentos homens), dois postos de saúde avançados (quarenta oficiais de saúde, entre médicos, dentistas, farmacêuticos e auxiliares de saúde) e aproximadamente quarenta oficiais do Estado-Maior para a UNAVEM III. Durante todo o período da missão, o Brasil também designou uma média de catorze observadores militares e onze observadores policiais. O Brasil chegou a ser o maior contribuinte de tropas para a Missão, que durante quase dois anos foi a maior operação de paz das Nações Unidas. A participação brasileira na UNAVEM III fez com que o Brasil ocupasse, no início de 1996, a posição de quarto maior contribuinte de tropas para operações de paz das Nações Unidas. (BRASIL, 2010a)

As resoluções do CSNU que estabeleceram e prorrogaram a UNAVEM III foram as: 976 (1995), 1008 (1995), 1045 (1996), 1055 (1996), 1064 (1996), 1075 (1996), 1087 (1996), 1098 (1997), 1102 (1997) e 1106 (1997), a serem estudadas na seção seguinte do presente trabalho.

A Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA) foi criada em 30 de junho de 1997 para ajudar as duas partes em conflito a consolidar a paz e

a reconciliação nacional. Seu mandato previa, ainda, o estabelecimento de condições para garantir uma estabilidade duradoura, um desenvolvimento democrático e a reconstrução do País.

O Brasil contribuiu, durante todo o mandato da Missão (de julho de 1997 a fevereiro de 1999) com uma média de quatro Observadores Militares, aproximadamente 20 Observadores Policiais e dois oficiais que atuaram no Estado-Maior da missão. Em março de 1999, o Brasil passou a ceder uma unidade médica, composta por 15 militares do Exército, para prestar apoio ao pessoal das Nações Unidas em Luanda durante o período de encerramento da MONUA. (BRASIL, 2010a).

As resoluções do CSNU que trataram sobre a MONUA foram as: 1118 (1997), 1127 (1997), 1135 (1997), 1149 (1998), 1157 (1998), 1164 (1998), 1180 (1998), 1190 (1998), 1195 (1998), 1202 (1998), 1213 (1998), 1219 (1998), 1221 (1999), 1229 (1999) e 1268 (1999), a serem estudadas na próxima seção do presente trabalho.

Após o encerramento da MONUA, a ONU estabeleceu um escritório e uma missão administrativa em Angola, respectivamente o *United Nations Office in Angola* (UNOA) e a *United Nations Mission in Angola* (UNMA). Em virtude da participação muito limitada do Brasil nestas empreitadas, elas estão fora do escopo de investigação da presente pesquisa.

No meio acadêmico, a participação brasileira nas operações de manutenção de paz em Angola foi pouco explorada. As pesquisas realizadas no Banco de Teses²⁸ da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e em bibliotecas de instituições de ensino superior revelaram que não existiam trabalhos de doutorado diretamente relacionados ao assunto. No nível de mestrado, podem ser mencionados como mais relevantes as dissertações de Maia (2006), Moretti (2009) e Rizzi (2005).

Na dissertação intitulada “A intervenção da Organização das Nações Unidas em Angola (1988-1999)”, Maia (2006) procurou realizar um estudo generalizado da atuação da ONU em Angola, enquadrando as missões de paz dentro do que chamou de projeto das Nações Unidas para o País.

²⁸ Disponível em < <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses> > Acessos em jul. 2010 e nov 2011.

No trabalho “1989-1999: os 10 anos de Operações de Paz em Angola”, Moretti (2009) procurou investigar as razões pelas quais as missões não conseguiram atingir plenamente os objetivos propostos, estabelecendo, ainda uma relação entre a política externa dos Estados Unidos para Angola e o desenvolvimento das operações.

Na dissertação “Relações Brasil-Angola no Pós-Guerra Fria: os condicionantes internos e a via multilateral”, Rizzi (2005) não tratou especificamente sobre as operações de manutenção de paz, e sim de um estudo mais amplo sobre o relacionamento bilateral Brasil e Angola, tanto no que chamou de relações diretas quanto nas interações ocorridas no contexto dos organismos internacionais dos quais os dois países participam. Ao longo do trabalho, a autora faz referências constantes às operações da ONU e às suas influências sobre a situação interna de Angola.

Já no âmbito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), a pesquisa revelou que a participação brasileira nas operações de manutenção de paz em Angola foi explorada, sob diferentes enfoques, em trabalhos de conclusão de curso arquivados na biblioteca da Escola. Neste contexto, podem ser destacadas as obras de Francisco (2000), Martins Filho (1999), Mascarenhas (1996) e Rocha (2000). A seguir, serão apresentados o escopo e as principais contribuições de cada um desses trabalhos.

Em seu trabalho intitulado “Missões de paz em Angola: uma análise”, Francisco (2000) estudou a presença das Nações Unidas como um todo nas missões em Angola, destacando a participação brasileira. Ao longo do trabalho, o autor descreveu importantes contribuições do contingente de engenharia do Exército Brasileiro na reconstrução da infraestrutura viária angolana.

Martins Filho (1999) elaborou sua monografia sobre o tema “O Fator Humanitário no Processo de Paz em Angola e seus Reflexos no Papel dos Militares da Força de Paz”. Ao longo do trabalho, o autor procurou descrever algumas iniciativas de integração dos militares brasileiros para com a população local, sob o enfoque da ajuda humanitária.

Mascarenhas (1996) foi o autor cuja concepção do trabalho mais se aproximou do objeto da presente pesquisa. Em sua obra “A Reaproximação do Brasil com Angola no contexto da Nova Ordem Mundial”, o oficial logrou apresentar assuntos de interesse entre Brasil e Angola dentro dos campos político, militar,

econômico e social. Aquele autor apresentou ainda algumas perspectivas econômicas entre os dois países que se vislumbrava na época. Embora bastante informativo, o trabalho não conseguiu mensurar os resultados da aproximação prevista, uma vez que foi elaborado ainda no decorrer da participação brasileira nas missões em Angola.

No trabalho “Análise da atuação do contingente brasileiro em Angola e sugestões para missões de paz futuras”, Rocha (2000) analisou individualmente a participação dos militares brasileiros na UNAVEM I, na UNAVEM II e na UNAVEM III. Ao final do trabalho, apresentou sugestões de aperfeiçoamentos a serem introduzidos em futuras participações, particularmente no campo militar.

Como se pôde observar, embora tenham estabelecido uma base inicial de conhecimento acerca da participação brasileira nas missões de paz em Angola, nenhum dos autores supramencionados logrou explorar de forma minuciosa as reais contribuições desta participação para a aproximação entre os dois países. Do exposto, pode-se constatar que a literatura sobre o assunto é incipiente, pretendendo-se assim, complementá-la no decorrer do trabalho de pesquisa.

5 PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS MISSÕES DE PAZ DA ONU EM ANGOLA

A presente seção destina-se a apresentar uma descrição das participações brasileiras nas operações de manutenção de paz das Nações Unidas em Angola, no período entre 1989 e 1999. O intuito aqui é o de realizar uma compilação das informações existentes sobre o assunto, possibilitando a futura integração com as relações econômicas e militares entre Brasil e Angola no mesmo período, a serem abordadas na Seção subsequente.

Para elaboração desta seção, serviram como referência inicial as informações disponíveis nas diversas páginas eletrônicas sob responsabilidade do *Department of Peacekeeping Operations* (DPKO) da ONU, bem como documentos produzidos pelas Nações Unidas, tais como resoluções do Conselho de Segurança. Paralelamente, foram consultadas as obras do Embaixador Paulo R. C. Tarrisse da Fontoura (1999 e 2009), documentos coletados na Seção de Assuntos Internacionais da 5ª Subchefia do Estado-Maior do Exército e na Divisão de Missões de Paz do Comando de Operações Terrestres, relatórios elaborados por ex-integrantes das missões de paz em Angola e trabalhos de conclusão de curso arquivados na biblioteca da ECEME.

A fim de facilitar a compreensão sobre cada uma das quatro operações a serem analisadas, cada uma delas será abordada em duas etapas. A primeira corresponderá à operação propriamente dita, englobando o ambiente que ensejou seu estabelecimento, as resoluções do CSNU envolvidas, a evolução das situações de segurança e humanitária e os demais aspectos gerais relevantes. A segunda etapa consistirá em uma particularização acerca da participação dos militares e civis brasileiros em cada uma das operações, buscando uma descrição da atuação dos indivíduos ou grupos que corresponderão à estratificação dos aspectos a serem estudados na seção seguinte deste trabalho. Para fins de estudo, os indivíduos e grupos foram divididos em: ocupantes de cargos de chefia, observadores militares e policiais, Batalhão de Infantaria, Companhia de Engenharia e Destacamento de Saúde.

Conforme o exposto na seção anterior, a guerra civil que se seguiu à declaração da independência angolana teve efeito devastador sobre a população do País, bem como sobre a infraestrutura de Angola. O conflito perdurou sem possibilidade de trégua até o final de 1988, quando a celebração dos Acordos de

Nova Iorque²⁹ entre os governos de Angola, da África do Sul e de Cuba, fez surgir no horizonte a possibilidade da cessação das hostilidades entre as forças beligerantes.

Passa-se, a seguir, a abordar de maneira pormenorizada o ambiente que ensejou o desdobramento de cada uma das operações, o escopo de cada missão e participação dos civis e militares brasileiros em solo angolano.

5.1 A UNAVEM I

A Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola I (*United Nations Angola Verification Mission I* - UNAVEM I) foi estabelecida concomitantemente com a celebração dos Acordos de Nova Iorque, por meio da Resolução 626 (1988) do CSNU, de 20 de dezembro de 1988. A operação tinha a duração prevista de trinta e um meses e a finalidade precípua de verificação da repatriação dos cerca de cinquenta mil militares cubanos que haviam sido deslocados para Angola, a fim de apoiar o governo do País na luta contra a UNITA e as forças invasoras sul-africanas.

A afinidade cultural e linguística entre o Brasil e o País anfitrião fizeram com que a ONU confiasse o cargo de *Chief Military Observer* (CMO - Observador Militar-Chefe e Comandante da Operação) ao General-de-Brigada Péricles Ferreira Gomes, o qual permaneceu na função até o encerramento da missão. Este fato se reveste de especial relevância no contexto do presente trabalho, uma vez que a assunção de cargos de comando ou chefia por brasileiros será investigada em fase posterior, a fim de que se verifique sua influência no relacionamento bilateral Brasil-Angola.

Além do General Péricles, as forças armadas brasileiras contribuíram com a operação mediante a cessão de catorze oficiais, sendo dois da Marinha e os demais do Exército. Este efetivo foi enviado em dois rodízios de sete oficiais, nos períodos de 1989-90 e 1990-91. Diferentemente das missões a serem analisadas na sequência, não houve a participação de policiais militares ou de civis brasileiros na UNAVEM I.

Ao assumir o comando da operação, o Oficial brasileiro passou a liderar uma equipe de cerca de setenta observadores militares, oriundos da Argélia, da Argentina, do Brasil, do Congo, da Checoslováquia, da Índia, da Jordânia, da

²⁹ Para maiores informações, ver Subseção 4.1

Noruega, da Espanha e da Iugoslávia. Na fase final da missão, o efetivo mencionado foi reduzido em dez observadores.

A UNAVEM I foi conduzida por meio do estabelecimento de um Quartel-General (QG) na capital Luanda e do desdobramento de sete equipes de observadores, sendo cinco baseadas nos portos de Cabinda, Lobito, Luanda e Namibe e no aeroporto de Luanda, e outras duas de prontidão no QG, para verificar eventuais irregularidades na retirada das tropas.

A primeira missão efetiva de verificação ocorreu no dia 3 de janeiro de 1989, quando uma equipe de dezoito observadores militares acompanhou o embarque e a repatriação de quatrocentos e cinquenta soldados cubanos, que realizaram deslocamento aéreo a partir de Luanda. Desde então, as equipes passaram a observar e a registrar sistematicamente a retirada das tropas.

Rocha (2000) destaca que a afinidade cultural entre brasileiros e angolanos fez com que os oficiais do Brasil servissem de ligação entre o comando da operação e as autoridades locais e que fossem selecionados para exercerem posições de destaque na estrutura da missão. A título de exemplo, pode-se mencionar a designação do então Major Marcio Tadeu Bettega Bergo para a função de Oficial de Informações no Estado-Maior da UNAVEM I.

Segundo o *Department of Peacekeeping Operations* (DPKO) (ONU, 2011a), os procedimentos acordados para o desenvolvimento da operação foram rigorosamente executados, havendo inclusive uma ligeira antecipação em relação ao cronograma inicialmente estabelecido. A celeridade no cumprimento da missão fez com que, em 22 de maio de 1991, o Secretário-Geral da ONU fosse notificado da decisão acordada entre os governos de Angola e de Cuba, de completar a retirada das tropas com mais de um mês de antecedência em relação ao prazo inicialmente acordado.

No dia 25 de maio, os integrantes da UNAVEM I acompanharam a solenidade que marcou o encerramento da repatriação dos militares cubanos. Subsequentemente, em 6 de junho, o Secretário-Geral reportou ao Conselho de Segurança que a missão havia cumprido integralmente o mandato a ela confiado, ocasião em que fez questão de destacar que “o sucesso da UNAVEM demonstrou mais uma vez o que pode ser alcançado por uma operação de manutenção de paz da ONU quando ela recebe a total cooperação das partes envolvidas”. (ONU, 2011a, tradução do autor)

Ainda no que tange aos resultados da UNAVEM I, cabe destacar que o custo total de dezesseis milhões e quatrocentos mil dólares americanos foi considerado razoável tanto pela ONU quanto pela comunidade internacional. Outro ponto que merece destaque é o fato de a operação ter sido conduzida sem baixas entre o contingente das Nações Unidas, corroborando ainda mais o sucesso da missão.

O balanço final da participação brasileira na UNAVEM I pode ser considerado altamente positivo. A ação de comando do General Péricles foi considerada decisiva para o bom andamento da missão, sendo destacada pelos integrantes da operação, pelo secretariado da ONU e pelas autoridades angolanas. Neste contexto, Rocha (2000) destaca o fato de o presidente José Eduardo dos Santos ter homenageado o oficial brasileiro, quando em visita daquela autoridade ao Brasil.

Ademais, o autor menciona a aproximação dos militares brasileiros para com a população angolana e com os militares, tanto do MPLA quanto da UNITA, como resultado do profissionalismo com que desempenhavam suas funções na UNAVEM I. Prosseguindo em sua análise, Rocha (2000, p. 24) afirma que

os sucessores brasileiros, participantes da UNAVEM II e III, sempre foram bem recebidos pela população local, que os relacionava com os primeiros que ali haviam trabalhado. Não raro, ouvia-se a afirmação de que se a missão tivesse permanecido sob controle brasileiro, a paz já teria chegado a Angola.

Concomitantemente com o processo de retirada das tropas cubanas, o governo da República Popular de Angola e a UNITA mantiveram negociações reservadas com vistas ao estabelecimento da paz. Em consequência, na mesma época do encerramento das atividades da UNAVEM I, as partes assinaram, em 31 de maio de 1991, os Acordos de Bicesse³⁰, sob a observação dos governos da chamada *Troika*, composta por Portugal, Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Tais acordos compreendiam basicamente um cessar-fogo, a constituição de um exército nacional e a realização de eleições democráticas, sendo a UNITA reconhecida como partido político após seu desarmamento.

A verificação da execução das medidas contidas nos acordos supracitados ensejou o desdobramento de mais uma operação das Nações Unidas em solo angolano, sobre a qual se discorre a seguir.

³⁰ O texto integral dos Acordos de Bicesse encontra-se disponível na página da organização CONCILIATION RESOURCES <<http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/bicesse-accords.php>>. Acesso em 15 dez. 2010.

5.2 A UNAVEM II

A Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola II (*United Nations Angola Verification Mission II - UNAVEM II*) foi estabelecida por meio da Resolução 696 (1991) do CSNU (ONU, 1991), de 30 de maio de 1991, com o objetivo principal de verificar a implementação das ações acordadas entre o Governo de Angola e a UNITA, pela celebração dos Acordos de Bicesse. A duração inicialmente prevista pela Resolução era de dezessete meses, no entanto, a operação foi prorrogada sucessivamente até fevereiro de 1995.

A natureza do mandato da UNAVEM II sofreu adaptações no decorrer da missão, as quais podem ser assim sintetizadas: inicialmente, o foco principal estava no monitoramento do cessar-fogo entre o Governo e a UNITA e da neutralidade da polícia angolana; posteriormente, a Resolução do CSNU 747 (1992), de 24 de março (ONU, 1992a), ampliou o mandato para a verificação das eleições presidenciais e legislativas a serem realizadas em setembro daquele ano; o recrudescimento das hostilidades após divulgação dos resultados eleitorais ensejou novas adaptações no mandato da UNAVEM II, concentrando os esforços novamente no cessar-fogo, por meio das resoluções 785 (1992), 793 (1992), 804 (1993), 811 (1993) e 834 (1993); por fim, já em 1994 e após a assinatura de um novo acordo de paz, as resoluções 952 (1994) e 966 (1994) direcionaram o trabalho da missão para o monitoramento daquele acordo.

A complexidade do mandato da UNAVEM II tornou imperioso um acréscimo considerável de efetivo em relação à operação anterior, requerendo ainda uma diversificação funcional entre seus integrantes. O efetivo de cada um dos segmentos representados sofreu constantes variações, chegando a um máximo de trezentos e cinquenta observadores militares, cento e vinte e seis observadores policiais, catorze membros de unidades médicas, quatrocentos observadores eleitorais e trezentos e sessenta e cinco funcionários civis, tanto angolanos quanto estrangeiros. (ONU, 2011b)

O Brasil se fez representar na UNAVEM II mediante a cessão total de cento e vinte pessoas, sendo sessenta e três observadores militares, trinta e nove observadores policiais, quatro observadores eleitorais e catorze médicos e

enfermeiros, que integravam uma unidade de saúde do Exército (FONTOURA, 2009). Ainda no tocante ao pessoal brasileiro, cabe a referência à primeira baixa fatal ocorrida nas operações de paz em Angola. Trata-se do Sargento da Polícia Militar de Minas Gerais Adilson Barbosa da Costa, atingido fatalmente por um estilhaço de granada, na base de operações localizada em Uige, fato que se somou às outras quatro baixas fatais internacionais da UNAVEM II. (FONTOURA, 1999)

O General-de-Brigada brasileiro Péricles Ferreira Gomes, que já havia exercido o cargo de *Chief Military Observer* (CMO) na operação anterior, foi designado para permanecer na função até setembro de 1991, “em reconhecimento de bons serviços prestados na chefia da UNAVEM I” (FONTOURA, 2009, p. 146). Posteriormente, foi substituído pelo General-de-Divisão nigeriano Edward Ushie Unimna, que foi sucedido por um oficial-general do Zimbábue e outro da Nigéria.

A primeira etapa da UNAVEM II consistia na verificação do cessar-fogo entre o Governo e a UNITA. Para tanto, observadores militares foram posicionados em *assembly areas* (áreas de reunião), para onde as tropas de ambos os lados deveriam ser deslocadas para a coleta e o armazenamento de armas, e em *critical points* (pontos críticos), a fim de monitorar a movimentação das forças. Na prática, a tarefa consistia em uma “verificação da verificação”, uma vez que o cessar-fogo deveria ser monitorado pela Comissão Mista de Verificação (CMVF), estabelecida entre as partes no âmbito dos Acordos de Bicesse.

Durante o processo de desarmamento, os observadores militares da UNAVEM II foram empregados para investigar violações ao cessar-fogo denunciadas pelas partes e para intermediar a solução de controvérsias entre os membros da CMVF. Aos observadores policiais cabia o monitoramento das atividades da polícia angolana, por meio de ações como visitas a delegacias e investigações sobre violações de direitos individuais dos cidadãos. As ações operacionais e logísticas da operação foram facilitadas pelo desdobramento de uma unidade aérea da ONU, composta por doze helicópteros e alguns aviões contratados.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o cessar-fogo foi mantido até as eleições de 1992. Já o processo de desarmamento, passou a sofrer atrasos recorrentes a partir de outubro de 1991, em decorrência, sobretudo, do antagonismo entre as partes em conflito, da falta de cessão de pessoal pelo governo e pela UNITA, para a composição das equipes mistas de monitoramento policial, e da

deficiência do apoio logístico que deveria ser prestado pelas forças beligerantes às tropas aquarteladas nas áreas de reunião. Segundo o DPKO (ONU, 2011b), os atrasos acabaram por minar o clima de confiança entre as partes, tornando o ambiente político tenso e comprometendo a segurança interna, uma vez que ocorreram violações sistemáticas dos Acordos, por ambos os partidos.

A etapa subsequente da UNAVEM II correspondia à verificação das eleições presidenciais e legislativas, que deveriam ser realizadas conforme o Anexo II dos Acordos de Bicesse. Cabe ressaltar que esta nova incumbência se concretizou somente após a ampliação do mandato da missão, por meio da já mencionada Resolução 747 (1992) (ONU, 1992a), editada em decorrência de uma solicitação formal do Governo de Angola às Nações Unidas. Para tanto, a operação passou a contar com uma Divisão Eleitoral, que estabeleceu escritórios em Luanda e nas capitais das dezoito províncias angolanas. A nova Divisão recrutou cerca de cem colaboradores internacionais para o desempenho de suas atribuições, dentre os quais, os quatro observadores brasileiros cedidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ainda no tocante ao processo eleitoral, cabe ressaltar que o papel das Nações Unidas era somente o de verificar a condução das eleições, cuja organização cabia ao Conselho Eleitoral Nacional, composto por representantes de todos os partidos políticos legalizados. O processo como um todo compreendia quatro fases: registro dos eleitores, campanha eleitoral, eleições propriamente ditas – agendadas para 29 e 30 de setembro de 1992 – e a fase final, que abrangia a contagem de votos, a investigação de reclamações e o anúncio oficial dos vencedores pelo presidente do Conselho, previsto para 17 de outubro. (ONU, 2011b)

As duas fases iniciais do processo foram conduzidas com êxito, a despeito de dificuldades impostas por algumas denúncias de intimidação a eleitores e pelas dificuldades de acesso a certas áreas controladas pela UNITA. Um aspecto que merece ser ressaltado é o amplo contato dos observadores eleitorais com a população angolana durante o monitoramento da campanha eleitoral, por meio da condução das campanhas de educação cívica e de divulgação do papel da UNAVEM II no processo eleitoral. Assim, uma vez mais, os brasileiros puderam se aproximar dos habitantes locais, estreitando os laços de amizade com a população angolana.

As eleições ocorreram na data prevista, em clima de tranquilidade, com o comparecimento de mais de 90% dos eleitores registrados e sem denúncias de incidentes mais graves (FONTOURA, 2009). Entretanto, já em 3 de outubro, a UNITA e outros pequenos partidos, antevendo a derrota eleitoral, passaram a alegar sistematicamente fraudes e outras irregularidades no processo. Todas as denúncias foram investigadas pelo Conselho, com a assistência da UNAVEM II, não tendo sido encontrados indícios de fraude. O resultado final, divulgado em 17 de outubro, apontou o presidente José Eduardo dos Santos como vitorioso e seu partido, o MPLA, como detentor da maioria dos assentos no parlamento.

O líder da UNITA, Jonas Savimbi, mostrou-se descontente com o resultado eleitoral e passou a violar sistematicamente os Acordos de Bicesse, dando início a uma operação militar de âmbito nacional, com vistas à ocupação pela força de diversas localidades administradas pelo MPLA. Savimbi mostrava-se confiante no poderio de suas tropas, pois havia retardado deliberadamente os processos de desarmamento e de desmobilização em curso. A atitude da UNITA fez com que o CSNU prorrogasse o mandato da UNAVEM II até 30 de novembro daquele ano e ratificasse novamente a lisura do processo eleitoral, por meio da Resolução 785 (1992) (ONU, 1992b).

A partir de 31 de outubro, a situação começou a se deteriorar ainda mais, com o surgimento de enfrentamentos entre o Governo e a UNITA, inclusive na capital Luanda. A UNAVEM mantinha um esforço incessante para se fazer presente em todo o território e, sempre que possível, mediar o diálogo entre as partes. A instabilidade da situação no País e a nova constatação dos atrasos nos processos de desarmamento, desmobilização e constituição das Forças Armadas unificadas levaram o CSNU a prorrogar novamente o mandato da operação até 31 de janeiro de 1993, por meio da Resolução 793 (1992) (ONU, 1992c).

A UNITA continuou a violar sistematicamente os Acordos de paz, empreendendo ações militares em diversos pontos do território angolano. A deterioração da situação chegou a tal ponto que o Secretário-Geral afirmou que “Angola retornou à Guerra Civil, em uma situação ainda pior do que a vigente quando da assinatura dos Acordos de Paz em maio de 1991” (ONU, 2011b, tradução do autor). A CMVF entrou em colapso e a UNAVEM II experimentou um esvaziamento de seu papel de monitoramento e a iniciou a evacuação progressiva

de suas bases operacionais, em decorrência da precariedade das condições de segurança.

A situação forçou o CSNU a adaptar o mandato da operação. Por meio da Resolução 804 (1993) (ONU, 1993a), o Conselho estendeu a UNAVEM II até abril de 1993, concentrou os efetivos em Luanda e em outras poucas localidades consideradas seguras, além de instar as partes em conflito a aderirem aos Acordos de Paz. Posteriormente, a missão sofreu novas prorrogações e algumas flutuações em seus efetivos, sempre com vistas a adaptar-se à situação de segurança e a buscar o entendimento entre o Governo e a UNITA.

Em 15 de setembro de 1993, por meio da Resolução 864 (1993) (ONU, 1993d), o CSNU condenou novamente a UNITA pelas violações cometidas e, agindo ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, impôs um embargo nos suprimentos de armas e de derivados de petróleo à UNITA. Mesmo assim, a situação permaneceu instável, não havendo progressos consideráveis quanto à redução das hostilidades ou ao entendimento entre as partes.

Após intensos esforços da ONU e com a colaboração dos países observadores dos Acordos de Bicesse (EUA, Federação Russa e Portugal), o Governo de Angola e a UNITA iniciaram, em 15 de novembro de 1993, conversações com vistas ao entendimento mútuo em Lusaka³¹, Zâmbia. Tais conversações acabaram por originar o denominado Protocolo de Lusaka³², elaborado ao longo de 1994 e que abrangia entendimentos sobre todos os aspectos que motivaram o desdobramento da UNAVEM II. O Conselho de Segurança decidiu, então, prorrogar o mandato da missão até dezembro e aumentar novamente seu efetivo, a fim de monitorar a implementação das resoluções ora acordadas entre as partes.

Em 8 de dezembro, por meio da Resolução 966 (1994) (ONU, 1994b), o CSNU estendeu pela última vez o mandato da UNAVEM II, até fevereiro de 1995, a fim de permitir o monitoramento do cessar-fogo acordado em Lusaka e de completar o acréscimo no efetivo da missão. O comando da operação achou por bem

³¹ A cidade de Lusaka revestia-se de grande relevância histórica para o processo de paz em Angola, uma vez que, naquela cidade, haviam sido assinados os Acordos de 1974, por meio dos quais, Portugal reconheceu a independência de Moçambique. Ademais, a cidade havia sediado a III Cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhados. (GONÇALVES; MANDUCA, 2008)

³² O Protocolo de Lusaka foi assinado formalmente em 15 de novembro de 1994 entre o Governo da República de Angola e a UNITA, sendo composto por dez anexos referentes aos aspectos políticos e militares necessários à promoção da paz. O texto integral encontra-se disponível em <http://www.usip.org/files/file/resources/collections/peace_agreements/lusaka_11151994.pdf>.

desdobrar bases de monitoramento em diversas localidades do País, uma vez que, mesmo após o cessar-fogo oficial, pequenos enfrentamentos ocorriam com relativa frequência.

Em 1º de fevereiro de 1995, o Secretário-Geral enviou um relatório ao CSNU³³, recomendando a criação de uma nova operação, com a finalidade principal de apoiar o Governo de Angola e a UNITA no processo de reconciliação nacional, conforme as normas estabelecidas em Lusaka. Este relatório foi o embrião da terceira intervenção das Nações Unidas em território angolano, a ser analisada na próxima subseção.

Um aspecto de grande relevância durante toda a duração da UNAVEM II foi a deterioração progressiva da situação humanitária em Angola. Segundo o DPKO (ONU, 2011b), cerca de mil pessoas morreram diariamente no ano de 1993, em consequência dos efeitos da Guerra Civil, estando as mulheres, as crianças e as pessoas idosas entre as principais vítimas. Para lidar com aquela situação, as Nações Unidas empreenderam uma grande ação humanitária, coordenada pela *United Nations Humanitarian Assistance Coordination Unit* (UCAH), e que teria levado assistência a cerca de dois milhões de pessoas atingidas pelo conflito.

No contexto daquele esforço humanitário, merece destaque a atuação do contingente militar de saúde enviado pelo Brasil. Para tanto, vale a referência a um autor que travou contato com a população assistida por aquele contingente:

O envio de um considerável contingente de saúde foi uma medida muito favorável para a imagem do Brasil na UNAVEM II. Os militares de saúde cumpriram com grande eficiência suas atribuições e eram considerados especialistas na doença tropical que mais assolava a região: a malária. Deve-se ressaltar que os trabalhos desses abnegados militares de saúde não se limitavam ao que havia sido solicitado pela ONU. Dentro da característica de solidariedade de nosso povo e do soldado brasileiro, civis necessitados acorriam aos postos de saúde mobiliados por brasileiros em busca de solução para suas mazelas. **Cada uma das pessoas atendidas passou a irradiar uma imagem extremamente favorável do Brasil em ambos os lados da contenda.** (ROCHA, 2000, p. 30, grifo do autor)

A avaliação global dos resultados da UNAVEM II é motivo de grandes controvérsias na literatura especializada. Autores como Pureza et. al. (2007) consideram a operação como um fracasso total, por ter falhado em garantir a pacificação de Angola, tendo custado cerca de cento e setenta e seis milhões de dólares americanos. Outras fontes, no entanto, concordam com o DPKO ao

³³ Trata-se do *Report of the Secretary-General on the United Nations Angola Verification Mission* (UNAVEM II), de 1º de fevereiro de 1995, disponível em < <http://www.un.org/Docs/secu95.htm>>.

reconhecerem os méritos da operação, como no monitoramento eficaz do pleito eleitoral de 1992, na manutenção do canal de diálogo entre as partes em conflito e na prevenção de uma escalada ainda maior das hostilidades entre as forças do Governo e da UNITA.

De qualquer forma, a literatura analisada permite avaliar como positiva a atuação brasileira no âmbito da UNAVEM II. Os observadores eleitorais do TSE contribuíram para o êxito do processo eleitoral de 1992. Os militares do serviço de saúde colaboraram para o esforço humanitário da ONU ao longo da operação, chegando a extrapolar suas atribuições funcionais em nome da solidariedade. Por fim, os observadores militares souberam conduzir suas ações com grande profissionalismo, conquistando a admiração e o respeito da população angolana e dos integrantes de ambas as partes em conflito. Segundo Rocha (2000, p. 30), “os brasileiros eram lembrados e citados como militares capazes, imparciais, tolerantes e humanos pelos locais e demais contingentes”.

Encerrada a análise da operação que perdurou de maio de 1991 até fevereiro de 1995, passa-se a abordar a terceira intervenção das Nações Unidas em solo angolano, intervenção esta que contou a mais expressiva participação brasileira dentre as operações de manutenção de paz em Angola.

5.3 A UNAVEM III

A Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola III (*United Nations Angola Verification Mission III - UNAVEM III*) foi estabelecida por meio da Resolução 976 (1995) do CSNU, de 8 de fevereiro de 1995 (ONU, 1995a), com o objetivo de apoiar o Governo da República de Angola e a UNITA na conquista da paz e na reconciliação nacional, conforme as bases estabelecidas pelo Protocolo de Lusaka. O mandato inicial da operação se estenderia até 8 de agosto daquele ano, embora o CSNU vislumbrasse a conclusão das metas de Lusaka somente em fevereiro de 1997. O efetivo autorizado da Missão compreendia um máximo de sete mil militares, trezentos e cinquenta observadores militares, duzentos e sessenta observadores policiais e um número variável de funcionários civis.

Um aspecto que deve ser considerado desde já é a diversidade e a complexidade das tarefas que deveriam ser executadas pela UNAVEM III, no bojo

de seu mandato. Segundo o DPKO (ONU, 2011c), as ações incluíam a mediação permanente entre as partes em conflito, a mensuração da presença do Estado no território angolano, a supervisão do desengajamento das forças combatentes, o monitoramento do cessar-fogo, o acompanhamento do aquartelamento e da desmobilização das forças da UNITA, a supervisão da formação das Forças Armadas Angolanas (FAA), o monitoramento da atuação da polícia local e os apoios ao desarmamento de civis, às atividades humanitárias, à desminagem e ao processo eleitoral.

Quanto ao segmento militar da UNAVEM III, cabe mencionar que o efetivo máximo da operação chegou a quatro mil duzentos e vinte militares, oriundos de trinta e um países. O cargo de *Force Commander* foi exercido inicialmente pelo General-de-Divisão Chris Abutu Garuba, da Nigéria, e, posteriormente, pelo General-de-Divisão Philip Velerio Sibanda, do Zimbábue. O quartel-general da missão foi estabelecido na capital Luanda e bases de operação foram sendo desdobradas em outras localidades conforme as necessidades operacionais do Comando da UNAVEM III.

Dada a grande amplitude da participação brasileira na UNAVEM III, procurou-se apresentar inicialmente uma visão geral sobre o desenrolar da operação, e, posteriormente, uma descrição mais pormenorizada da atuação de cada um dos segmentos que compunham o contingente brasileiro em Angola.

O desdobramento inicial dos contingentes militares da UNAVEM III foi demasiadamente lento. Isto ocorreu em parte pela demora de alguns países contribuintes em apresentar seus efetivos prontos em solo angolano, mas, sobretudo, pelas dificuldades de acesso a certas regiões, em decorrência da destruição de pontes e estradas durante o conflito e de restrições ao movimento impostas pela UNITA, que ainda dominava uma parcela considerável do território do País. No início de julho de 1995, passados cinco meses do início da operação, somente uma pequena parcela do efetivo da UNAVEM III encontrava-se desdobrado no terreno. (ROCHA, 2000)



Figura 3 - Desdobramento da UNAVEM III em 5 de julho de 1995
 Fonte: *United Nations Cartographic Section*

O mandato da UNAVEM III foi prorrogado pela primeira vez em 7 de agosto de 1995, por meio da Resolução 1008 (1995) (ONU, 1995b), que o estendeu até 8 de fevereiro de 1996. No mesmo documento, o CSNU considerou positivos o fato de a situação no País estar relativamente calma e a realização de uma reunião entre o Presidente Santos e Jonas Savimbi, a fim de estreitar a cooperação entre as partes. Entretanto, o Conselho não deixou de expressar as preocupações com a lentidão na implementação do cessar-fogo previsto pelo Protocolo de Lusaka e com a demora no desdobramento das forças militares da UNAVEM III.

A nova prorrogação do mandato da UNAVEM III, até 8 de maio de 1996, ocorreu por intermédio da Resolução 1045 (1996) (ONU, 1996a), de 8 de fevereiro de 1996. No texto daquele documento, o CSNU expressava algumas preocupações quanto ao andamento da operação e adotava uma postura mais incisiva em relação à UNITA. Quanto às preocupações, o Conselho menciona o atraso na implementação do Protocolo de Lusaka, a deterioração da situação humanitária em muitas partes do País e a lentidão no aquartelamento e desarmamento das tropas da UNITA. Já no tocante à atitude da UNITA, o CSNU instava as forças de Savimbi a cooperar mais com o processo de desmobilização e a assegurar a liberdade movimento aos integrantes da UNAVEM III.

Em 8 de maio de 1996, o CSNU prorrogou o mandato da UNAVEM III até 11 de julho daquele ano, por meio da Resolução 1055 (1996) (ONU, 1996b). Aquele documento demonstrava uma grande apreensão do Conselho quanto ao andamento da operação. Diversas referências são feitas aos atrasos no cronograma estabelecido, especialmente no que se referia ao aquartelamento das forças da UNITA às conversações para a integração das FAA. Outra questão sensível era a ausência de conclusões nas investigações sobre a morte de três *peacekeepers* em 3 de abril de 1996. Quanto à atitude da UNITA, o CSNU uma vez mais a advertia sobre a procrastinação no aquartelamento das forças e o constante cerceamento da liberdade de movimento das forças da ONU. Como aspecto positivo, foi mencionado o acordo celebrado entre o Governo e a UNITA em Libreville, Gabão, acerca da ativação das Forças Armadas unificadas em junho de 1996 e do estabelecimento do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), entre junho e julho daquele ano.

As resoluções do Conselho de Segurança 1064 (1996) (ONU, 1996c), 1075 (1996) (ONU, 1996d) e 1087 (1996) (ONU, 1996e) constituíram-se apenas em prorrogações adicionais da operação. Os textos daquelas declarações, em linhas gerais, assinalavam os progressos alcançados, faziam referência ao atraso recorrente no cumprimento dos Acordos de Lusaka e instavam as partes – especialmente a UNITA – a colaborar mais com o andamento dos trabalhos. Aqui cabe salientar que a Resolução 1087 (1996) (ONU, 1996e) estendia o mandato da UNAVEM III até 28 de fevereiro de 1997, o que coincidia com o término do prazo vislumbrado inicialmente para o cumprimento da missão. O documento mencionava, inclusive, providências iniciais para a desmobilização da operação.

Em 27 de fevereiro de 1997, tendo constatado a impossibilidade do cumprimento da missão no prazo anteriormente estabelecido, o CSNU viu-se obrigado a determinar uma nova prorrogação do mandato da UNAVEM III, desta feita até 31 de março daquele ano. Isto se concretizou por meio da promulgação da Resolução 1098 (1997) (ONU, 1997a). No documento, o Conselho expressava duas preocupações que potencialmente poderiam comprometer os resultados da operação. A primeira tratava do atraso na formação do GURN, em decorrência da recusa deliberada da UNITA em cumprir o cronograma pré-estabelecido. A outra preocupação referia-se à morosidade na implementação de alguns aspectos

militares dos Acordos de paz, especialmente no que se referia à desmobilização da UNITA e à incorporação de seus ex-combatentes às FAA.

A próxima Resolução do CSNU que tratou da questão angolana foi a 1102 (1997), de 31 de março daquele ano (ONU, 1997b). O documento registrava como positiva a chegada em Luanda, ainda que após considerável atraso, dos representantes da UNITA que iriam compor o GURN, a ser instalado em 11 de abril de 1997. Mesmo assim, o Conselho não descartou a possibilidade de impor medidas como o embargo comercial e a proibição de viagens aos membros da UNITA, em caso de novos retardos no processo de paz. Mais uma vez, o mandato da UNAVEM III foi prorrogado, desta feita até 16 de abril.

A última extensão da vigência da operação ocorreu por meio da Resolução 1106 (1997), de 16 de abril daquele ano (ONU, 1997c). A data de término da UNAVEM III foi fixada em 30 de junho, quando deveria haver uma transição de uma operação de manutenção de paz para uma missão de observação. Esta evolução foi motivada pela satisfação do CSNU com a instalação do GURN, incluindo a representação da UNITA e de seu líder Jonas Savimbi. Aquela última prorrogação destinava-se apenas a proporcionar condições ao comando da UNAVEM III para que realizasse o monitoramento das etapas finais dos acordos de paz e a desmobilização dos contingentes de tropas que compunham a operação.

Feita esta breve passagem sobre o andamento geral da UNAVEM III, cabe agora a descrição mais pormenorizada da participação dos brasileiros naquela operação.

O envio do contingente militar brasileiro para a UNAVEM III seguiu uma tramitação interna bem mais complexa do que nas UNAVEM I e II. Isto ocorreu porque, diferentemente das operações anteriores, naquela nova missão o Brasil foi solicitado a enviar não somente observadores militares e policiais, mas também um contingente de tropas e de oficiais para comporem o estado-maior da UNAVEM III. O efetivo solicitado seria consideravelmente superior aos trezentos militares enviado para a Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) em 1994 – última operação em que o Brasil havia participado com tropas na época em questão – e inferior somente aos seis mil e trezentos militares enviados à *United Nations Emergency Force I* (UNEF I), em Suez, entre 1957 e 1967. (FONTOURA, 1999)

A primeira comunicação às Forças Armadas sobre a solicitação da ONU ocorreu por meio de uma mensagem Fax remetida pelo Chefe do Departamento de

Organismos Internacionais (DOI) do MRE ao Chefe da 3ª Subchefia do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), de 3 de abril de 1994³⁴. Cabe ressaltar que as negociações do Protocolo de Lusaka e a UNAVEM II ainda estavam em Curso e que aquela consulta representava uma antecipação das Nações Unidas, com vistas à criação da UNAVEM III. Na mensagem, o Chefe do DOI informou que o Secretariado havia procurado a Missão Permanente do Brasil junto à ONU, para expor a arquitetura prevista para uma eventual UNAVEM III e para sondar sobre a possível participação brasileira. Na ocasião, o Itamaraty mostrou-se favorável à participação brasileira.

Aqui cabe a ressalva de que toda a coordenação entre ministérios, que se fez necessária para fins de planejamento e envio do contingente da UNAVEM III, foi facilitado pela criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) sobre Operações de Paz, em 1993. A atuação do GTI, bem como a toda a tramitação legislativa que possibilitou o envio do contingente da UNAVEM III foi descrita por Fontoura (1999)³⁵ e não será exaustivamente abordada no presente trabalho.

A primeira definição da natureza e dos efetivos de tropas solicitadas ao Brasil pela ONU constou de uma nova Mensagem Fax, de 23 de novembro de 1994³⁶, desta vez remetida pelo Ministro Interino das Relações Exteriores ao Ministro-Chefe do EMFA, após a Missão Permanente ter sido novamente contatada pelo Secretariado da ONU. O documento mencionava um batalhão de infantaria, uma companhia de engenharia e dois postos de saúde avançados. Esta composição acabou por servir de base para a preparação e o envio do contingente brasileiro para a UNAVEM III.

Ao longo de toda a operação, o Brasil enviou um total de 4.174 militares e de 48 policiais militares. O efetivo militar brasileiro fez com que o Brasil fosse o País maior contribuinte com tropa da UNAVEM III e atingisse a posição de quarto maior contribuinte para as operações de manutenção de paz da ONU como um todo. Quanto à participação de civis, diferentemente da UNAVEM II, não houve o envio oficial de civis brasileiros àquela Missão, limitando-se a participação civil aos

³⁴ Trata-se da mensagem Fax N° 0103020-00025, de 03 Abr 94. O documento apresenta a evolução da atuação brasileira nas missões de paz anteriores da ONU em Angola e uma exposição de motivos pelos quais o DOI aconselha a participação das Forças Armadas na UNAVEM III. Ademais, recomenda o estudo imediato da matéria pelo EMFA.

³⁵ Para maiores informações, ver FONTOURA, 1999, p. 221-229 e 247-254.

³⁶ Trata-se da mensagem Fax S/ N° de 23 Nov 94, que faz referência à comunicação do Secretariado da ONU, consubstanciada na mensagem Fax de 21 Nov 94, endereçada à Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

voluntários das Nações Unidas e aos funcionários de agências especializadas. (FONTOURA, 1999 e 2009)

Aqui cabe ressaltar o trabalho integrado das Forças Armadas brasileiras no preparo e no emprego dos contingentes militares brasileiros na UNAVEM III. Além da participação de militares das três forças no contingente – que era predominantemente de tropas terrestres – a Marinha do Brasil e a Força Aérea Brasileira desempenharam papéis de grande importância no transporte do pessoal e nas atividades logísticas de apoio ao contingente brasileiro.

Ainda no tocante ao pessoal, convém ser abordada desde já a questão da assunção de cargos de chefia por brasileiros na UNAVEM III. Segundo Fontoura (1999), a função de maior relevância assumida por brasileiros foi a de *Chief Military Observer* (CMO), na qual serviram dois oficiais da Marinha do Brasil. Segundo Rocha (2000, p. 35), “se nas missões anteriores esse posto representava o alto da pirâmide, na UNAVEM III não representava muito, ou, pelo menos, não era proporcional ao esforço brasileiro em Angola”. Conforme já afirmado anteriormente, a relação entre a ocupação de cargos de chefia e a aproximação bilateral entre Brasil e Angola será investigada em fase posterior deste trabalho.

A questão do falecimento de militares brasileiros na UNAVEM III também foi objeto de estudo, uma vez que a possibilidade de perdas humanas será invariavelmente considerada ao longo do processo decisório sobre o envio de brasileiros a uma operação de manutenção de paz da ONU. Segundo Fontoura (1999), três militares faleceram durante suas participações na UNAVEM III, sendo dois vitimados por malária e um atingido por arma de fogo, durante um ataque a um comboio humanitário. Ademais, um militar veio a falecer, também acometido por malária, quando já havia retornado ao Brasil.

Feitas as considerações gerais sobre o pessoal, cabe agora uma descrição mais detalhada sobre a atuação de cada um dos segmentos que compunham o contingente brasileiro na UNAVEM III.

Os oficiais do estado-maior da missão desempenhavam suas funções no quartel-general da UNAVEM III (*UNAVEM HQ*), em Luanda, e nos seis quartéis-generais regionais (*Regional HQs*), desdobrados em território angolano. As atribuições funcionais dos brasileiros eram as mesmas inerentes aos *staff officers* de operações de paz da ONU, entretanto, o domínio do idioma português era um grande diferencial em relação à maioria dos demais integrantes das suas seções.

Assim sendo, segundo Rocha (2000), os brasileiros eram empregados constantemente em atividades de ligação e negociação entre as partes em conflito e entre aquelas partes e o Comando da operação. Este emprego resultou em uma aproximação dos oficiais brasileiros para com as autoridades locais, cujos resultados serão investigados posteriormente.

Quanto aos observadores militares e policiais, cabia a eles atuar em *Team Sites* estabelecidos em diversas localidades, compondo equipes de observadores com militares de diferentes nacionalidades. As tarefas básicas dos UNMOs e UNPOs (*United Nations Military Observers* e *United Nations Police Observers*) era realizar a verificação do cumprimento das cláusulas dos Acordos de Paz, por meio de patrulhas e inspeções. Além da mesma observação em relação aos *staff officers*, quanto ao idioma português, os contatos diários dos observadores brasileiros com a população angolana fizeram com que eles conquistassem o carinho e a admiração daquela população, em função das características de solidariedade e amabilidade inerentes ao povo brasileiro. (ROCHA, 2000)

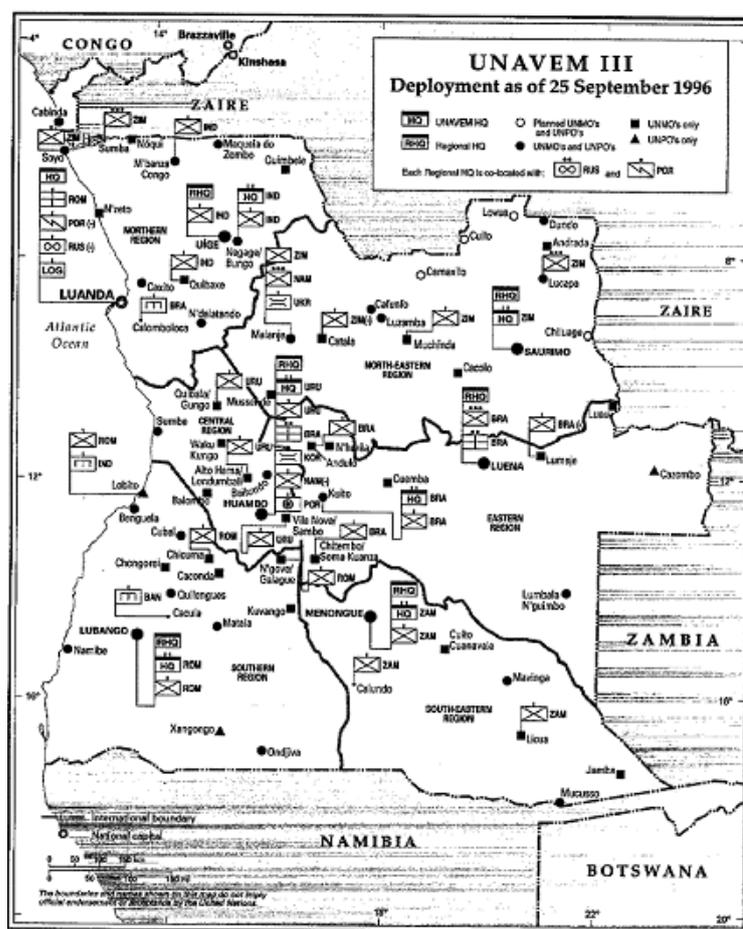


Figura 4 - Desdobramento da UNAVEM III em 25 de setembro de 1996
Fonte: *United Nations Cartographic Section*

O Batalhão de Infantaria brasileiro era composto por cerca de oitocentos militares e foi desdobrado em solo angolano de maneira descentralizada, estabelecendo o seguinte dispositivo: Comando do Batalhão, uma Companhia de Fuzileiros (infantaria do Exército) e a Companhia de Comando e Apoio em Kuito, uma Companhia de Fuzileiros em Lumeje, uma Companhia de Fuzileiros em Andulo, uma Companhia de Fuzileiros Navais (da Marinha) em Chitembo e um pelotão de Polícia do Exército em Luanda, a fim de prover a segurança do *UNAVEM HQ*. Além desta organização básica, alguns postos avançados e postos de controle foram operados por frações das tropas brasileiras, em locais e períodos específicos.

As principais tarefas do Batalhão Brasileiro eram garantir a segurança das áreas de desmobilização da UNITA, prover a segurança de depósitos de armas e munições recolhidos, realizar escoltas de comboios, operar postos de controle e de bloqueio de estradas e conduzir patrulhas, motorizadas e a pé, com múltiplas finalidades. Rocha (2000) destaca que a atuação da tropa brasileira foi muito bem recebida pela população local, já que trouxe tranquilidade a áreas anteriormente conflagradas e que restabeleceu o comércio e a livre circulação de pessoas. Ademais, os militares brasileiros realizaram, por iniciativa própria, ações cívico-sociais de grande impacto junto à população, tais como a reforma de escolas, a distribuição de ajuda humanitária e a organização de competições desportivas. (FONTOURA, 2009)

Um aspecto a ser mencionado foi o esforço empreendido pelo Exército no sentido de padronizar o treinamento das diversas tropas que vieram a compor o Batalhão brasileiro nos quatro rodízios executados durante a UNAVEM III. O sucesso daquele esforço resultou em uma manutenção da capacidade operacional da tropa brasileira ao longo de toda a missão. Só para exemplificar a diversidade dos integrantes do Batalhão, menciona-se a localização das chamadas Unidade-Base (UB), em torno das quais foi composto o efetivo do Batalhão: 72º Batalhão de Infantaria Motorizado, sediado em Petrolina-PE, no primeiro contingente; 10º Batalhão de Infantaria, localizado em Juiz de Fora-MG, no segundo contingente; 62º Batalhão de Infantaria, de Joinville-SC, no terceiro contingente; e 42º Batalhão de Infantaria Motorizado, sediado em Goiânia-GO, no quarto e último contingente. (GONÇALVES; MANDUCA, 2008)

É difícil a tarefa de traduzir em termos numéricos as tarefas executadas pelo Batalhão, ao longo da UNAVEM III, face à diversidade da natureza das operações e

à execução de ações que compreendiam diversas tarefas em seu escopo. Mesmo assim, Fontoura (2009) apresenta alguns dados que permitem dimensionar as realizações da tropa brasileira. O autor menciona: o estabelecimento de seis bases de operação, além de postos de observação avançados e barreiras de controle; o cumprimento de cerca de oito mil missões de patrulha, percorrendo seiscentos e cinquenta mil quilômetros; a execução de mais de mil e quinhentas escoltas de autoridades e comboios; e a segurança de quatro áreas de aquartelamento.

A Companhia de Engenharia brasileira teve um papel de grande relevância no âmbito da UNAVEM III, particularmente pela precária condição da infraestrutura angolana, após cerca de vinte anos de guerra civil. A Companhia era composta de duzentos militares e estabeleceu sua base na cidade de Calamboloca, situada a cerca de cento e dez quilômetros da capital Luanda, embora tenha realizado trabalhos em diversas partes do território de Angola.

As missões atribuídas à Engenharia brasileira eram extremamente diversificadas, sendo prioritárias as ações de recuperação de estradas e pontes, consideradas fundamentais para a volta do País à normalidade. Merecem também destaque a montagem de áreas de aquartelamento, a desativação de minas terrestres e a realização de algumas ações em apoio à população, tais como a limpeza de caixas d'água.

Somente ao analisar os documentos produzidos pela Companhia é possível dimensionar o tamanho da contribuição da Engenharia brasileira para a UNAVEM III e para o povo Angolano. Em uma apresentação escrita sobre o trabalho da Companhia, realizada em dezembro de 1995, o comandante daquela tropa relaciona os trabalhos já realizados até então, dentre os quais se destacam: a instalação da base em Calamboloca; a terraplanagem da área do mercado de Calamboloca; a recuperação de diversos trechos de estradas; os reconhecimentos de rios, pontes e localidades; os reconhecimentos especializados para desminagem e a construção de uma ponte sobre o Rio Cuzo (BRASIL, 1995a). Cabe aqui ressaltar que a Companhia havia iniciado suas atividades somente em setembro daquele ano.

A análise de relatórios elaborados em fases mais adiantadas da UNAVEM III revela que a Companhia de Engenharia brasileira manteve um intenso ritmo de trabalho durante toda a operação. A título de exemplo, pode ser mencionado o relatório do contingente que compôs a Companhia entre janeiro e maio de 1997, já na etapa final da UNAVEM III. No documento constam as missões cumpridas pela

Companhia naquele período, sendo enumeradas dezoito ações operacionais relacionadas à destinação principal daquela tropa e, adicionalmente, dezenove ações humanitárias voltadas para a redução do sofrimento do povo angolano com os efeitos da guerra civil prolongada. Uma dessas ações humanitárias, que merece destaque, é a formação do chamado Pelotão Curumim, onde a Companhia atendeu setenta e oito crianças angolanas, prestando-lhes assistência médico-odontológica, ensino técnico profissionalizante e orientação religiosa. (BRASIL, 1997)

A atuação dos integrantes dos dois postos de saúde avançados brasileiros foi também de grande relevância, tanto para o bom andamento dos trabalhos da UNAVEM III quanto para o esforço humanitário das Nações Unidas em Angola no mesmo período. Cada um dos postos contava com vinte militares, sendo que um posto foi mobiliado pelo Exército e o outro pela Marinha. Os postos ficaram estacionados inicialmente na cidade portuária de Lobito enquanto aguardavam a chegada da totalidade de seus equipamentos e a melhoria das condições de trafegabilidade das estradas que permitiam o acesso ao interior do País. Posteriormente, o posto da Marinha foi deslocado para Huambo, onde permaneceu durante toda a missão, e o do Exército seguiu para Luena, local onde funcionou até ser transferido para Luanda na fase final da operação.

Os postos de saúde brasileiros tinham a atribuição principal de prestar os apoios médico e odontológico aos integrantes da UNAVEM III, entretanto, os militares prestaram uma enorme quantidade de atendimentos à população angolana, já que o sistema de saúde local encontrava-se em colapso, em decorrência do prolongamento da Guerra Civil. Ademais, convém ressaltar que a situação do povo angolano no tocante a saúde era agravada por dois fatores demasiadamente insidiosos, a epidemia de malária e a grande quantidade de minas terrestres espalhadas pelo País.

Em termos quantitativos, Fontoura (2009) afirma que os postos brasileiros executaram cerca de três mil e duzentos atendimentos médicos e dois mil e quinhentos atendimentos odontológicos, além de cirurgias e exames laboratoriais e radiológicos. Desta forma, pode-se dimensionar o quanto os militares de saúde contribuíram para a aproximação da tropa brasileira para com a população angolana.

Feita esta apresentação sobre a atuação do contingente militar brasileiro durante a UNAVEM III, a próxima subseção destina-se à análise da operação subsequente das Nações Unidas em território angolano.

5.4 A MONUA

A Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (*United Nations Observer Mission in Angola - MONUA*) foi estabelecida por meio da Resolução 1118 (1997) do CSNU, de 30 de junho de 1997 (ONU, 1997d), materializando a transformação da UNAVEM III em uma missão de observação. Naquele documento inicial, o CSNU reconheceu o sucesso da UNAVEM III na restauração da paz e no auxílio ao processo de reconciliação nacional. Reconheceu, ainda, o valor do GURN como base para aquele processo. Os objetivos básicos da MONUA eram apoiar a consolidação da paz duradoura e o estabelecimento da democracia em Angola. O Conselho projetou a duração total da MONUA até 1º de fevereiro de 1998, embora o mandato inicial se estendesse apenas até 31 de outubro de 1997.

Em linhas gerais pode-se afirmar que, a despeito da redução dos efetivos militares, os segmentos representados na MONUA continuaram a desempenhar as mesmas tarefas que executavam na fase final da UNAVEM III. Cabiam aos observadores militares e aos observadores policiais os papéis de destaque no terreno, uma vez que competia a eles, respectivamente, a verificação de violações aos Acordos de paz pelas partes em conflito e o monitoramento da neutralidade da polícia angolana.

Apesar do aparente otimismo do CSNU quando do estabelecimento da MONUA, o andamento do processo de paz mostrou-se consideravelmente lento desde o início da missão. Isso fez com que seus integrantes tivessem que se concentrar em executar tarefas pendentes relativas à UNAVEM III. Segundo o DPKO (ONU, 2011d), as pendências mais críticas eram a desmobilização das forças da UNITA, a normalização da administração do Estado sobre todo o território angolano e a desativação da rádio Vorgan, de propriedade da UNITA e contumaz em incitar seus simpatizantes ao conflito.

O descumprimento sistemático dos Acordos de Paz pela UNITA fez com que o CSNU editasse a Resolução 1127 (1997), de 28 de agosto de 1997 (ONU, 1997e),

deplorando a atitude do partido de Jonas Savimbi quanto aos Protocolos de Lusaka e decidindo impor sanções à UNITA, particularmente relacionadas a restrições de viagem de seu pessoal. O Conselho endossou, ainda, a recomendação do Secretário-Geral, no sentido de adiar a retirada dos contingentes de tropas da ONU até o final de novembro daquele ano, tendo em vista a incerteza da situação de segurança ainda vigente em Angola.

A primeira prorrogação do mandato da MONUA ocorreu por meio da Resolução 1135 (1997) (ONU, 1997f), de 29 de outubro de 1997, que estendeu a operação até 30 de janeiro de 1998. No documento, o CSNU deplora mais uma vez o não cumprimento dos Acordos de paz por parte da UNITA e mantém em vigor as sanções aplicadas pela Resolução anterior.

Em janeiro de 1998, a situação em Angola estava tensa, porém sob controle. Mesmo assim, o Secretário-Geral achou por bem manter um pequeno contingente de tropas da ONU em solo angolano, a fim de atender a eventualidades. A maior preocupação do Comando da MONUA era com os atrasos na implementação do processo de paz, particularmente em decorrência da relutância da UNITA. Compreendendo a situação vigente, o CSNU editou a Resolução 1149, de 27 de janeiro de 1998 (ONU, 1998a), autorizando a manutenção do contingente e prorrogando o mandato da MONUA até 30 de abril daquele ano. É importante ressaltar que esta prorrogação já extrapolava a previsão inicial de duração total da operação, estabelecida na Resolução 1118 (1997) (ONU, 1997d).

Em 20 de março, o CSNU editou uma nova Resolução sobre a situação em Angola, motivada pela deterioração do quadro de segurança no País. A UNITA mantinha o domínio de algumas áreas e chegou, inclusive, a atacar integrantes da MONUA. Assim sendo, a Resolução 1157 (1998) (ONU, 1998b) condenou veementemente a atitude da UNITA, adiou para 1º de julho a repatriação dos contingentes de tropa e decidiu aumentar o efetivo de observadores policiais da operação.

Ao longo do mês de abril, ocorreram progressos no campo político, tais como os acordos entre o Governo e a UNITA sobre a nomeação de governadores e de embaixadores e a preparação para o estabelecimento do escritório da UNITA na capital Luanda. Adicionalmente, a rádio Vorgan cessou suas transmissões. Mesmo assim, a UNITA continuava a retardar o cumprimento das questões militares dos Acordos, e a perpetrar ataques isolados contra alvos do Governo e, eventualmente,

da própria MONUA. A Resolução do CSNU 1164 (1998), de 29 de abril de 1998 (ONU, 1998c), viu com bons olhos os progressos políticos e condenou novamente as ações militares da UNITA. Ademais, estendeu o mandato da MONUA até 30 de junho, confirmou o cronograma de retirada das tropas da ONU e agendou para o término desta extensão as deliberações sobre o encerramento da MONUA e a continuidade da presença da ONU em Angola.

Ao longo desta nova vigência do mandato da MONUA, a situação de segurança em Angola piorou consideravelmente. A UNITA continuava controlando vários territórios, por meio da ação de forças militares que já deveriam ter sido desmobilizadas em cumprimento aos Acordos. A tensão aumentou as escaramuças entre tropas da UNITA e do Governo tornaram-se mais frequentes. Em resposta, o CSNU editou a Resolução 1173 (1998), de 12 de junho de 1998 (ONU, 1998d), condenando mais uma vez a atitude da UNITA, determinando à MONUA que desdobrasse tropas para apoiar a afirmação da autoridade estatal sobre todo o território angolano, e, ao abrigo do Capítulo VII da Carta, impondo sanções econômicas e políticas à UNITA.

A situação continuava a se deteriorar em Angola. Nenhum progresso era alcançado quanto ao processo de paz e a UNITA continuava a empreender ações armadas que resultavam na perda de vidas, na destruição do patrimônio nacional e no deslocamento forçado de milhares de civis. A situação humanitária no País, que já era preocupante, passou a entrar em colapso³⁷. Desta forma, o CSNU resolveu prorrogar o mandato da MONUA até 15 de agosto, por meio da Resolução 1180 (1998), de 29 de junho (ONU, 1998e).

Durante aquele período, o Representante Especial do Secretário-Geral (SRSG) Alioune Beye mantinha intensas conversações com o Presidente Santos, com o líder da UNITA Savimbi e com presidentes dos países vizinhos, a fim de impulsionar o processo de paz em Angola. Entretanto, em 26 de junho, o SRSG e sua comitiva foram vítimas de um trágico acidente de avião nas proximidades de Abidjan, Costa do Marfim. O falecimento do SRSG ocorreu em um momento crítico

³⁷ A deterioração progressiva da situação humanitária em Angola, em consequência do agravamento da Guerra Civil, pode ser constatada por meio dos relatórios do *United Nations High Commissioner for Refugees* (UNHCR) e da *Human Rights Watch* (HRW). Quanto ao momento ora em destaque, convém ser mencionado o *Human Rights World Report 1998 - Angola*, da HRW. Disponível em <http://www.hrw.org/legacy/worldreport/Africa-01.htm#P223_55916>.

das negociações, o que, segundo o DPKO (ONU, 2011d), retardou ainda mais o processo.

Nas semanas seguintes, a situação se agravou ainda mais, fazendo com que a ONU passasse a considerar o risco de uma escalada desmedida das hostilidades. A UNITA ainda mantinha uma capacidade militar considerável e continuava a lançar seus ataques, passando a efetivar também assassinatos e sequestros, a fim de intimidar a população e dissuadi-la de cooperar com o Governo (ONU, 2011d). Assim sendo, o Comando da MONUA suspendeu temporariamente a redução de seu efetivo militar e o CSNU prorrogou o mandato da operação até 15 de setembro de 1998, por meio da Resolução 1190 (1998), de 13 de agosto (ONU, 1998f).

Ao longo dos meses de setembro e outubro, o CSNU decidiu prorrogar o mandato da MONUA em mais duas oportunidades, por meio das resoluções 1195 (1998) (ONU, 1998g) e 1202 (1998) (ONU, 1998h), estendendo a operação até 3 de dezembro de 1998. No primeiro documento, o CSNU “ênfatiza que a principal causa da crise em Angola e do atual impasse no processo de paz é a recusa da liderança da UNITA em cumprir com suas obrigações impostas pelos Acordos de Paz” (p.1, tradução do autor). Na segunda Resolução, o Conselho reiterou aquela declaração e afirmou que não acreditava em uma solução militar para o problema, instando as partes a prosseguirem nas negociações.

Na data prevista para o encerramento da prorrogação anterior, nenhum progresso havia sido alcançado quanto à situação de segurança. Ao contrário, o prolongamento das hostilidades desgastava progressivamente o processo de paz e agravava a situação humanitária em Angola. O CSNU houve por bem, então, editar a Resolução 1213 (1998), de 3 de dezembro (ONU, 1998i), estendendo o mandato até 26 de fevereiro de 1999, condenando novamente a UNITA por seus atos e expressando as preocupações com a condição humanitária do País e com as restrições ao movimento dos membros da MONUA, impostas constantemente por forças da UNITA.

No final de dezembro de 1998 e início de janeiro de 1999, o quadro se agravou ainda mais com as quedas de duas aeronaves das Nações Unidas, em circunstâncias não esclarecidas, quando sobrevoavam áreas controladas pela UNITA. O Conselho de Segurança reagiu aos acontecimentos, por meio da edição das resoluções 1219 (1998) (ONU, 1998j) e 1221 (1999) (ONU, 1999a), lamentando profundamente as ocorrências, condenando a UNITA por não se empenhar nas

buscas e no esclarecimento dos casos e solicitando uma investigação internacional sobre os incidentes.

Em 17 de janeiro de 1999, tendo constatado que “o processo de paz em Angola havia entrado em colapso e que o País encontrava-se em estado de guerra” (ONU, 2011d, tradução do autor), o Secretário-Geral reportou ao CSNU que não via alternativa senão a retirada do pessoal e do material das Nações Unidas do território angolano, uma vez que as partes em conflito estavam inclinadas a resolver o conflito pela via da força, não havendo, assim, condições para o sucesso de uma operação de manutenção de paz. O Secretário-Geral informou ainda que, por falta de cooperação do Governo de Angola com a MONUA, o Comando da operação iria evacuar todo o pessoal e o material das bases regionais da MONUA para a capital Luanda.

Na sequência, em 27 de janeiro, o Governo angolano informou às Nações Unidas que não via mais a necessidade da presença multidisciplinar da ONU em seu território, recomendando a permanência apenas de suas agências especializadas, sob a coordenação do *United Nations Development Programme* (UNDP). Em consequência, o Secretário-Geral reportou ao CSNU, em 24 de fevereiro, a liquidação técnica da MONUA, por falta de condições de permanência, fazendo questão de afirmar que a situação do conflito em Angola continuava grave.

Em 26 de fevereiro de 1999, por meio da Resolução 1229 (1999) (ONU, 1999b) o Conselho de Segurança assinalava o término do mandato da MONUA. O Órgão lamentou que as situações política e de segurança impedissem a MONUA de cumprir com sucesso seu mandato. O CSNU determinou a permanência do componente de direitos humanos da MONUA em Angola e o estabelecimento, pelo comando da operação, de um canal de comunicação com o Governo angolano.

O encerramento da MONUA não encerrou a atuação da ONU em Angola, já que, em 15 de outubro de 1999, o CSNU autorizou, por meio da Resolução 1268 (1999) (ONU, 1999c), o estabelecimento do *United Nations Office in Angola* (UNOA), a fim de manter a ligação das Nações Unidas com as autoridades do País.

Terminada esta apresentação sobre o desenrolar da MONUA, cabe agora a descrição da atuação do contingente brasileiro que participou daquela operação.

O efetivo total que representou o Brasil na MONUA foi de setenta e quatro militares, sendo trinta e cinco oficiais do Exército – que desempenharam as funções de oficiais de estado-maior e de observadores militares – e de trinta e nove policiais

militares, que atuaram como observadores policiais. Adicionalmente, houve a permanência do Posto de Saúde Avançado brasileiro da UNAVEM III em Luanda, contando com um efetivo médio de quinze militares. (FONTOURA, 1999)

Quanto à questão já anteriormente abordada sobre a ocupação de cargos de chefia por brasileiros, o único militar brasileiro a desempenhar uma função de maior relevância foi o então Coronel do Exército Ubiratan Pereira Pillar, que exerceu a função de Comandante Regional do Nordeste. O Oficial permaneceu no *Regional HQ* de Saurimo, localizado na região mais crítica da operação, em decorrência da existência de minas de diamante e das frequentes ações de tropas da UNITA naquela região. (FONTOURA, 2009)

O trabalho de campo dos observadores militares e policiais brasileiros foi bastante dificultado ao longo da MONUA, em decorrência da precariedade das condições de segurança, que restringia a liberdade de movimento dos integrantes da operação. A tarefa básica executada por eles permanecia inalterada desde a UNAVEM III, tendo os *UNMOs* a difícil missão de investigar e reportar as violações dos acordos de paz cometidas sistematicamente pelas partes em conflito, particularmente a UNITA.

A atuação do Posto de Saúde Avançado do Brasil também foi mais limitada em relação à operação anterior. A Unidade permaneceu em Luanda e sua tarefa foi essencialmente prestar atendimento médico aos integrantes da MONUA, diferindo assim da UNAVEM III, em que os militares brasileiros prestaram um auxílio inestimável à população angolana, vítima da já mencionada catástrofe humanitária decorrente do prolongamento da Guerra Civil.

Finalizadas a apresentação das operações de manutenção de paz das Nações Unidas em Angola e a descrição da atuação dos militares e civis brasileiros ao longo de tais operações, a seção subsequente trata das relações econômicas e militares entre Brasil e Angola entre 1989 e 1999.

6 RELAÇÕES ECONÔMICAS E MILITARES ENTRE BRASIL E ANGOLA NO PERÍODO ENTRE 1989 e 1999

Esta Seção tem por finalidade apresentar a descrição dos relacionamentos econômico e militar entre o Brasil e Angola entre os anos de 1989 e 1999, período este em que o Brasil participou das operações de manutenção de paz UNAVEM I, II e III e MONUA, em solo angolano.

No contexto da presente Tese, esta Seção corresponde à segunda parte da fase descritiva do trabalho. O objetivo principal é apresentar as informações que serão confrontadas com a descrição das participações brasileiras nas operações de manutenção de paz da ONU em Angola – objeto da Seção anterior – a fim de investigar uma possível relação de influência entre elas. Esta investigação é realizada no próximo capítulo, de forma integrada à metodologia da pesquisa.

Para a realização da descrição proposta, a Seção é dividida em quatro subseções, sendo as duas primeiras relacionadas ao relacionamento econômico e as duas últimas ao relacionamento militar. As primeiras subseções de cada assunto têm caráter introdutório e as subseções subsequentes abordam diretamente os objetos de estudo da presente pesquisa.

Cabe ressaltar que, em decorrência da amplitude do que pode ser entendido como relacionamento econômico e como relacionamento militar, estes relacionamentos foram estudados com foco nos aspectos mais relevantes que os materializam. A seleção destes aspectos de análise foi embasada na revisão da Teoria da Sociedade Internacional, constante do referencial teórico deste trabalho.

6.1 SÍNTESE DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DOS PAÍSES

Para melhor compreensão da evolução do relacionamento econômico entre Brasil e Angola, no período em que está focada a presente pesquisa, faz-se necessário traçar, inicialmente, um perfil da situação econômica em cada um dos dois países envolvidos. Desta forma, é possível identificar as condicionantes internas e externas que se interpunham às iniciativas de aproximação econômica idealizadas.

Neste contexto, esta Subseção trata de apresentar um breve panorama das economias de Brasil e Angola no período em estudo, procurando identificar seus

impactos no relacionamento entre os dois. Vale mencionar que as informações aqui contidas são complementares às constantes das subseções 4.2 e 4.3 deste trabalho, nas quais foram apresentadas, respectivamente, a política exterior brasileira e as relações econômicas entre o Brasil e o continente africano naquele período.

Quanto à situação de Angola, pode-se afirmar que, em 1989, a Guerra Civil que perdurava desde a independência fragilizou intensamente a economia do País. Segundo a OCDE (2005), com exceção do setor petrolífero, todos os demais setores da economia sofreram profundamente os efeitos do conflito. Como exemplos, podem ser mencionados a agricultura, fragilizada pela insegurança no campo e pela existência de minas terrestres, a indústria, enfraquecida pela destruição da infraestrutura do País, e o controle de importantes jazidas de diamantes pelas forças militares da UNITA.

Esta situação mergulhou a economia angolana em uma grave crise, que perdurou durante o período ora em estudo e que refletiu nos aspectos econômicos do País. Segundo o Banco Mundial (2010), entre 1988 e 1988, o Produto Interno Bruto (PIB) de Angola sofreu uma redução de US\$ 8 bilhões para US\$ 6,4 bilhões, apresentado um decréscimo do PIB *per capita* de 4,1%. Quanto à conta corrente angolana, mesmo possuindo uma balança comercial superavitária na maior parte do período – graças às expressivas exportações de petróleo –, o País obteve um crescente déficit, que resultou em um crescimento contínuo da dívida externa, que alcançou cerca de US\$ 10,7 bilhões em 1998.

O quadro econômico apresentado, aliado à continuidade do conflito interno, limitou sobremaneira as opções do governo angolano no tocante à condução da economia do País. Desta forma, a administração de Luanda procurou apenas assegurar os meios para sustentar o combate às forças da UNITA, bem como para enfrentar a grave situação humanitária ali instalada, o que só foi possível com um amplo esforço das agências e organizações internacionais. (OCDE, 2005)

Mesmo diante da situação apresentada, a pesquisa revelou que Angola procurou seletivamente estabelecer ou estreitar relações que lhe possibilitassem alcançar seus objetivos econômicos. Neste contexto,

para Angola, o contato com o Brasil referia-se à continuidade de uma relação estabelecida desde a independência, intensificada economicamente nos anos 1980, e amadurecida nos anos 1990. A política externa angolana, para o Brasil, baseou-se, assim, na manutenção de uma relação prioritária, cujos resultados, para o país africano, foram, desde sempre, positivos e necessários. (RIZZI, 2005, p. 69)

No caso do Brasil³⁸, a situação econômica existente ao final da década de 1980 também apresentava sérios problemas, ainda decorrentes da crise que se abateu sobre o País na segunda metade daquela década. Entre o início do período pesquisado (1989) e 1994, predominou no Brasil uma inflação elevada, somente contida após a implementação do Plano Real. A balança comercial brasileira foi superavitária até 1995, quando passou a apresentar déficits sucessivos, até o final do período em estudo (1999). Quanto ao PIB brasileiro, a taxa média de crescimento apresentada entre 1990 e 1999 foi de apenas 1,7%, tendo sua variação real decrescido nos anos de 1990 e 1992.

Encerrada esta breve apresentação sobre as situações econômicas de Brasil e Angola no período em que os brasileiros participaram das operações da ONU em solo angolano, passa-se a estudar alguns aspectos que permitem avaliar mais detalhadamente a evolução do relacionamento econômico entre os dois países. Cabe ressaltar que, em razão dos objetivos da presente pesquisa, os aspectos econômicos a serem analisados referem-se exclusivamente às relações bilaterais diretas entre os dois países.

6.2 ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ASPECTOS DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS

O primeiro aspecto do relacionamento econômico entre Brasil e Angola estudado foi o estabelecimento de atos bilaterais com objetivos e/ou repercussões econômicas, entre 1989 e 1999. O ponto de partida deste estudo foi a consulta ao arquivo da Divisão de Atos Internacionais (DAI) do MRE.

Segundo a DAI, no período considerado foram estabelecidos dois atos classificados pelo autor como possuidores das características acima mencionadas³⁹: a Declaração Conjunta Brasileiro-Angolana (1991) e o Acordo para Reescalonamento de Dívida (1995).

³⁸ Dados macroeconômicos do Brasil obtidos no sistema Ipeadata, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Consultas entre nov. 2011 e jan. 2012.

³⁹ A totalidade dos atos bilaterais firmados no período consta da página eletrônica da DAI/MRE. Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_bil>. Consultas realizadas em dez. 2011.

A Declaração Conjunta Brasileiro-Angolana foi firmada por ocasião de uma visita do Presidente brasileiro Fernando Collor a Angola, em setembro de 1991, e continha alguns tópicos atinentes ao relacionamento econômico entre os dois países, como se observa a seguir:

7. As partes exprimiram sua profunda satisfação pelo desenvolvimento amplamente positivo das relações bilaterais, nos campos político, econômico e comercial. Os dois Presidentes analisaram a cooperação técnica e científica implementada por ambos os países, considerando os resultados extremamente satisfatórios. Aprovaram a realização da Quinta Sessão da Comissão Angolano-Brasileira a ter lugar no primeiro trimestre de 1992, no Brasil, durante a qual as delegações dos dois países procederão à avaliação da cooperação existente nas áreas já identificadas, visando um melhor e mais adequado aproveitamento das possibilidades recíprocas, inclusive na área do petróleo.

8. As partes exprimiram sua profunda satisfação pelo excelente desenvolvimento do Projeto Capanda, pedra angular da cooperação angolano-brasileira e exemplo insofismável de que a cooperação Sul-Sul se afigura possível e tende para um relacionamento cada vez mais estreito e profícuo. [...]

10. As partes manifestaram preocupação face ao problema da dívida externa dos países em vias de desenvolvimento, especialmente os da América Latina e da África, e estimaram essencial uma solução justa e global capaz de garantir as possibilidades de desenvolvimento e crescimento dos países devedores. (BRASIL, 1991)

O documento seguinte analisado, e, seguramente, o de maior importância no contexto do presente trabalho, foi o Acordo para Reescalonamento de Dívida, firmado em 15 de agosto de 1995 (BRASIL, 1995c). Conforme o exposto na Subseção 4.3 do presente trabalho, a suspensão do fornecimento de petróleo angolano, ao longo da primeira metade da década de 1990, tornou crítica a situação da dívida externa de Angola para com o Brasil. Desta forma, o instrumento ora em análise serviu para viabilizar uma solução negociada para o problema em questão.

Inicialmente, é importante a compreensão das premissas em que se basearam os dois países quando do estabelecimento do Acordo:

CONSIDERANDO:

- o interesse dos dois países na normalização das relações econômico-financeiras;
- as perspectivas de incremento das referidas relações,
- a confirmação, por parte de ANGOLA, da retomada, no último trimestre de 1995, do fornecimento de petróleo ao BRASIL;
- e que o BRASIL, por sua vez, acordou em reabrir a ANGOLA os créditos de exportação, ao amparo do PROEX;

resolvem os dois países firmar o presente ACORDO PARA REESCALONAMENTO DE DÍVIDA, com a finalidade de consolidar e reescalonar a dívida de ANGOLA com o BRASIL [...] (BRASIL, 1995c)

Em linhas gerais, o teor do Acordo consistia em uma renegociação da dívida angolana – estimada em cerca de US\$ 436 milhões – em um prazo de quinze anos, com um período de carência inicial de cinco anos. As taxas de juros aplicadas eram reduzidas e o pagamento das parcelas seria suportado pelo produto da venda de carregamentos de petróleo angolano ao Brasil. (BRASIL, 1995c)

O Acordo para Reescalonamento de Dívida proporcionou solidez ao comércio bilateral entre os dois países e pode ter influenciado no crescimento contínuo das exportações brasileiras para Angola nos anos seguintes, conforme o que será abordado a seguir.

O segundo aspecto revisado foi o comportamento da balança comercial brasileira⁴⁰ para com Angola, no período entre 1989 e 1999. A principal fonte de consulta para obtenção dos dados numéricos foi o sistema AliceWeb⁴¹, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Tabela 1 – Balança Comercial Brasil X Angola entre 1989 e 2000 (em US\$ FOB⁴²)

Ano	Exportações Brasileiras (E)	Importações Brasileiras (I)	Saldo Brasileiro (E-I)	Corrente de Comercio (E+I)
1989	115.562.021	50.607.334	64.954.687	166.169.355
1990	83.177.472	111.645.235	-28.467.763	194.822.707
1991	69.040.633	148.274.908	-79.234.275	217.315.541
1992	62.186.757	34.979.638	27.207.119	97.166.395
1993	37.618.219	28.438.793	9.179.426	66.057.012
1994	154.800.273	14.706.873	140.093.400	169.507.146

⁴⁰ Para o MDIC, as **exportações** correspondem às mercadorias de origem brasileira enviadas ao exterior. Já as **importações**, representam as entradas no Brasil de mercadorias originárias do exterior. **Saldo comercial** é o resultado das exportações menos as importações. Se o saldo é positivo, chama-se de *superavit*, se negativo, chama-se de *deficit*. **Corrente de comércio** é o resultado da soma das exportações com as importações e representa o total de comércio transacionado por um país com o exterior.

⁴¹ O Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet, denominado AliceWeb, da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), foi desenvolvido com vistas a modernizar as formas de acesso e a sistemática de disseminação dos dados estatísticos das exportações e importações brasileiras. O AliceWeb é atualizado mensalmente, quando da divulgação da balança comercial, e tem por base os dados obtidos a partir do Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), sistema que administra o comércio exterior brasileiro. Para o presente trabalho, as consultas ao AliceWeb foram realizadas entre out. 2011 e jan. 2012.

⁴² Segundo os INCOTERMS (*International Commercial Terms*), da Câmara de Comércio Internacional (CCI), na modalidade *Free on Board* (FOB - Livre a Bordo do Navio), o vendedor, sob sua conta e risco, deve colocar a mercadoria a bordo do navio indicado pelo comprador, no porto de embarque designado. Compete ao vendedor atender as formalidades de exportação; esta fórmula é a mais usada nas exportações brasileiras por via marítima ou aquaviária doméstica.

1995	20.666.470	39.155.990	-18.489.520	59.822.460
1996	34.928.958	140.272.544	-105.343.586	175.201.502
1997	81.794.687	36.800.609	44.994.078	118.595.296
1998	120.184.100	11.389.814	108.794.286	131.573.914
1999	59.858.626	26.830.292	33.028.334	86.688.918
2000	106.281.536	31.422.471	74.859.065	137.704.007

Fonte: O autor (com base em dados constantes do sistema AliceWeb, do MDIC)

Observando a tabela acima, é possível identificar alguns comportamentos aparentemente anormais. Assim, para identificar os motivos pelos quais os números apresentavam grandes discrepâncias em relação aos resultados dos anos imediatamente anteriores ou posteriores, foi necessário recorrer às planilhas detalhadas, encomendadas ao MDIC também por meio do sistema AliceWeb. O principal esforço foi no sentido de identificar qual(is) mercadoria(s) contribuiu(ram) para a divergência numérica. Para tanto, foi necessário recorrer aos códigos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM), utilizada pelo Brasil entre janeiro de 1989 e dezembro de 1995, e da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), adotada pelo Brasil e demais países do Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai), a partir de janeiro de 1996.

Quanto às importações brasileiras, observa-se uma elevação acentuada dos valores nos anos de 1990, 1991 e 1996. O estudo das planilhas revelou uma causa coincidente para os três anos em questão: as expressivas importações de óleo bruto de petróleo e de gás liquefeito de petróleo (GLP).

Já no tocante às exportações, as maiores distorções encontradas foram nos anos de 1994, quando o total exportado superou o ano anterior em mais de quatro vezes, e de 1998. O estudo da Tabela 1 mostrou que, em 1994, o Brasil exportou para Angola um valor muito elevado em máquinas de perfuração e sondagem de poços de petróleo, peças para aquele tipo de máquina, e plataformas de exploração. Já em 1998, o que mais impactou no valor das exportações foi a remessa de seis aeronaves turboélice Tucanos, seguida da venda de açúcar de cana.

A análise geral da Tabela 1 permite concluir houve um comportamento irregular das quatro variáveis que a compõe – exportações, importações, saldo e corrente comercial – não sendo observadas tendências significantes no período considerado. Concluiu-se, ainda, que os comportamentos mais discrepantes foram

frutos de transações específicas, conforme necessidades pontuais existentes em alguns dos anos integrantes do intervalo em estudo.

O terceiro aspecto analisado foi a evolução da Cooperação Técnica prestada pelo governo brasileiro para com a nação angolana, particularmente por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)⁴³.

A origem dos projetos de cooperação entre os dois países remonta a 1980, quando da celebração do Acordo de Cooperação Cultural e Científica e do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre Brasil e Angola. Posteriormente, em 1983, foram assinados o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica e o Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica Sobre Cooperação no Campo das Comunicações, conforme o exposto no Referencial Teórico deste trabalho. Aqueles documentos constituíram em valiosos instrumentos de aproximação entre os dois países.

Passar-se agora a discorrer sobre a cooperação no âmbito da ABC, pela relevância desta Agência no relacionamento entre Brasil e Angola. Cabe ressaltar, desde já, que segundo a própria ABC, a cooperação técnica prestada pelo Brasil está centrada

no fortalecimento institucional de nossos parceiros, condição fundamental para que a transferência e a absorção dos conhecimentos sejam efetivadas. Sem fins lucrativos e desvinculada de interesses comerciais, a cooperação técnica pretende compartilhar êxitos e melhores práticas nas áreas demandadas pelos países parceiros. (BRASIL, 2011, p.1)

Desta forma, mesmo sem representarem um relacionamento comercial direto, os projetos de cooperação executados pela ABC constituem-se em vetores de aproximação para com os países receptores, já que proporcionam um intenso intercâmbio de recursos humanos, tecnologias e equipamentos.

Angola ocupa um lugar de destaque no âmbito da ABC, por estar situada em uma área prioritária para a Agência:

A Gerência de África, Ásia, Oceania e Leste Europeu, inserida no setor de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, destaca-se como o

⁴³ A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) é um órgão que integra a Subsecretaria-Geral de Cooperação, Cultura e Promoção Comercial do MRE e que tem como atribuições negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica, executados com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais. A ABC foi criada em 1987 e, atualmente, compreende sete coordenações, dentre as quais a Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CGPD), responsável pelos de projetos de cooperação entre Brasil e Angola.

ramo da ABC engajado em projetos destinados a minorar o impacto da exclusão econômica e social em países que apresentam grandes obstáculos no caminho para o desenvolvimento. **Dentre as regiões-alvo dessa Gerência, destaca-se o continente africano, principal destinatário e grande beneficiário das ações de cooperação técnica. Assim, tendo em vista a proximidade histórico cultural que o idioma comum estabelece, é natural que os laços mais estreitos da cooperação horizontal brasileira sejam com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, os PALOP.** (BRASIL, 2011, p.1, grifo do autor)

Quanto aos projetos realizados no período em que está focada a presente pesquisa, destaca-se a instalação, em 1999, do Centro de Formação Profissional do Cazenga, nos arredores de Luanda. Complementarmente, podem ser mencionados o projeto Desenvolvimento de Políticas Sociais Destinadas à Reinserção dos Deslocados, Repatriados e Desmobilizados e o projeto Atendimento às Crianças e aos Adolescentes em Circunstâncias Particularmente Díficeis, ambos iniciados em 1998. (BRASIL, 2011)

O projeto de instalação do Centro de Formação Profissional do Cazenga foi iniciado no final de 1996, e desenvolvido com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). A concepção inicial do projeto previa a construção e a operação de um centro móvel de formação profissional nas áreas de construção civil, eletricidade, mecânica diesel e vestuário, montado sobre o chassi de um veículo. Posteriormente, em 1998, houve uma modificação no projeto, por solicitação do governo angolano, e passou-se a construir um centro fixo, que foi inaugurado em novembro de 1999. (BRASIL, 2011)

Segundo um relatório elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Centro enfrentou alguns problemas operacionais no início de seu funcionamento, particularmente no tocante ao treinamento dos formadores angolanos no Brasil e nas questões alfandegárias relacionadas ao transporte do material para Angola. Depois de superados os problemas, o Centro entrou em pleno funcionamento e a avaliação de suas atividades pode ser considerada altamente positiva. (MARTINS et. al., 2005)

De acordo com o PNUD, as entrevistas realizadas com representantes de diversos órgãos governamentais angolanos e com gestores do Centro, revelaram que o projeto é visto como referência em formação profissional em Angola, sendo motivo de orgulho para o País. Os entrevistados elogiaram a cooperação com o Brasil, que proporcionou a obtenção de equipamentos de alta qualidade para o

Centro, e a questão simbólica relacionada ao local, que havia sediado uma escola, destruída durante a Guerra Civil. (MARTINS et. al., 2005)

Em entrevistas realizadas com diretores da Odebrecht, os pesquisadores do PNUD foram informados que a empresa avaliava como positiva a instalação do Centro de Cazenga e que procurava priorizar a contratação de mão de obra egressa daquele Centro. Entretanto, os entrevistados fizeram algumas restrições quanto à integração entre a formação profissional e o mercado de trabalho em Angola, e, particularmente, quanto à falta de uma ação do governo brasileiro, no sentido de integrar os projetos de cooperação e as empresas brasileiras no exterior. (MARTINS et. al., 2005)



Figura 5 - Centro de Formação Profissional do Cazenga
Fonte: Martins et. al. (2005)

O quarto aspecto estudado na presente subseção tratou da evolução da atuação das principais empresas brasileiras em Angola. Cabe aqui registrar que, no período estudado, não foi observada a atuação de empresas angolanas no Brasil, motivo pelo qual, somente as companhias brasileiras foram analisadas.

Como já havia mais de uma dezena de companhias brasileiras com negócios no País africano no período em estudo, optou-se por investigar as duas com maior volume de negócios, sendo uma de natureza pública e a outra de natureza privada. Desta forma, as empresas cujas atuações foram estudadas são a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)⁴⁴ e a Norberto Odebrecht S.A.

A Braspetro – denominação do ramo internacional da Petrobras S.A. até 2002 – iniciou sua atuação em Angola em 1979, após um acordo estabelecido com a

⁴⁴ A Petrobras é atualmente uma empresa estatal de economia mista, possuindo como acionista majoritário o Governo do Brasil.

Sonangol (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola). Desde então, iniciaram-se a prospecção de petróleo angolano pela empresa brasileira e a exportação petrolífera de Angola para o Brasil. (PETROBRAS, 2010)

O governo angolano havia dividido os campos petrolíferos em blocos, cabendo à Braspetro a exploração do Bloco de Prospecção Número 2 – localizado na Bacia do baixo Congo – em parceria com a Sonangol, a Chevron-Texaco e a TotalFinaElf. Ao longo do período estudado, a Braspetro concentrou sua atuação naquele Bloco, mantendo uma participação de 27,5% na exploração. (RIZZI, 2005)

Durante a década de 1990, não houve um aumento percentual na participação da empresa brasileira na exploração, no entanto, ocorreu um aumento significativo na produção, em decorrência do término do desenvolvimento de vários campos descobertos na área do Bloco 2⁴⁵. Em termos numéricos registrou-se em 1997 um pico de produção diária de cento e quinze mil barris de petróleo. (RIZZI, 2005)

Um aspecto digno de menção é que a exportação do petróleo angolano para o Brasil no período em estudo possibilitou o estabelecimento de contratos de *countertrade* entre os dois países. Esta modalidade de contrato previa a troca e mercadorias exportadas pelo Brasil por petróleo advindo do País africano, conforme o exposto na Seção 4.3 do presente trabalho.

Em 1984, antes, portanto, do período em estudo, a Construtora Norberto Odebrecht assinou o contrato para a construção da hidrelétrica de Capanda, em Angola, inaugurando a participação da empresa no continente africano. O empreendimento, construído a 400 quilômetros da capital Luanda e com capacidade de geração de 520 MW, foi concluído em janeiro de 2004 e teve fundamental importância para o desenvolvimento da economia angolana. (ODEBRECHT, 2010)

Depois de contratada pelo Governo angolano, a obra ficou ao encargo de um consórcio russo-brasileiro. Os russos foram responsáveis pelo projeto, pelo fornecimento e pela montagem dos equipamentos. Já a Odebrecht respondeu pela execução das obras civis.

⁴⁵ Informações obtidas em entrevista com um executivo da Petrobras Internacional S.A., que exerceu as funções de Representante Técnico da Braspetro Angola, entre 1989 e 1993, e de Gerente de Operações da Braspetro Angola, entre 1993 e 1998.

Centenas de brasileiros passaram a trabalhar na barragem de 110 metros de altura, localizada em Capanda. Um aeroporto foi aberto na cidade para receber os aviões de grande porte, que traziam materiais para a obra. Três mil angolanos passaram por treinamentos em engenharia, construção civil, informática e saúde.

Já em operação, a hidrelétrica vem se mostrando fundamental para a retomada do desenvolvimento angolano. A estrutura contribuiu para o amadurecimento de conceitos e práticas da Odebrecht e para impulsionar sua atuação internacional.

Na área de infraestrutura de saneamento básico, a Odebrecht desenvolve os projetos Águas de Luanda e Águas de Benguela. O primeiro foi iniciado em 1998 – durante a vigência da Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA) – e, segundo informações da empresa, já está beneficiando 1,6 milhões de pessoas e com previsão de alcançar 2 milhões. O escopo principal do Águas de Luanda consiste na ampliação da rede de distribuição de água tratada naquela cidade.

Outra empreitada da Odebrecht Angola na década de 1990 foi o Projeto de Desenvolvimento Urbano de Luanda Sul, que teve início em 1994, período em que se desenvolvia a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola II (UNAVEM II). Naquela que foi a primeira parceria público-privada do país, foram implantados 225 km de rede elétrica, 64 km de sistemas viários, além de redes de drenagem, esgoto, abastecimento de água e iluminação pública.

No ramo imobiliário, a partir de 1998, a Odebrecht Angola foi pioneira na construção de condomínios residenciais de alto padrão no país, ao iniciar as obras do Condomínio Atlântico Sul em Luanda. Desde então, mais de mil unidades já foram entregues. Os condomínios Riviera, Morada dos Reis, Belas Business Park, Noblesse Residence, assim como o Belas Shopping são novos exemplos da atuação da empresa no setor imobiliário.

Passando ao setor da mineração, a Odebrecht Angola iniciou suas atividades em 1991, no chamado Projeto Luzamba. Em 1993, a empresa integrou a Sociedade Mineira de Catoca, destinada à produção, prospecção, exploração, recuperação e comercialização de diamantes. A Odebrecht também atuou na produção de diamantes de aluvião, por meio da Sociedade de Desenvolvimento Mineiro de Angola (SDM), criada em 1999, em uma associação com a empresa Endiama.

Paralelamente à atividade empresarial, a Odebrecht passou a se engajar sistematicamente em ações sociais, a partir da década de 1990. Neste contexto, a empresa apoia com pessoal, logística e lanches os agentes vacinadores a campanha anual contra a poliomielite. Desde que a empresa iniciou sua participação, em 1997, cerca de 450 mil crianças na região da Samba, em Luanda, foram vacinadas.

6.3 ANTECEDENTES DO RELACIONAMENTO MILITAR

O estudo preliminar do relacionamento militar entre Brasil e Angola revelou que, até o início da década de 1990 – ponto de partida do presente trabalho –, inexistiam relações significativas entre os dois países no campo militar. Já ao longo daquela década, as duas nações apresentavam condições que limitavam muito as possibilidades de aproximação, particularmente no campo interno.

Quanto ao Brasil, o ano de 1990 marcou a ascensão do governo Fernando Collor, de clara orientação neoliberal e que privilegiou as relações bilaterais com os EUA, em detrimento da aproximação para com as nações em desenvolvimento⁴⁶. Acrescenta-se ainda a pouca relevância conferida aos assuntos de defesa por aquele governo e por seus sucessores imediatos, ainda motivados por ressentimentos políticos oriundos do recente fim do período dos governos militares (1964-1985). (CERVO; BUENO, 2010)

Outro fator interno brasileiro, que limitou sobremaneira as possibilidades de aproximação militar com Angola, foi a profunda deterioração da Base Industrial de Defesa (BID)⁴⁷ brasileira. Ao longo da década de 1980, o Brasil conseguiu ser um produtor e exportador de material bélico de médio porte, mas o final daquela década marcou também a derrocada da indústria bélica nacional, motivada por fatores que incluíam a má administração das empresas, o fraco mercado interno para seus produtos e a pouca competitividade no mercado internacional, quando comparada

⁴⁶ Ver Subseção 4.2 do presente trabalho.

⁴⁷ Segundo o Ministério da Defesa, Base Industrial de Defesa (BID) é o conjunto das empresas estatais e privadas, bem como organizações civis e militares, que participam de uma ou mais das etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos estratégicos de defesa (bens e serviços). <<https://www.defesa.gov.br/index.php/industria-de-defesa.html>>. Acesso em 10 Jan 12.

aos países mais proeminentes em exportações militares. A falência da empresa Engenheiros Especializados S/A (ENGESA), uma das de maior expressão no setor, em 1993, pode ser considerado o marco da deterioração da indústria bélica nacional. (BONALUME NETO, 2010)

Já no tocante a Angola, faz-se importante mencionar que as Forças Armadas Angolanas (FAA) haviam sido organizadas, desde a independência do País, sob influências externas diretas. Inicialmente, a URSS e Cuba foram os que mais influenciaram. Posteriormente, Portugal adquiriu relevância crescente, já que passou a fornecer treinamento à chamada Polícia de Emergência, engajada diretamente no combate às tropas da UNITA. (MASCARENHAS, 1996)

Outro importante fator interno, que limitava as possibilidades de as FAA estabelecerem compromissos de longo prazo, era o engajamento constante daquelas forças em combates com as tropas da UNITA, mesmo depois do estabelecimento das operações de manutenção de paz da ONU no País. Conforme o descrito na Seção anterior deste trabalho, o líder da UNITA Jonas Savimbi conseguiu manter sob seu poder um efetivo de tropas e um arsenal que lhe possibilitaram atacar sistematicamente as FAA, bem como manter importantes regiões do País sob seu controle. Desta forma, a maior preocupação das FAA era manter sua capacidade operacional plena, a fim de rechaçar as ações da UNITA e de reconquistar os territórios por ela dominados.

No espectro das relações entre Brasil e Angola no âmbito dos organismos multilaterais, não houve nada que ensejasse uma maior cooperação entre os dois países no campo militar. A maior iniciativa de aproximação naquele contexto foi a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), que, mesmo assim consistia simplesmente em um instrumento de diálogo entre seus integrantes. (BRASIL, 2010c)

Mesmo a despeito das limitações apresentadas, um estudo mais minucioso do período em que as UNAVEM I, II e III e a MONUA estiveram desdobradas em solo angolano revelou que as relações militares entre Brasil e Angola apresentaram alguns progressos. A Subseção seguinte trata de investigar os aspectos que materializam tais progressos, para que, em fase posterior, possa ser analisada a possível contribuição da participação brasileira nas operações da ONU para os resultados alcançados.

6.4 ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ASPECTOS DAS RELAÇÕES MILITARES

O primeiro aspecto estudado foi o estabelecimento de acordos relativos ao ensino militar entre Brasil e Angola. Em seu estudo sobre o tema, MASCARENHAS (1996, p. 34-35) afirma que em fevereiro de 1994 – durante a vigência da UNAVEM II – o Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas Angolanas (FAA), General João de Matos, esteve no Brasil para tratar da possibilidade de realização de cursos em escolas militares brasileiras, pelos oficiais e sargentos das FAA.

Como resultado daquela iniciativa, já em 1995, 53 militares angolanos frequentaram estabelecimentos de ensino do Exército Brasileiro (BRASIL, 1995b). Os cursos abrangiam desde a graduação no Instituto Militar de Engenharia (IME) e na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) até o Curso de Altos Estudos Militares, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), incluindo ainda cursos de extensão e de especialização.

Ainda em setembro de 1995, o General Angolano João de Matos encaminhou um ofício ao Ministro Chefe do EMFA do Brasil⁴⁸, no qual ele reconhecia coincidência entre o modelo de ensino dos colégios militares brasileiros e a educação pretendida para os filhos de militares angolanos, solicitando, assim, a matrícula de crianças e adolescentes angolanos nos estabelecimentos brasileiros. O assunto foi alvo de reuniões entre autoridades do Exército Brasileiro e o Embaixador de Angola em Brasília e de deliberações internas no alto escalão do EB. Entretanto, a pesquisa revelou que a pretensão inicial não foi adiante, pela falta de alocação de recursos por parte do governo angolano, a fim de possibilitar a manutenção dos estudantes no Brasil.

A admiração das FAA pela qualidade das escolas militares brasileiras e a gratidão pelos resultados alcançados foram explicitadas em um documento enviado pelo Vice-Chefe do Estado-Maior Geral para o Ensino das FAA ao então Ministro do Exército do Brasil, em setembro de 1996⁴⁹. O Vice-Chefe externou ainda a gratidão pela cordialidade com que foi recebida uma comitiva angolana em visita às escolas

⁴⁸ Trata-se de Ofício datado de 22 de setembro de 1995, assinado pelo General João Baptista de Matos, Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas Angolanas.

⁴⁹ Ofício datado de 25 de setembro de 1996, assinado pelo General Antonio José Maria, Vice-Chefe do Estado-Maior Geral para o Ensino das Forças Armadas Angolanas.

brasileiras e solicitou gestões para que os alunos que seriam desligados do IME, por falta de aproveitamento intelectual, fossem matriculados em universidades no Brasil.

Neste contexto é importante salientar que a presença dos alunos militares angolanos nas escolas brasileiras enfrentou alguns percalços desde o início. Entretanto, nenhum destes percalços foi resultante de obstáculos impostos pelo lado brasileiro, e sim da falta de aproveitamento intelectual de alguns estudantes e das precárias condições de vida dos militares angolanos em solo brasileiro, devido ao não recebimento de suas remunerações de seu País de origem. Ainda assim, militares angolanos continuam a frequentar as escolas militares brasileiras até os dias atuais, já tendo sido diplomados centenas deles nos mais variados cursos. (MASCARENHAS, 1996)

Outro aspecto do relacionamento militar que mereceu estudo foi a abertura recíproca de aditâncias militares. Isto se deve ao fato de que os adidos militares são os representantes por excelência dos interesses das Forças Armadas de seu País de origem no Estado onde a representação diplomática que integra está baseada. Não há dúvida, portanto, que a presença de adidos militares brasileiros, nas embaixadas situadas em países com os quais o Brasil deseja estreitar os laços de aproximação militar, é de fundamental importância, já que uma das atribuições primordiais do adido é justamente a de buscar as oportunidades de aproximação⁵⁰.

Segundo Mascarenhas (1996), o Brasil tomou a iniciativa de inclusão de uma assessoria militar junto à Embaixada em Angola em 1993, ao realizar uma consulta ao governo angolano. Segundo o autor, a consulta foi muito bem recebida e evoluiu para uma disposição de Angola em realizar uma abertura recíproca de aditâncias militares.

Desta forma, em 1º de fevereiro de 1995, foi aberta a Aditância das Forças Armadas Brasileiras na Embaixada do Brasil em Angola, que permanece estabelecida até os dias atuais. De modo análogo, foi estabelecida logo a seguir a Aditância das Forças Armadas Angolanas no Brasil, que perdura até o presente momento, sendo chefiada, inclusive, por um oficial-general.

O terceiro aspecto do relacionamento militar analisado foi o fornecimento de material bélico entre os dois países. Faz-se importante esclarecer que, mesmo podendo estar enquadrado no relacionamento comercial mais amplo, o comércio de

⁵⁰ Esta informação foi corroborada em entrevista com o Chefe da Seção de Adidos Militares do Ministério da Defesa, realizada em 14 dez. 10.

material de emprego militar é regulamentado por um marco legal específico e depende de uma série de autorizações provenientes da área de defesa dos países envolvidos. Assim, este tipo de intercâmbio nasce comumente de acordos e de memorandos de entendimento estabelecidos pelas Forças Armadas, conforme os marcos institucionais de cada um dos países.

Um aspecto de extrema importância, e que merece ser mencionado desde já, é a existência da chamada Cláusula Triplo Zero⁵¹ nos Acordos de Bicesse⁵², ratificada novamente no Protocolo de Lusaka e na Resolução 976 (1995) do CSNU, de 8 de fevereiro de 1995, que estabeleceu a UNAVEM III. Esta cláusula impedia tanto o Governo de Angola quanto a UNITA de adquirirem material de emprego militar enquanto perdurasse o conflito.

A pesquisa sobre o comércio de armamentos entre os dois países mostrou-se bastante dificultada, particularmente pelo sigilo que envolve este tipo de transação, tanto na esfera governamental quanto na empresarial. Assim, algumas negociações que foram noticiadas no período em estudo não puderam ser confirmadas na pesquisa documental, pela ausência de documentação comprobatória fidedigna. Assim, procurou-se tomar por base as informações constantes do Banco de Dados do *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), considerado internacionalmente a Instituição de referência sobre o assunto.

Mesmo não constando dos arquivos do SIPRI, uma transação comercial em especial merece ser abordada, já que a pesquisa revelou fortes indícios de sua concretização. Trata-se da venda de um lote de mil foguetes X-40 e X-60, da empresa brasileira AVIBRAS Indústria Aeroespacial, para o Governo de Angola. O negócio foi noticiado pela revista *Veja* em setembro de 1993⁵³ e referenciado por Mascarenhas (1996, p. 39) em trabalho acadêmico sobre o assunto. Segundo a revista, aquela venda representava apenas o lote inicial de um total de seis mil foguetes, a um custo total estimado de US\$ 6 milhões.

Uma aproximação clara de Angola para com o Brasil, no sentido de viabilizar a importação de material de defesa ocorreu por ocasião da visita ao Brasil do

⁵¹ Segundo a instituição Conciliation Resources, Cláusula Triplo Zero é uma cláusula nos Acordos de Bicesse, obrigando o governo de Angola e a UNITA de não adquirirem material bélico e estipulando igualmente que os Estados Unidos e a União Soviética concordaram acabar com o fornecimento de tal material a qualquer dos beligerantes e encorajar outros países para fazer o mesmo. Esta Cláusula encontra-se explicitada no item 6 do título I do documento original.

⁵² Ver Seção 4 deste trabalho.

⁵³ Arma brasileira na guerra. Revista *Veja*, São Paulo, ed. 1505, p. 24, set. 1993.

General angolano João de Matos, em fevereiro de 1994 (1996, p.34). Segundo Mascarenhas, o militar “tratou, também, de uma eventual padronização de equipamentos das FAA com base na oferta de material bélico brasileiro”.

Como resultado das conversações estabelecidas na visita, foi viabilizada a única transação comercial de material de defesa entre os dois países, constante no Banco de Dados do SIPRI: a venda de oito aeronaves modelo EMB-312 Tucano, da Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), para as Forças Armadas de Angola. Segundo o SIPRI⁵⁴, a transação foi efetivada em 1998, tendo sido entregues todas as aeronaves encomendadas.

O quarto aspecto do relacionamento militar estudado refere-se às iniciativas de cooperação militar entre Brasil e Angola. Neste contexto, Fontoura (1999) destaca que, em novembro de 1997, o Exército cedeu um major médico para servir durante um ano na Escola Técnica de Ação contra Minas de Angola, no âmbito do projeto de apoio ao Programa Nacional de Desenvolvimento de Capacidades nas Atividades de Remoção de Minas, financiado pelo *United Nations Office for Project Services* (UNOPS).

Fontoura (1999) destaca, ainda, que em 1997 foram realizadas negociações para o estabelecimento de uma Missão de Cooperação Militar Brasileira em Angola. Segundo ele,

A origem da iniciativa remonta à visita realizada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso a Angola, em novembro de 1996. Na ocasião, o senhor Presidente da República, em atendimento à solicitação do Presidente José Eduardo dos Santos, manifestou a disposição brasileira de manter uma companhia de engenharia reforçada naquele país, após a retirada da UNAVEM III, de modo a colaborar efetivamente para a reconstrução nacional angolana. A missão militar seria composta por pessoal e material mobilizados pelo Ministério do Exército — agora Comando do Exército — e contaria com um escritório de ligação, uma companhia de engenharia e um destacamento de saúde. (FONTOURA, 1999, p. 271)

Ainda segundo o autor, a implantação da Missão foi discutida em uma reunião de coordenação interministerial, realizada em março de 1997, para deliberar sobre os aspectos políticos, legais e orçamentários relativos à iniciativa presidencial. Em colaboração com o Exército, o Itamaraty redigiu um anteprojeto de Acordo para criar e regulamentar a presença dessa Missão em solo angolano. Os recursos para manutenção do contingente chegaram a ser estimados e a sua implementação final

⁵⁴ Stockholm International Peace Research Institute. **Transfers of major conventional weapons: sorted by supplier**. Deals with deliveries or orders made for year range 1980 to 2000. Disponível em < armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php>. Acesso em 30 nov. 2011.

ficou condicionada à assinatura do acordo entre os dois países e à aprovação legislativa subsequente. Apesar da relevância daquela iniciativa, a pesquisa não identificou que a Missão tenha sido efetivamente implantada.

Encerrando o estudo sobre a aproximação militar entre Brasil e Angola no período em estudo, faz-se oportuno citar uma conclusão de Fontoura sobre o tema em questão, que corrobora a relevância do relacionamento militar para as relações bilaterais mais amplas entre os países:

As ações empreendidas revelam o potencial de cooperação existente nesse campo para ser explorado em benefício do estreitamento das relações bilaterais. Em Angola, o engajamento de militares brasileiros em iniciativas de consolidação da paz ajuda a projetar imagem positiva do Brasil nesse país, situado em região prioritária para a política externa brasileira e dotado de condições naturais que permitem antever perspectivas promissoras de desenvolvimento. (Fontoura, 1999, p. 272)

Concluída a pesquisa sobre as relações econômicas e militares entre Brasil e Angola no período entre 1989 e 1999, a Seção seguinte trata da investigação sobre as possíveis influências da presença brasileira nas operações de manutenção de paz da ONU em Angola no período sobre os progressos alcançados naqueles campos do poder.

7 COLETA, ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Para a construção desta Seção, que trata dos resultados da pesquisa, faz-se importante, inicialmente, uma breve recordação sobre o encadeamento do trabalho.

Após a introdução, apresentou-se o referencial metodológico da tese, onde foram expostos os principais pressupostos teóricos observados e os autores que os embasam. Mereceram atenção especial a abordagem da pesquisa qualitativa, o método do estudo de caso e o detalhamento da pesquisa de campo, sendo abordadas as questões de população e amostragem e das técnicas empregadas.

Posteriormente, foram construídos o referencial teórico e a ambientação do caso em estudo, fruto de pesquisas bibliográfica e documental, a fim estabelecer uma base inicial para as fases seguintes e de possibilitar o perfeito enquadramento do caso em estudo. Uma preocupação constante naquelas seções foi a de apresentar as especificidades do “caso Angola”, a fim de evitar a tendência às generalizações futuras indevidas.

Concluído o referencial teórico, passou-se a uma fase descritiva do trabalho, constante das seções 5 e 6, e elaborada a partir de pesquisas bibliográfica e documental. A Seção 5 apresentou uma descrição pormenorizada das participações de civis e militares brasileiros nas operações UNAVEM I, II e III e MONUA, participações estas que foram estudadas dentro do contexto mais amplo de cada uma das operações. Já a Seção 6, tratou da descrição da evolução dos relacionamentos econômico e militar entre o Brasil e Angola, durante o período das operações supramencionadas. É importante ressaltar que a vasta amplitude do que pode ser entendido como “relacionamento econômico” ou “relacionamento militar” fez com que eles fossem estudados já sob a forma de aspectos pré-estabelecidos.

Para a realização desta nova etapa da pesquisa, foi necessária a condução de um processo de coletas de evidências que indicassem a existência da relação investigada. Neste trabalho, tal processo foi executado conforme os princípios estabelecidos por Yin (2010).

Inicialmente, a fim de orientar a natureza das evidências a serem coletadas, foi necessária a identificação dos aspectos estabelecidos para a investigação do relacionamento supostamente existente. Desta forma, os aspectos referentes à participação dos brasileiros nas operações de manutenção de paz em Angola referem-se à estratificação dos diversos segmentos militares e civis que participaram das operações e constam do Quadro 1.

Já os aspectos relativos aos relacionamentos econômico e militar entre os dois países, no período em que se desenvolveram as operações, foram extraídos da revisão da Teoria da Sociedade Internacional, constante do referencial teórico do presente trabalho, e encontram-se nos Quadros 2 e 3.

Atuação dos brasileiros nas UNAVEM I, II e III e na MONUA	
A-1	Atuação dos militares ocupantes de cargos de chefia
A-2	Atuação dos observadores militares e policiais
A-3	Atuação dos integrantes dos batalhões de Infantaria
A-4	Atuação dos integrantes das companhias de Engenharia
A-5	Atuação dos integrantes dos destacamentos de Saúde
A-6	Atuação dos observadores eleitorais

Quadro 1 - Aspectos principais da atuação dos brasileiros nas UNAVEM I, II e III e na MONUA
Fonte: O autor

Relações econômicas Brasil-Angola	
E-1	Estabelecimento de atos bilaterais com objetivos e/ou repercussões econômicas
E-2	Comportamento da balança comercial brasileira para com Angola
E-3	Evolução da Cooperação Técnica prestada pelo governo brasileiro para Angola
E-4	Evolução da atuação das principais empresas brasileiras em Angola

Quadro 2 - Aspectos principais das relações econômicas Brasil-Angola
Fonte: O autor

Relações militares Brasil-Angola	
M-1	Estabelecimento de acordos de ensino militar
M-2	Abertura de aditâncias militares
M-3	Fornecimento de material bélico
M-4	Estabelecimento de iniciativas de cooperação militar

Quadro 3 - Aspectos principais das relações militares Brasil-Angola
Fonte: O autor

Retornando ao processo de coleta de evidências, Yin (2010) estabelece como princípios básicos o uso de múltiplas fontes de evidência, a criação de um banco de

dados do estudo de caso e a manutenção de um encadeamento de evidências, princípios estes a serem observados doravante.

No que tange às fontes de evidência, Yin (2010) apresenta as seis fontes mais comumente empregadas nos estudos de caso: a documentação, os registros em arquivo, as entrevistas, a observação direta, a observação do participante e os artefatos físicos. Para a elaboração desta seção, foram selecionados a documentação, as entrevistas e, adicionalmente, os questionários, aqui considerados como fontes complementares às entrevistas.

Concluída a seleção das fontes, a primeira etapa de investigação da possibilidade de existência da relação de influência foi a pesquisa documental. Para isso, foi realizado um reestudo de toda a documentação coletada para a elaboração da Seção 6 buscando identificar o relacionamento entre os aspectos relativos à Seção 5 (aspectos “A”, conforme o Quadro 1) e os aspectos daquela seção (aspectos “E” e “M”, conforme os Quadros 2 e 3).

O primeiro aspecto das relações econômicas (E) analisado, quanto a ter sofrido ou não influência dos aspectos da atuação brasileira (A) foi o aspecto E-1, referente ao estabelecimento de atos bilaterais com objetivos e/ou repercussões econômicas.

O reestudo da documentação referente aos dois principais atos firmados – a Declaração Conjunta Brasileiro-Angolana (BRASIL, 1991) e o Acordo para Reescalonamento de Dívida (BRASIL, 1995c) – não revelou que a participação brasileira nas UNAVEM I e III, contemporâneas, respectivamente, às assinaturas daqueles documentos, tenha influenciado direta ou indiretamente o estabelecimento daqueles atos. A leitura analítica mais minuciosa de ambos os documentos revela que a intenção dos governos em estreitar as relações – particularmente econômicas – entre os dois países foi o grande motivador dos acordos firmados.

O aspecto seguinte analisado foi o E-2, que corresponde ao comportamento da balança comercial brasileira para com Angola. Quanto a este aspecto, conforme o exposto na Subseção 6.2 deste trabalho, o conjunto das transações comerciais se comportou de maneira muito irregular no período estudado, não sendo possível identificar tendências significativas quanto aos saldos brasileiros, nem tampouco quanto à corrente de comércio total. Assim, o comportamento descontínuo daquele aspecto inviabilizou a investigação sobre as possíveis influências sofridas, decorrentes da participação brasileira nas operações já mencionadas.

Cabe ressaltar que, conforme o exposto na Seção anterior, a balança comercial apresentou comportamentos atipicamente em alguns anos, seja quanto às exportações brasileiras seja quanto às importações. No entanto, o exame mais minucioso de cada um desses eventos também não revelou terem sido influenciados pela participação brasileira nas UNAVEM e na MONUA.

O próximo aspecto do relacionamento econômico estudado foi a evolução da Cooperação Técnica prestada pelo governo brasileiro para com a nação angolana (E-3). Neste contexto, a iniciativa de maior destaque foi, sem dúvida, a instalação do Centro de Formação Profissional do Cazenga em 1999.

O reestudo dos documentos relativos à instalação daquele Centro, particularmente os elaborados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) (BRASIL, 2011) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (MARTINS et. al., 2005), não indicou qualquer tipo influência da participação dos brasileiros nas operações da ONU para a concretização daquele projeto. Segundo a documentação analisada, a instalação do Centro do Cazenga foi fruto de uma priorização da política externa brasileira em relação à cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPS), entre os quais Angola se inseria.

O último aspecto referente às relações econômicas Brasil-Angola estudado refere-se à evolução da atuação das principais empresas brasileiras em Angola (E-4). A pesquisa documental referente às eventuais relações entre este aspecto e os aspectos “A” foi restrita, em decorrência das dificuldades de acesso à documentação relativa aos processos decisórios internos das empresas. Assim sendo, a eventual relação de influência teve de ser investigada por meio de entrevistas e questionários dirigidos a pessoas envolvidas com o tema em questão.

Terminada a investigação documental acerca dos aspectos voltados para o relacionamento econômico bilateral, cabe agora estender a pesquisa documental às influências dos aspectos relativos à participação dos brasileiros nas UNAVEM I, II e III e na MONUA (aspectos “A”) nos aspectos das relações militares Brasil-Angola (aspectos “M”).

O primeiro aspecto do relacionamento militar estudado trata do estabelecimento de acordos relativos ao ensino militar entre Brasil e Angola (M-1). O reexame da documentação relacionada ao assunto revelou que as diversas ações que se concretizaram neste sentido foram fruto de solicitações das Forças Armadas

Angolanas (FAA), que reconheciam expressamente a qualidade do ensino militar brasileiro. Desta forma, é lícito supor que a observação do desempenho das unidades e dos militares brasileiros participantes das UNAVEM tenha influenciado positivamente para aquele reconhecimento. Entretanto, não houve menção alguma à influência do trabalho dos boinas azuis brasileiros nos documentos que estabeleciam as parcerias relativas ao ensino militar. (MASCARENHAS, 1996; ANGOLA, 1995 e 1996)

O aspecto seguinte para estudo é relativo à abertura recíproca de aditâncias militares (M-2). A análise procedida na Subseção 6.4 demonstrou que ambos os países abriram suas aditâncias durante o período em que se desenvolveram as operações de paz da ONU em Angola. Contudo, de modo análogo ao observado em relação ao aspecto anterior, a documentação reexaminada não expressa qualquer menção à participação brasileira nas operações, quando da abertura das aditâncias. (MASCARENHAS, 1996)

O próximo aspecto analisado refere-se ao fornecimento de material bélico entre os dois países (M-3). Sobre este assunto, a análise da documentação reunida para a elaboração da Subseção 6.4 revelou que a transação de maior vulto foi a venda de oito aeronaves turboélice Tucano brasileiras para as Forças Armadas Angolanas, em 1998. Uma vez mais, não foi possível observar na documentação estudada qualquer menção à participação brasileira nas UNAVEM como fator motivador para a concretização daquela transação. (SIPRI, 2011; MASCARENHAS, 1996)

O último aspecto relativo ao relacionamento militar examinado diz respeito às iniciativas de cooperação militar entre Brasil e Angola (M-4). Dentre as ações idealizadas, a que realmente prosperou foi a cessão, em 1997, de um major médico do Exército, para servir durante um ano na Escola Técnica de Ação contra Minas de Angola, no âmbito do projeto de apoio ao Programa Nacional de Desenvolvimento de Capacidades nas Atividades de Remoção de Minas. Isto porque a maior iniciativa projetada consistia na instalação de uma Missão de Cooperação Militar Brasileira em Angola, o que acabou por não se concretizar.

Quanto à cessão do militar brasileiro para a Escola supracitada, cabe ressaltar que o Oficial cedido não tinha qualquer relação com os efetivos empregados na UNAVEM e que não foi encontrada qualquer fonte documental que vincule aquela iniciativa à presença dos brasileiros nas operações.

Concluída a pesquisa documental e tendo sido verificado que a relação de influência investigada não pôde ser constatada, passou-se à pesquisa de campo, conforme o exposto na Subseção 2.3, onde foram abordadas as questões da população, da amostragem e dos procedimentos técnicos para a preparação e a condução das entrevistas e dos questionários.

Passa-se então à análise dos discursos dos entrevistados e das respostas apresentadas pelos informantes selecionados para resposta aos questionários, a fim de identificar indícios da já mencionada relação de influência entre os aspectos pré-estabelecidos.

O primeiro aspecto das relações econômicas (E) estudado foi o E-1, referente ao estabelecimento de atos bilaterais com objetivos e/ou repercussões econômicas. Neste sentido, nenhum dos entrevistados ou respondentes mencionou relação direta entre este aspecto e os aspectos da atuação brasileira (A). O diplomata ENT-1 afirmou, no sentido oposto, que os tratados firmados enquadraram-se na orientação geral da política externa brasileira à época e que provavelmente teriam se concretizado independentemente da participação brasileira nas UNAVEM.

O aspecto seguinte analisado foi o E-2, que corresponde ao comportamento da balança comercial brasileira para com Angola. De modo análogo ao aspecto anterior, não houve entre os informantes consultados nenhuma referência à possível influência dos aspectos "A" no presente caso. Cabe ressaltar, uma vez mais, que as transações comerciais se comportaram de maneira consideravelmente irregular no período estudado, o que inviabilizou a caracterização de uma tendência consistente.

O próximo aspecto do relacionamento econômico estudado foi a evolução da Cooperação Técnica prestada pelo governo brasileiro para com a nação angolana (E-3). Neste contexto, quando questionados sobre uma eventual relação causal entre este aspecto e os aspectos "A", nenhum dos entrevistados ou respondentes mencionou a existência desta relação em qualquer nível. No sentido oposto, uma entrevistada afirmou que

a cooperação tem obedecido historicamente às prioridades pontuais do governo brasileiro, quanto aos países que receberão os projetos. No caso de Angola, não acredito que a nossa presença nas forças de paz tenha influenciado para o estabelecimento dos projetos, já que os assuntos eram tratados por diferentes áreas do Itamaraty, sem muita integração entre elas (Informante ENT-2)

O último aspecto referente às relações econômicas Brasil-Angola estudado foi relativo à evolução da atuação das principais empresas brasileiras em Angola (E-4).

Quanto a este aspecto, vale mencionar, inicialmente, a diversidade de opiniões dos informantes, quando inquiridos sobre a possível influência da atuação dos brasileiros nas operações de manutenção de paz sobre a atuação das empresas:

Eu diria que não, até onde tive conhecimento. (Informante ENT-4)

Não diretamente. A atuação de empresas se faz por motivos econômicos, por interesses comerciais e, em certos casos, por motivações políticas, dentro de ações governamentais de aproximação com outros países. O que a presença de uma Força de Paz pode facilitar é a melhoria das condições de segurança e de confiança, além das compras e das prestações de serviços que sejam contratados por aquela tropa empenhada, em escalas variadas. (Informante QUEST-7)

O conhecimento recíproco é essencial para o relacionamento bilateral em todas as suas dimensões, inclusive obviamente a econômica. A cultura e a imagem de um país são sua melhor promoção também no plano comercial. (Informante QUEST-1)

Com certeza o bom relacionamento dos militares e civis brasileiros nas missões de paz tiveram sua contribuição (Informante QUEST-5)

Com certeza a participação brasileira nas missões em Angola facilitou a aproximação e o início das conversações das empresas (Informante QUEST-8)

Considero que foi extremamente positiva a presença dos militares brasileiros na força de paz das Nações Unidas em Angola. Durante esse período a presença do Brasil foi bastante enaltecida pelo governo e sem dúvida facilitou em muito os negócios da Braspetro com as autoridades angolanas. (Informante QUEST-2)

Acredito que [a existência de brasileiros em cargos de chefia] ajudou muito na relação com o governo angolano e em decorrência houve um aumento expressivo no número e no montante dos negócios entre os dois países. (Informante QUEST-2)

A análise das informações acima demonstra uma diversidade de opiniões que compreende desde o ceticismo total sobre a possível influência da participação nas operações de manutenção de paz até a firme crença na influência positiva direta daquela participação. Dois aspectos particulares chamaram a atenção do autor quando da análise das informações: a discrepância de opiniões, mesmo entre informantes diretamente envolvidos com a atividade empresarial, como é o caso do ENT-4 e do QUEST-2, e a menção à influência positiva direta do aspecto A-1 (Atuação dos militares ocupantes de cargos de chefia), feita pelo informante QUEST-2, que foi o responsável por dirigir a operação de uma grande empresa brasileira em Angola, no período estudado.

Do acima exposto, e como produto da análise conjunta das informações coletadas, é lícito afirmar que o aspecto E-4 foi direta e positivamente influenciado

pelo conjunto de indicadores “A”, referentes à participação dos brasileiros nas operações de manutenção de paz.

Passando-se agora à análise dos aspectos do relacionamento militar, o primeiro aspecto estudado tratou do estabelecimento de acordos relativos ao ensino militar entre Brasil e Angola (M-1). Dentre os informantes questionados sobre este aspecto, apenas um mencionou algum possível relacionamento entre a participação brasileira nas UNAVEM em seu conjunto e a cooperação no ensino militar:

A observação positiva sobre o desempenho dos militares brasileiros nas UNAVEM, por parte dos integrantes das Forças Armadas Angolanas, possivelmente influenciou na iniciativa daquele País de solicitar a cooperação brasileira de instrução militar. É comum que países que tenham a intenção de desenvolver suas Forças Armadas busquem o apoio de países com uma estrutura militar mais desenvolvida. (Informante ENT-10)

Ainda assim, o depoimento daquele informante não denotou uma influência direta de qualquer uma das formas de participação nas operações, mas sim uma possível influência residual do conjunto dos aspectos relativos à atuação brasileira, sobre o aspecto ora em estudo.

O aspecto seguinte para estudo foi relativo à abertura recíproca de aditâncias militares (M-2). Ao serem perguntados sobre as eventuais contribuições da participação brasileira nas operações para a instalação das aditâncias, apenas dois informantes diretamente ligados ao assunto se manifestaram sobre a questão:

Possivelmente a participação dos militares brasileiros nas UNAVEM contribuiu para a abertura da Aditância Militar na Embaixada do Brasil em Luanda, já que os contatos entre aqueles militares e as autoridades angolanas evidenciaram as qualidades do soldado brasileiro, ensejando a busca do estabelecimento de um relacionamento militar mais aproximado entre os dois países. (Informante ENT-11)

Quanto à abertura da Aditância das Forças Armadas Brasileiras em Angola, acredito que tenha sido uma consequência da priorização da política externa brasileira para Angola naquele período, já que a participação brasileira nas UNAVEM ainda era muito recente para influenciar de forma significativa o processo de abertura. É claro que se o governo angolano visse como negativa a nossa participação, a instalação da Aditância seria inviabilizada, já que depende do consenso e das boas relações entre os dois países. (Informante QUEST- 3)

Assim, não pôde ser constatada uma influência direta dos aspectos “A” para a abertura das aditâncias, podendo existir apenas uma influência residual, cuja existência não pôde ser comprovada ao longo desta pesquisa.

O próximo aspecto a ser analisado referiu-se ao fornecimento de material bélico entre os dois países (M-3). Quanto a este aspecto, a maior parte dos informantes afirmou desconhecer qualquer transação entre os dois países, que

envolvesse material de emprego militar. O informante ENT-12 ressaltou, ainda, que os aviões turboélice Tucano, objetos da transação comercial de maior vulto, não foram sequer empregados pelas tropas brasileiras nas UNAVEM. Este fato dificultaria ainda mais a existência de uma influência direta entre o comércio de material bélico e a participação brasileira nas operações.

Assim, não foi possível constatar a existência de qualquer relação entre a venda das aeronaves e a presença dos brasileiros nas UNAVEM. Ressalta-se mais uma vez que as transações desta natureza são usualmente cobertas por sigilo. Cabe mencionar também que, nos contatos realizados com a Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), não foi possível a comunicação com qualquer executivo que pudesse se manifestar sobre o assunto.

O último aspecto relativo ao relacionamento militar examinado diz respeito às iniciativas de cooperação militar entre Brasil e Angola (M-4). Neste contexto, vale reproduzir as respostas de um informante envolvido diretamente na iniciativa de maior expressão, a cessão de um oficial médico para coordenar o projeto de apoio ao Programa Nacional de Desenvolvimento de Capacidades nas Atividades de Remoção de Minas, e de um informante que lida com o assunto na atualidade:

Como a minha missão se caracterizava por uma expressiva interação com a população local, o idioma português e o bom relacionamento dos militares e civis brasileiros com população local em Luanda e nas províncias, certamente devem ter contribuído para a escolha de um brasileiro. (Informante QUEST-5)

Quando um país busca, ou aceita receber, algum projeto de cooperação militar é natural que, em primeiro lugar, procure parceiros entre os países com os quais mantenha boas relações. Além disso, costumam procurar parceiros que possuam competência técnica para preencher alguma lacuna existente em suas próprias estruturas ou cuja capacidade na área procurada seja notória, podendo esta cooperação auxiliar em muito o país anfitrião. Assim, no caso de Angola, acredito que a opção por um militar brasileiro se deu pelos dois motivos: as boas relações existentes com o Brasil e a notória competência das Forças Armadas brasileiras, evidenciadas ainda mais quando da maciça participação na UNAVEM III. (Informante ENT-6)

Assim sendo, embora não se tenha observado uma influência direta de algum dos indicadores "A" para a ocorrência da principal iniciativa, pode-se inferir que a participação do contingente brasileiro nas operações de paz em seu conjunto influenciou positivamente para a concretização daquela iniciativa, ainda que em grau moderado.

Além do relacionamento direto entre os aspectos particulares correspondentes às seções 5 e 6, fazem-se relevantes a apresentação e a análise

de opiniões coletadas, relativas ao escopo mais amplo da presente pesquisa. A finalidade desta nova etapa é a investigação sobre o que pode ser considerada uma influência do conjunto da participação brasileira nas operações no relacionamento bilateral Brasil-Angola em seu sentido mais abrangente.

Uma questão que merece ser mencionada desde já é a ampla coincidência de opiniões entre os informantes sobre a utilidade da participação nas operações de manutenção de paz da ONU como instrumento de aproximação bilateral.

Tenho plena certeza que a participação de brasileiros em missões de paz é um excelente meio para aproximar o Brasil do país sede da operação. O brasileiro é um povo que não possui nenhuma restrição em relação a aspectos religiosos, políticos, étnicos etc. Por isto em todas as missões nas quais participa consegue ter uma neutralidade natural o que em muito facilita o trabalho, aliado ao espírito de solidariedade que angaria a simpatia de todos. Acredito que os trabalhos de cooperação com a comunidade (distribuição de alimentos, atendimento na área de saúde) e de melhoria de diversos aspectos (saneamento básico, melhoramento de vias, poços artesianos etc) são importantes para facilitar a aproximação entre os dois governos. São trabalhos em prol da reconstrução do país e melhoria da condição social da população. Um fator importante é maneira pela qual o brasileiro trata o nativo, sempre com respeito e educação. Naturalmente que a questão do idioma ajudou bastante na comunicação com o povo angolano. (Informante QUEST-8)

De uma maneira geral creio que cria uma certa simpatia para com os brasileiros, que pode ser uma vantagem nas negociações de alguma companhia. Talvez mais de companhias na área militar, abrindo algumas portas para venda de armamentos. Diria que na reconstrução também (obras civis, tais como pontes, estradas, etc) (Informante ENT-5)

Acredito, sem qualquer dúvida, o estudo de relações internacionais procura demonstrar que quanto mais se percebe da cultura, dos costumes, da realidade do outro país etc., maior será a possibilidade de estas relações serem estabelecidas com sucesso. A permanência de brasileiros em um país que, naquele momento, passa por dificuldades e sofrimentos, permite uma aproximação nascida no reconhecimento pela ajuda (Informante QUEST-6)

Sim, sempre que (a) se trate de operações de manutenção de paz e não de imposição da paz (*peace enforcement*), (b) a participação dos militares e civis brasileiros mantenha o alto padrão que tem tido e é por todos reconhecido, e (c) a operação reúna condições razoáveis de êxito (fracassos não rendem prêmios e quase sempre cobram altos custos). (Informante QUEST-1)

Com certeza, a presença do Brasil nas forças ONU em países em processo de pacificação sempre criará um ambiente propício para a realização de novos negócios. Há uma natural e desejável preferência do país hospedeiro em fazer negócios com quem está presente e envolvido em ajudar a resolver os seus problemas. (Informante QUEST-2)

O conjunto destas opiniões demonstra a existência de fortes indícios da relevância da participação brasileira nas operações de paz para a aproximação entre o Brasil e os países anfitriões no campo psicossocial. Este tema não será

aprofundado, uma vez que a presente pesquisa está focada nas expressões econômica e militar do poder nacional, conforme o exposto na Subseção 1.5.

Outro aspecto que foi destacado por diversos informantes foi a relevância da ocupação de cargos de chefia por brasileiros, como potencializadora do aproveitamento da participação em operações de manutenção de paz como instrumento de aproximação bilateral entre o Brasil e os países-sede. Assim sendo, mesmo que no presente estudo de caso tenha sido identificada a influência direta deste aspecto (A-1) apenas no aspecto E-4, não se pode diminuir a relevância daquele aspecto como catalisador da aproximação bilateral entre o Brasil e os países-sede das operações. Esta relevância é corroborada explicitamente pela opinião de alguns dos informantes:

Naturalmente que as funções de chefia de militares brasileiros os aproximam das autoridades do país. O trabalho desenvolvido pelas tropas, mostrando a qualidade da execução das tarefas, destacadas pelos demais países presentes na missão, reforça e respalda os contatos pelas referências positivas que as autoridades faziam. (Informante QUEST-6)

Os militares em cargo de chefia sempre têm contato com autoridades locais e nacionais de vários níveis, o que com certeza abre as portas para negociações governamentais, como também para empresas brasileiras que investem naquele país. (Informante QUEST-8)

Pelo bom entendimento sempre presente entre as autoridades governamentais angolanas e os militares brasileiros, posições de maior destaque e influência ocupadas por brasileiros, contribuiriam para uma maior aproximação nos campos militar e econômico. (Informante QUEST-5)

Obviamente que o bom desempenho dos oficiais brasileiros no comando somou créditos para o País (Informante QUEST-1)

Os cargos de chefia são os que permitem contatos com os líderes locais e com integrantes dos Organismos Internacionais, implicam em tomadas de decisões e aumentam a visibilidade do Brasil. O chefe imprime o ritmo e o rumo à missão, corrige desvios, aplica recursos. Também pode influir sobre outras nacionalidades, inculcando-lhes nossos procedimentos, nossos valores, nosso modo de operar. (Informante QUEST-7)

Uma última questão que merece ser mencionada, pela coincidência de opiniões entre os informantes, é a importância dos laços de amizade estabelecidos entre os militares brasileiros e a população local, como facilitador da aproximação.

A tropa brasileira foi muito bem recebida pela população em geral e também pelos membros do Governo. Do mesmo modo, éramos bem recebidos pelos integrantes da UNITA que, na oportunidade, se opunha ao governo. As tradições brasileiras, a mesma colonização portuguesa, o idioma, o fato de o Brasil ter sido o primeiro país, em 1975, a reconhecer a independência de Angola facilitavam essa aproximação. O Brasil era admirado pelos angolanos como aquele primo na família que se destaca e tem uma maior ascensão social. (Informante QUEST-5)

Acredito que o bom relacionamento dos brasileiros com os angolanos em todos os níveis influenciaram e influenciam bastante a relação entre os dois países. (Informante QUEST-7)

Como a minha missão se caracterizava por uma expressiva interação com a população local, o idioma português e o bom relacionamento dos militares e civis brasileiros com população local em Luanda e nas províncias, certamente devem ter contribuído para a escolha de um brasileiro. (Informante QUEST-7)

a receptividade da população angolana para com os integrantes brasileiros das UNAVEM foi a melhor possível e reforçou a imagem que os angolanos têm do Brasil “do irmão mais velho que deu certo e vai ajudá-los a resolver os problemas” (Informante QUEST-2)

Assim, pode-se depreender que a presença dos militares brasileiros em Angola serviu como catalisador dos já existentes traços de identidade e afeição entre os povos angolano e brasileiro, contribuindo para aumentar a receptividade dos angolanos para com a presença de brasileiros em Angola. Isto ratifica a proposição anterior, referente ao campo psicossocial, que está fora do objeto desta pesquisa.

Um aspecto importante em se tratando de um estudo de caso é a análise de possíveis alternativas às hipóteses inicialmente levantadas, alternativas estas conhecidas comumente como explicações rivais (YIN, 2010). Neste sentido, Alves-Mazzotti (2006, p. 645) adverte: “O caso deve considerar perspectivas ou hipóteses alternativas. O pesquisador deve buscar explicações ou perspectivas rivais daquelas adotadas no estudo e examinar as evidências de acordo com essas perspectivas”. Desta forma, emerge como principal rival à hipótese inicialmente levantada a inferência de que: “a aproximação bilateral entre Brasil e Angola no período das operações foi inercial, decorrente do amadurecimento progressivo das relações entre os dois países e favorecido pelos sólidos fatores de identidade existentes”. Esta nova hipótese encontra amparo em opiniões emitidas por alguns dos informantes:

não se pode esquecer que antes e durante a guerra civil, empresas brasileiras desenvolveram trabalhos importantes em Angola, como a construção de hidrelétrica, de casas e outras obras de engenharia, que serviram como boa referência e porta de entrada para outras empresas. (Informante QUEST-4)

[Quanto à influência da participação nas operações para a atividade empresarial] Não diretamente. A atuação de empresas se faz por motivos econômicos, por interesses comerciais e, em certos casos, por motivações políticas, dentro de ações governamentais de aproximação com outros países. (Informante QUEST-6)

Não se pode, nem deve, entretanto, minimizar, no caso específico, o espírito “bandeirante” de empresários, profissionais e empresas brasileiras que se fizeram presentes em Angola já desde às vésperas de sua independência formal. Nem “dar de barato” o peso de decisões políticas como a do reconhecimento do Governo angolano, nas circunstâncias em que ocorreu. (Informante QUEST-1)

A receptividade e boa-vontade da população angolana para com o Brasil é anterior à presença de nossos soldados, policiais e civis nos efetivos da ONU em operações de manutenção da paz. Pelos segmentos educados, somos vistos como “irmãos mais velhos” [...]

Assim sendo, não desvalorizo o relevo que terá tido a nossa presença em várias regiões do país, mas não o exageraria [...]

Em resumo, a presença brasileira terá certamente consolidado uma aceitação favorável de iniciativas e presença do Brasil, mas seria arriscado colocar peso demais nessa presença, diante de dois fatores: primeiro, a já citada simpatia, historicamente construída e, segundo, a necessidade de cooperação sentida pelos dirigentes angolanos. Sobre isso, é significativo o testemunho da mais alta patente militar angolana num dos primeiros encontros que com ele tive, ainda em 1995: “com o Brasil, podemos tratar de igual para igual; os portugueses ou são arrogantes ou são paternalistas.” (Informante ENT-1)

Como se pôde observar, a hipótese rival concebida é consistente e motivou uma nova análise das informações coletadas durante as pesquisas documental e de campo, a fim de evitar uma atribuição indevida dos resultados de aproximação econômica e/ou militar à participação dos brasileiros nas operações de manutenção de paz em Angola.

Outro aspecto que merece ser mencionado, no contexto das explicações rivais, seriam as possíveis influências negativas da presença brasileira nas UNAVEM para o relacionamento bilateral Brasil-Angola. Desta forma, buscou-se investigar, entre as evidências coletadas, indícios do que poderiam ser considerados efeitos danosos decorrentes da participação brasileira. Esta busca foi motivada pelo fato de que, em alguns casos, a presença militar estrangeira em um país poderia despertar a animosidade da população local para com o considerado “invasor”, inviabilizando ou ao menos dificultando qualquer iniciativa de aproximação vislumbrada.

Assim sendo, cabe atestar que nenhuma das fontes documentais pesquisadas, nem tampouco qualquer dos informantes consultados, revelaram a existência de qualquer aspecto danoso para a aproximação bilateral Brasil-Angola, decorrente da presença dos civis e militares brasileiros nas missões de paz da ONU em solo angolano, entre 1989 e 1999.

Concluída a análise das informações coletadas, passa-se à apresentação dos resultados da pesquisa, conforme as técnicas de elaboração de relatórios previstas nas obras de Gil (2010) e Yin (2010). O primeiro autor trata dos relatórios de

pesquisas sociais de forma mais abrangente, discorrendo sobre a redação do relatório, a estrutura do texto e o estilo da escrituração. Já o segundo, particulariza os relatórios correspondentes à técnica do estudo de caso, abordando as questões do público-alvo, da estrutura composicional, dos procedimentos operacionais e dos requisitos para um estudo de caso exemplar.

Inicialmente, cabe abordar a questão do público-alvo do presente relatório, uma vez que, segundo Yin (2010, p.197), “cada público tem necessidades diferentes e nenhum relatório único servirá a todos simultaneamente”. Assim, sendo este trabalho um requisito para a conclusão de um programa de pós-graduação *stricto sensu*, o relatório foi elaborado de forma a atender aos requisitos estabelecidos pelo Programa de Pós-graduação da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Cumpridos tais requisitos, o público-alvo prioritário foi a comunidade acadêmica em geral, sendo a comunicabilidade com a produção existente na Academia uma preocupação constante. Subsidiariamente, visualiza-se como público-alvo o conjunto de pessoas e instituições ligadas aos processos decisórios e à participação brasileira propriamente dita em operações de manutenção de paz da ONU.

Estabelecidos os públicos-alvos, passa-se a tratar da estrutura do relatório, com apoio na obra de Yin (2010). Dentre as estruturas ilustrativas sugeridas pelo autor, optou-se pela estrutura analítica linear. Assim, as partes componentes serão apresentadas sequencialmente e suas composições obedecerão à estrutura estabelecida por Gil (2010).

Iniciando o relatório propriamente dito, cabe a recordação acerca do problema de pesquisa, cuja formulação buscou preencher uma lacuna existente na literatura, sobre a eventual relação de influência entre a participação brasileira em operações de manutenção de paz da ONU e os possíveis resultados desta participação para a aproximação entre o Brasil e os países-sede das operações. A pesquisa preliminar realizada demonstrou indícios da existência desta relação, sem que houvesse, no entanto, nenhum estudo mais aprofundado sobre o assunto.

Considerando a ausência de produção acadêmica neste sentido, procurou-se buscar um caso emblemático, no qual fosse notório o avanço nas relações bilaterais durante o período da participação brasileira nas operações. Assim, o “caso Angola” emergiu como candidato natural ao estudo, candidatura esta reforçada pela temporalidade ideal daquele caso, já abordada anteriormente neste trabalho.

Desta forma, estabeleceu-se como problema de pesquisa: “Em que medida a participação brasileira em operações de manutenção de paz da ONU em Angola (1989-1999) influenciou as aproximações econômica e militar entre os dois países?”. A hipótese estabelecida inicialmente foi a de que “as participações brasileiras nas UNAVEM I, II e III e na MONUA influenciaram positiva e diretamente as aproximações entre Brasil e Angola, tanto no campo econômico quanto no campo militar”.

Feitas as considerações iniciais, cabe agora uma apresentação mais sucinta dos resultados propriamente ditos, reforçando-se apenas os principais argumentos que levaram a alcançá-los.

Quanto às relações bilaterais no campo econômico, dentre os quatro aspectos elencados para a investigação, apenas um deles – a evolução da atuação das principais empresas brasileiras em Angola – revelou ter sofrido algum tipo de influência direta da atuação brasileira nas missões de paz. No caso dos outros três aspectos – o estabelecimento de atos bilaterais com objetivos e/ou repercussões econômicas, o comportamento da balança comercial brasileira para com Angola e a evolução da Cooperação Técnica prestada pelo governo brasileiro – nem a pesquisa documental nem tampouco a pesquisa de campo evidenciaram a existência de qualquer influência da atuação brasileira nas UNAVEM e na MONUA para a aproximação econômica traduzida por aqueles aspectos.

Retornando à questão da evolução da atividade empresarial brasileira, dentre os aspectos que subdividem a natureza da participação dos brasileiros nas operações, apenas a atuação dos militares ocupantes dos cargos de chefia (Aspecto A-1) foi particularizada como tendo influenciado diretamente na expansão da atividade empresarial no período. Além desta particularidade, a participação brasileira em seu conjunto foi mencionada por alguns dos informantes como tendo favorecido a operação das empresas brasileiras instaladas em Angola, particularmente pelos laços de amizade estabelecidos entre o Brasil e a população e o governo angolanos.

Ainda assim, a despeito das informações coletadas na pesquisa de campo, a influência positiva da participação brasileira nas operações para a evolução da atividade empresarial foi uma percepção subjetiva dos atores envolvidos, não tendo a pesquisa documental encontrado informações comprobatórias de tal influência. Cabe aqui a ressalva de que a atividade das grandes corporações é resguardada

pelo sigilo empresarial, particularmente no que tange às operações internacionais, e que o tempo decorrido entre o encerramento do período em estudo e os dias atuais dificulta a coleta de evidências. Mesmo assim, o conjunto de informações analisadas não indicou haver mais do que uma influência positiva moderada da participação nas missões da paz para a evolução da atividade empresarial brasileira em Angola, no período estudado. Vale acrescentar, ainda, que não foi possível a realização de pesquisa de campo com representantes da Odebrecht Angola – empresa com grande atividade no período estudado – mesmo após diversas tentativas de contato.

As informações coletadas quando do estudo da hipótese rival levantada – de que a aproximação bilateral entre Brasil e Angola no período das operações foi inercial, decorrente do amadurecimento progressivo das relações entre os dois países e favorecido pelos sólidos fatores de identidade existentes – corroboram a afirmação de que a evolução da atuação das empresas brasileiras no período se deveu, principalmente, aos planejamentos estratégicos de cada corporação, favorecidos pelas boas relações existentes entre os dois países.

Do exposto, pode-se afirmar que o conjunto das participações dos civis e militares brasileiros nas UNAVEM I, II e III e na MONUA, no período entre 1989 e 1999, exerceu influência positiva moderada em um dos aspectos específicos do relacionamento econômico e nenhuma influência nos demais aspectos. Em termos mais abrangentes, identificou-se que a presença brasileira nas operações solidificou os já existentes laços de amizade entre os povos, o que pode ter influenciado de forma residual a aproximação econômica.

Passando agora ao resultado da análise das relações bilaterais no campo militar, o quadro mostrou-se ainda mais adverso em relação à hipótese inicialmente levantada do que no campo econômico. Esta afirmação é fruto da constatação de que as pesquisas documental e de campo realizadas não revelaram a influência direta de qualquer dos aspectos particulares relativos à participação brasileira nas UNAVEM e na MONUA sobre os aspectos que materializam as iniciativas bem sucedidas de aproximação militar no período estudado.

Quanto à influência da participação brasileira nas missões em seu conjunto, a investigação revelou indícios de influência positiva moderada daquela participação sobre três dos aspectos específicos das relações militares: o estabelecimento de parcerias de ensino militar, a abertura de aditâncias militares e o estabelecimento de

iniciativas de cooperação militar. Ainda assim, trataram-se de percepções pessoais, portanto subjetivas, que não puderam ser validadas por evidências mais concretas.

Assim sendo, pode-se concluir a questão do relacionamento militar como tendo sofrido somente uma influência positiva residual do conjunto das participações brasileiras nas missões de paz da ONU em Angola. É lícito afirmar também que as relações no campo militar tenham sido levemente favorecidas pelo estreitamento dos laços de amizade, decorrente da presença dos brasileiros em solo angolano, durante o período em que se desenvolveram as missões.

Feitas as apresentações dos resultados isolados em cada um dos dois campos do poder selecionados para estudo, o relatório do estudo de caso requer agora uma síntese final dos resultados, concluindo sobre a validação ou não da hipótese inicialmente formulada. A título de recordação, a proposição inicial era de que “as participações brasileiras nas UNAVEM I, II e III e na MONUA influenciaram positiva e diretamente as aproximações entre Brasil e Angola, tanto no campo econômico quanto no campo militar”.

Confrontando-se os resultados da análise e levando-se em consideração a hipótese “rival” arbitrada, pode-se afirmar que a hipótese inicialmente estabelecida foi parcialmente comprovada. Esta comprovação apenas parcial deve-se ao fato de que a influência positiva e direta inicialmente vislumbrada – da participação brasileira nas operações de paz em Angola sobre a evolução das relações bilaterais econômicas e militares – não ocorreu, tendo havido somente uma influência positiva residual.

O estudo aprofundado realizado demonstrou serem os laços históricos de amizade entre os povos, o amadurecimento das relações entre os dois países, a identidade de interesses de ambas as Forças Armadas e os planejamentos estratégicos das empresas brasileiras os fatores que mais contribuíram para o sucesso daquelas iniciativas. A presença dos civis e militares brasileiros em Angola, labutando sob a bandeira da ONU, não prejudicou de forma alguma os projetos de aproximação, mas, por outro lado, oscilou entre ter influência neutra, residual ou, no máximo, moderada sobre aqueles projetos.

Finalizada esta análise, passa-se à Seção conclusiva da presente Tese, que compreende um breve balanço sobre o encadeamento do trabalho, as recomendações para pesquisas posteriores sobre o assunto e as notas finais do autor.

8 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Ao iniciar a Seção conclusiva do presente trabalho, faz-se importante o regresso à principal motivação do autor para a execução desta pesquisa. Tratava-se, inicialmente, de suprir uma lacuna na bibliografia existente, sobre uma eventual relação de influência entre a participação brasileira em missões de paz da ONU e os progressos porventura alcançados, no relacionamento bilateral entre o Brasil e os países-sede das operações.

Para tanto, foi selecionado o chamado “caso Angola”, cuja temporalidade permitiria, ao mesmo tempo, encontrar as informações sobre aquele caso já consolidadas e, ao mesmo tempo, selecionar informantes que tivessem vivenciado o período em estudo, fator este considerado determinante para o sucesso da pesquisa eminentemente qualitativa a ser conduzida. Ademais, contribuíram para a seleção daquele caso a diversidade da participação brasileira nas operações em solo Angolano, e, em grande medida, a notoriedade das iniciativas de aproximação bilateral observadas no período em que se desenvolviam as operações.

Assim, foi estabelecido como problema de pesquisa: “Em que medida a participação brasileira em operações de manutenção de paz da ONU em Angola (1989-1999) influenciou as aproximações econômica e militar entre os dois países?”. A hipótese inicial de investigação foi a de que “as participações brasileiras nas UNAVEM I, II e III e na MONUA influenciaram positiva e diretamente as aproximações entre Brasil e Angola, tanto no campo econômico quanto no campo militar”.

A amplitude do que podem ser consideradas relações entre países fez com que a pesquisa se concentrasse em apenas duas expressões do poder nacional – a econômica e a militar – permitindo, assim, que a investigação fosse conduzida com a profundidade desejada para um trabalho de pós-graduação *stricto sensu*. Não se trata de hierarquizar as expressões do poder, nem tampouco de desprezar, por exemplo, o tão importante campo psicossocial das relações internacionais. Optou-se apenas por selecionar duas expressões nas quais as iniciativas de aproximação fossem mais evidentes e mais adequadamente expressáveis por meio de aspectos pontuais.

O referencial teórico da presente tese demonstrou que a década de 1990 – período em que se concentrou a pesquisa – apresentou um quadro bastante

desfavorável ao relacionamento entre Brasil e Angola. Este quadro devia-se, particularmente, às situações políticas e econômicas dos dois países e às prioridades da política exterior do Brasil, dirigidas para outras áreas naquele período. Mesmo assim, o estudo aprofundado do caso demonstrou que os dois países se esforçaram em superar os óbices encontrados e lograram implementar importantes iniciativas de integração, tanto no campo econômico quanto no campo militar.

Como já afirmado anteriormente, a observação da coincidência das iniciativas de aproximação e da presença de civis e militares brasileiros em solo angolano, labutando sob a bandeira da ONU, serviu como fator de motivação para a investigação da possível relação de influência entre estes eventos. Cabe lembrar que a literatura menciona frequentemente a utilidade da participação em operações de manutenção de paz como possível instrumento de política externa de um país, além, é claro, de esta participação caracterizar uma obrigação de Estado-membro das Nações Unidas e um dever de solidariedade para com uma nação fragilizada por um conflito interno ou externo.

A análise aprofundada do relacionamento entre os aspectos pré-estabelecidos – realizada na Seção anterior, por meio de pesquisas documental e de campo – demonstrou serem a participação brasileira em Angola e os progressos nas relações econômicas e militares prioritariamente coincidentes, havendo apenas uma relação de influência positiva, porém residual entre eles. Desta forma, a hipótese estabelecida inicialmente, que vislumbrava uma influência positiva direta, foi validada apenas parcialmente. O que ocorreu, prioritariamente, foi uma aproximação quase que inercial, potencializada pelos fatores de identidade fortemente arraigados entre Brasil e Angola e pelos interesses mútuos entre empresas e Forças Armadas dos dois países.

Ao refletir sobre a validação apenas parcial da hipótese, vem logo à tona uma questão relevante. Trata-se do fato de não ter sido constatada uma ação coordenada do Estado Brasileiro – nem tampouco entre este e a iniciativa privada – no sentido de potencializar as participações nas UNAVEM I, II e III e na MONUA como instrumentos de aproximação bilateral. Este fato ficou muito evidente quando do estudo dos processos decisórios que resultaram naquelas participações e foi sendo ratificado ao longo da análise mais ampla de todo o período em que o Brasil se fez presente em Angola.

Ainda no tocante à questão das pequenas articulações estatal e empresarial, quando da participação nas UNAVEM e na MONUA, cabe ressaltar que alguns dos órgãos que poderiam protagonizar aquelas articulações sequer existiam à época. Como exemplos, podem ser mencionados o Ministério da Defesa, criado em 1999, e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, criada apenas em 2007. Outras instituições públicas e privadas já existiam, mas não evidenciavam a capacidade gerencial e o poder de influência nas decisões governamentais observados nos dias atuais.

Um aspecto que deve ser mencionado e que provavelmente limitou as possibilidades de ampliação das iniciativas de aproximação bilateral entre Angola e o Brasil – e também entre o país africano e outros países – foi a precariedade da situação de segurança em Angola, durante todo o período estudado. Conforme o exposto na Seção 4 deste trabalho, a situação se estabilizou somente três anos após o encerramento da MONUA, com o falecimento em combate do líder da UNITA Jonas Savimbi.

Quanto ao prosseguimento das pesquisas no meio acadêmico, a primeira sugestão poderia ser justamente na direção de orientar a ação coordenada entre os atores envolvidos na participação brasileira em missões de paz, para que todas as etapas daquela participação – desde o processo decisório até a desmobilização – ocorram de maneira ainda mais sinérgica e em consonância com os objetivos estabelecidos pela política exterior brasileira.

A próxima sugestão é no sentido da investigação da possível atuação deliberada de outros estados-membros da ONU, a fim de potencializar o aproveitamento da participação nas operações de *peacekeeping* como mecanismos de aproximação bilateral. Neste contexto, o continente africano emerge como vasto campo de estudo, já que diversas operações têm sido desdobradas em solo africano nos últimos anos e que muitos dos países lá situados apresentam carências que podem ser supridas por meio de parcerias com estados que neles estejam representados por seus “boinas azuis”.

Não há dúvida que cada Estado-membro das Nações Unidas possui características muito peculiares e maneiras bem distintas de conduzir suas relações internacionais. Desta forma, a repetição pura e simples pelo Brasil de procedimentos adotados por outros estados é inviável e não condizente com a posição brasileira de conduzir sua política exterior de forma autônoma. Por outro lado, a análise da

atuação de outros países poderia indicar caminhos e fornecer ideias que poderiam ser criteriosamente adaptadas à ação do Estado brasileiro.

Outro aspecto que merece ser estudado com maior profundidade é o potencial de aproximação bilateral da fase que normalmente se sucede ao *peacekeeping*, fase esta conhecida como *peacebuilding*. O presente trabalho focou apenas no período da participação efetiva nas operações, não se estendendo, portanto, à fase posterior. A simpatia normalmente angariada pelos brasileiros ao longo das missões de que participam, as necessidades urgentes de reconstrução dos países longamente afetados por conflitos e a expertise das empresas brasileiras – particularmente na atividade de construção civil – são motivos que ratificam o potencial da fase de *peacebuilding*. Entretanto, em seu abrangente estudo sobre o assunto, Fontoura (1999, p. 272) viu como incipiente a participação brasileira nesta fase das operações:

Em outras palavras, conviria que o Brasil buscasse sempre manter, após a retirada das operações de manutenção da paz, presença proporcional às potencialidades do relacionamento bilateral. É importante levar em conta que os grandes países doadores de equipamentos e recursos financeiros, dentre os quais o Brasil não se inclui, capitalizam menos simpatia e reconhecimento do que os que mantêm homens no campo, como o Brasil.

Segundo aquele autor, a participação das empresas brasileiras, bem como das agências de cooperação e de outros órgãos governamentais nas atividades de *peacebuilding* é ainda consideravelmente inferior, proporcionalmente, ao peso da presença brasileira nas operações.

Atualmente, existe em curso um amplo processo de reconstrução no Haiti – País-sede de uma operação que conta com a participação marcante do Brasil – e, ainda que este processo esteja ocorrendo durante a vigência de uma missão de *peacekeeping*, aquele caso poderia ser tomado como estudo exploratório sobre o assunto.

Especificamente quanto à atividade empresarial, não se pode subestimar a capacidade empreendedora das empresas brasileiras na busca por seus interesses. As grandes corporações realizam planejamentos estratégicos de longo prazo, avaliam cenários prospectivos e articulam-se com governos e com outras corporações transnacionais. Assim, a ação vislumbrada do Estado Brasileiro não seria uma atitude paternalista, e sim uma abertura de caminhos, compreendendo

inclusive uma proteção contra a eventual concorrência desleal de empresas de outros países.

Há ainda uma questão que merece ser aqui reforçada, pela relevância que demonstrou possuir ao longo da pesquisa: a ocupação de cargos de chefia nas operações de manutenção de paz por militares brasileiros. Não obstante a relevância desta questão, já levantada por autores como Fontoura (1999), o presente trabalho demonstrou que os ocupantes de altos cargos reúnem ótimas condições para viabilizar novas iniciativas de aproximação ou potencializar as já existentes. Isso se dá, particularmente, pelos contatos de alto nível entre estes militares e as autoridades locais do país-sede das operações.

Desta forma, poder-se-ia sugerir que o governo brasileiro, por meio de sua Missão Permanente junto às Nações Unidas, empreendesse um esforço contínuo no sentido de assegurar que militares brasileiros ocupassem uma parcela dos cargos de primeiro escalão das operações de manutenção de paz, particularmente aquelas que contassem com a presença maciça de tropas brasileiras ou aquelas desenvolvidas em países com os quais o Brasil tenha interesse em estreitar as relações bilaterais. É certo que a ocupação de cargos de liderança é cobiçada por muitos países, mas, indubitavelmente, a relevância do Brasil no atual cenário internacional, o volume da participação brasileira em missões de paz e o alto desempenho dos militares brasileiros nas missões credenciam o Brasil a aspirar as posições mais elevadas.

No tocante às contribuições pretendidas para o presente trabalho, cabe recordar o caráter metodológico misto desta pesquisa, no contexto de sua classificação quanto aos objetivos. Conforme o exposto na Seção 2, encontram-se aqui traços das pesquisas exploratória, descritiva e explicativa.

Como pesquisa exploratória, este trabalho pretendeu conectar, de forma inédita, dois assuntos que já foram razoavelmente abordados no meio acadêmico: a participação brasileira em operações de manutenção de paz da ONU e a evolução das relações bilaterais entre o Brasil e países específicos, durante um intervalo delimitado de tempo. Certamente, a interseção entre estes assuntos fornece um amplo campo de estudo e a existência da presente Tese poderá proporcionar um ponto de partida aos novos pesquisadores.

Enquanto pesquisa descritiva, as seções 5 e 6 pretenderam apresentar uma compilação abrangente, respectivamente, sobre a participação de civis e militares

brasileiros nas UNAVEM I, II e III e na MONUA e sobre a evolução das relações bilaterais Brasil-Angola, nos campos econômico e militar, durante o período em que se desenvolveram aquelas operações. A maior parte das informações constantes daquelas seções já constava, de maneira fragmentada, de outros trabalhos acadêmicos e estava disponível em bancos de dados de órgãos governamentais. Mesmo assim, acredita-se que o trabalho de compilação realizado poderá favorecer não somente aos pesquisadores em geral, como também aos tomadores de decisão sobre os assuntos lá abordados.

Por fim, como pesquisa explicativa, ao aceitar o desafio de tentar estabelecer uma relação de influência entre eventos distintos, este trabalho trouxe à tona a complexidade do relacionamento entre os assuntos estudados e serviu como alerta contra a propensão ao estabelecimento de uma causalidade indevida, somente pelo afã da confirmação da hipótese inicial, ainda que de maneira artificial.

Antes de encerrar este trabalho é importante fazer uma advertência quanto ao que poderia ser um entendimento equivocado da intenção desta pesquisa. Não se trata, de forma alguma, de aproveitar-se o Brasil da fragilidade institucional dos estados assolados por conflitos, para com eles estabelecer relações assimétricas que lhes fossem prejudiciais. Esta preocupação foi demonstrada por alguns dos entrevistados e por outras pessoas para as quais o autor apresentou o objeto de estudo.

O Brasil é membro fundador da ONU e, ao longo da existência daquela Instituição, tem cumprido seu papel de maneira exemplar, particularmente no que se refere à participação nas atividades de manutenção de paz. Esta participação ocorre em consonância com os princípios que regem as relações internacionais do Brasil, dentre os quais menciona-se a autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos. (BRASIL, 1988)

Ainda assim, considerando ser o Brasil um País em ascensão no cenário internacional, em decorrência do crescimento constante de sua economia e de sua participação mais substantiva em foros decisórios, é justo que o Estado Brasileiro busque ampliar seu relacionamento com países ou áreas mundiais de interesse. Neste contexto, os países-sede das operações de manutenção de paz com participação brasileira poderiam constituir-se em candidatos potenciais à

aproximação bilateral, pelas facilidades que poderiam ser criadas em decorrência da participação nas operações.

Ressalta-se mais uma vez que as relações propostas respeitariam – como de praxe, em se tratando do Brasil – as normas do direito internacional e que seriam estabelecidas no estilo *win-win*, isto é, em uma via de mão dupla que beneficiaria ambos os estados envolvidos. A observação da evolução recente das relações entre o Brasil e os países africanos, particularmente os de língua portuguesa, revela ser plenamente possível o estabelecimento deste tipo de relação.

Ao encerrar esta Tese, fica o estímulo para que novos pesquisadores prossigam no estudo dos assuntos aqui abordados. O trabalho é exaustivo, mas a expectativa do alcance de resultados que venham a contribuir para o progresso do conhecimento é, certamente, gratificante. As ideias aqui apresentadas são de responsabilidade única do autor, que se coloca desde já à disposição para o debate e para contribuir com colegas pesquisadores que se proponham a prosseguir nesta caminhada.

CARLOS ALBERTO MOUTINHO VAZ - Major

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J. **Usos e abusos dos estudos de caso**. Cadernos de Pesquisa, Rio de Janeiro, v. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez. 2006.

ANGOLA. Forças Armadas Angolanas. **Ofício Chefe do Estado-Maior Geral das FAA ao Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas do Brasil**. 22. set. 1995

_____. _____. **Ofício do Vice-Chefe do Estado-Maior para o Ensino das FAA ao Ministro do Exército do Brasil**. 25. set. 96

_____. Governo da República de Angola. **Info-Angola – A Biblioteca Virtual de Angola**. Disponível em <<http://www.info-angola.com/governo>>. Acesso em 13 mar. 2010.

_____. _____. **Declaração do Governo sobre cessação dos movimentos ofensivos militares**. Luanda, 13. mar. 2002.

AZAMBUJA, M. C. de. **Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja**: entrevista [mar. 2012]. Entrevistador: L. Bulcão. Entrevista concedida à Revista Veja. Disponível em < <http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/momento-historico-nao-favorece-a-rio-20-diz-embaixador>>. Acesso em 18 mar. 2012.

BANCO MUNDIAL. **Angola data**. Disponível em <<http://data.worldbank.org/country/angola>>. Acesso em 12 nov. 2010.

BONALUME NETO, R. **O mito da grande indústria bélica brasileira**. Disponível em <<http://www.forte.jor.br/2010/07/12/o-mito-da-grande-industria-belica-brasileira/>>. Acesso em 15 nov. 2011.

BRAECKMAN, C. **Negócios Na África - O Congo, seus amigos chineses e o FMI**. Le Monde Diplomatique, São Paulo, n. 26, p. 24-25, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____. Agência Brasileira de Cooperação. **Cooperação Sul-Sul: Brasil-PALOP**. Disponível em < <http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaoPrestadaAfricaPALOP.asp>>. Acesso em 15 jan 2011.

_____. Exército. **Missões de paz**. Disponível em < <http://www.exercito.gov.br/03ativid/missaopaz/apresentacao.htm>>. Acesso em 13 mar. 2010a.

_____. _____. **Missões de paz – Missões encerradas – África**. Disponível em <<http://www.exercito.gov.br/03ativid/missaopaz/missoesencerradas.htm>>. Acesso em 13 mar. 2010b.

_____. _____. Companhia de Engenharia de Força de Paz. **Apresentação da Companhia de Engenharia da Força de Paz – Angola**. Calamboloca, 1995a.

_____. _____. _____. **Relatório sobre a participação da 23ª Companhia de Engenharia de Combate na Força de Paz**. Brasília, 1997.

_____. _____. ECEME. **Formatação de trabalhos acadêmicos**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2008.

_____. _____. _____. **Trabalhos Acadêmicos na ECEME - Manual**. Rio de Janeiro, 2004a.

_____. Exército. Estado-Maior. **C 124-1: Estratégia**. 4. ed. Brasília, DF, 2004b.

_____. _____. _____. **Plano de Cursos e Estágios de Militares Estrangeiros no Brasil/1995**. Brasília, 1995b.

_____. Governo da República Federativa do Brasil. **Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular de Angola**. Luanda, 1980a.

_____. _____. **Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular de Angola**. Luanda, 1980b.

_____. _____. **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da Angola**. Brasília, 1983a.

_____. _____. **Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular de Angola Sobre Cooperação no Campo das Comunicações.** Luanda, 1983b.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Mensagem Fax S/ N° de 23 Nov 94, do Ministro das Relações Exteriores ao Ministro-Chefe do EMFA.** Brasília, 1994.

_____. _____. **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.** Disponível em <http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=46&Itemid322> Acesso em 19 mar. 2010c.

_____. _____. Departamento de Organismos Internacionais. **Mensagem Fax N° 0103020-00025, de 03 Abr 94, do Chefe do DOI/MRE ao 3° Subchefe do EMFA.** Brasília, 1994.

_____. _____. Divisão de Atos Bilaterais. **Acordo para Reescalonamento de Dívida.** Brasília, 1995c.

_____. _____. _____. **Declaração Conjunta Brasileiro-Angolana.** Brasília, 1991.

_____. Presidência da República. **Lei N° 2.953, de 17 de novembro de 1956 - Fixa normas para remessa de tropas brasileiras para o exterior.** Brasília, DF, 1956.

_____. _____. Casa Civil. **Lei Complementar N° 97, de 9 de junho de 1999 - Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.** Brasília, DF, 1999.

_____. Senado Federal. **Decreto Legislativo N° 61, de 22 de novembro de 1956 - Autoriza o Presidente da República a contribuir com um contingente militar para formação ou integração da Força Internacional de Emergência, e dá outras providências.** Brasília, DF, 1956.

_____. Senado Federal. **Decreto Legislativo N° 15, de 8 de março de 1994 - Aprova o pedido de autorização para que o Brasil possa colocar à disposição da Operação das Nações Unidas para Moçambique – ONUMOZ, pelo prazo de um ano, um batalhão de infantaria.** Brasília, DF, 1994.

BULL, H. **A Sociedade Anárquica**: Um estudo da ordem na política mundial. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. 361p.

CANNABRAVA, I. **O Brasil e as operações de manutenção de paz**. Política Externa, Brasília, Vol. 5, Nº 3, p.93-105. dez. 1996.

CANADÁ. Army. Peace Support Training Centre. **Peace Support Operations Field Book Version 3**. Kingston, 2005.

CARDOSO, A. J. S. **O Brasil nas operações de paz das Nações Unidas**. Brasília: Funag, 1998. 168p.

CARDOSO, C. F. S. **O Trabalho na Colônia**. In: LINHARES M. Y. (org.) et al. História Geral do Brasil. 9. ed. São Paulo: Elsevier Editora. 2000. p. 95-110.

CASTRO, T. C. de. **Espaços Geográficos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 1994. 127p.

CERVO A. L. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 297p.

CERVO A. L.; BUENO. C. **História da Política Exterior do Brasil**. 3. ed. Brasília: Editora da UNB, 2010. 560p.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 167 p.

_____. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**: evolução e desafios. Revista Portuguesa de Educação, Braga, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

CONCILIATION RESOURCES. **Peace Accords for Angola (Bicesse Accords)**. Disponível em < <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/bicesse-accords.php>> Acesso em 15 dez. 2010.

_____. **New York Principles - Principles for a peaceful settlement in Southwestern Africa**. Disponível em < <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/new-york-principles.php>> Acesso em 18 dez. 2010.

COSTA, M. A. F. da; COSTA, M. de F. B. da. **Metodologia da Pesquisa: Conceitos e Técnicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2009. 216p.

FONTOURA, P. R. C. T. da. **Brasil: 60 anos de operações de paz**. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2009. 306p.

_____. **O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 1999. 409p.

FRANCISCO, L. V. de J. **Missões de paz em Angola: uma análise**. Trabalho de Conclusão de Curso (Altos Estudos Militares). Rio de Janeiro: ECEME, 2000. 35f.

FREITAS, J. M. da C. **A Escola Geopolítica Brasileira**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2004. 136p.

GARCIA, E. V. **Cronologia das Relações internacionais do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contraponto, 2005. 336p.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 200p.

GONÇALVES, I.; MANDUCA P. **A missão de paz em Angola: Sua estrutura interna e características políticas**. Associação Brasileira de Estudos de Defesa. 2008. Disponível em: <www.abed-defesa.org/page4/page8/.../IGoncalves_P_Manduca.pdf> Acesso em 02 mar. 2010.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à Pesquisa Científica**. 4. ed. Campinas, SP: Alínea, 2007. 96 p.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Human Rights World Report 1998 – Angola**. Disponível em <http://www.hrw.org/legacy/worldreport/Africa-01.htm#P223_55916>. Acesso em 2 mar. 2011.

JACKSON, R.; SØRENSEN, G. **Introdução às Relações Internacionais: Teorias e abordagens**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. 445p.

LINHARES M. Y. (org.) et al. **História Geral do Brasil**. 9. ed. São Paulo: Elsevier Editora. 2000. 445p.

MAIA, T. V. **A intervenção da Organização das Nações Unidas em Angola (1988-1999)**. 2006. Dissertação. (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 289 p.

MARTINS, H. F.; FERNANDES, M. de P.; SILVEIRA, M. L. F. **AVALIAÇÃO DO PROJETO BRA/98/004 – “IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE CTPD”**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília, 2005.

MARTINS FILHO, E. R. **O Fator Humanitário no Processo de Paz em Angola e seus Reflexos no Papel dos Militares da Força de Paz**. Trabalho de Conclusão de Curso (Altos Estudos Militares). Rio de Janeiro: ECEME, 1999. 45f.

MASCARENHAS, H. F. M. **A Reaproximação do Brasil com Angola no contexto da Nova Ordem Mundial**. Trabalho de Conclusão de Curso (Altos Estudos Militares). Rio de Janeiro: ECEME, 1996. 65f.

MATTOS, C. de. M. **A Geopolítica e as Projeções do Poder**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977. 147p.

_____. **Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002. 160p.

_____. **Projeção mundial do Brasil**. São Paulo: Graf. Leal, 1959. 72p.

MIYAMOTO, S. **O Brasil e as negociações multilaterais**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 43, n. 1, jun. 2000.

MORETTI, E. **1989-1999: os 10 anos de Operações de Paz em Angola**. 2009. Dissertação. (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

MORGENTHAU, H. **A Política entre as nações**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. 1093p.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 250p.

ODEBRECHT ANGOLA. **Página eletrônica oficial.** Disponível em <http://www.odebrechtangolaimob.com/oei_angola.jsp> Acesso em 14 mar. 2010.

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). **An Agenda for Peace – Preventive Diplomacy, Peacemaking and peace-keeping.** Nova Iorque, 1992.

_____. **Carta das Nações Unidas.** São Francisco, 1945.

_____. **Conheça a ONU.** Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/conheca_onu.php>. Acesso em: 15 out. 2010a.

_____. **Success in peacekeeping.** Disponível em <<http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/success.shtml>> Acesso em: 30 mar. 2012.

_____. **Supplement to an Agenda for Peace:** position paper of the Secretary-General on the occasion of the fiftieth anniversary of the United Nations. Nova Iorque, 1995.

_____. **United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines.** Nova Iorque, 2008.

_____. CONSELHO DE SEGURANÇA. **Resolução do Conselho de Segurança 626 (88)**, de 20 dez. 1988. Nova Iorque, 1988.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 696 (1991)**, de 30 mai. 1991. Nova Iorque, 1991.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 747 (1992)**, de 24 mar. 1992. Nova Iorque, 1992a.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 785 (1992)**, de 30 out. 1992. Nova Iorque, 1992b.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 793 (1992)**, de 30 nov. 1992. Nova Iorque, 1992c.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 804 (1993)**, de 20 jan. 1993. Nova Iorque, 1993a.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 811 (1993)**, de 12 mar. 1993. Nova Iorque, 1993b.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 834 (1993)**, de 01 jun. 1993. Nova Iorque, 1993c.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 864 (1993)**, de 15 set. 1993. Nova Iorque, 1993d.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 952 (1994)**, de 27 out. 1994. Nova Iorque, 1994a.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 966 (1994)**, de 12 dez. 1994. Nova Iorque, 1994b.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 976 (1995)**, de 08 fev. 1995. Nova Iorque, 1995a.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 1008 (1995)**, de 07 ago. 1995. Nova Iorque, 1995b.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 1045 (1996)**, de 08 fev. 1996. Nova Iorque, 1996a.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 1055 (1996)**, de 08 mai. 1996. Nova Iorque, 1996b.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 1064 (1996)**, de 11 jul. 1996. Nova Iorque, 1996c.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 1075 (1996)**, de 11 out. 1996. Nova Iorque, 1996d.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 1087 (1996)**, de 11 dez. 1996. Nova Iorque, 1996e.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 1098 (1997)**, de 27 fev. 1997. Nova Iorque, 1997a.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 1102 (1997)**, de 31 mar. 1997. Nova Iorque, 1997b.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 1106 (1997)**, de 16 abr. 1997. Nova Iorque, 1997c.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 1118 (1997)**, de 30 jun. 1997. Nova Iorque, 1997d.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 1127 (1997)**, de 28 ago. 1997. Nova Iorque, 1997e.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 1135 (1997)**, de 29 out. 1997. Nova Iorque, 1997f.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 1149 (1998)**, de 27 jan. 1998. Nova Iorque, 1998a.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 1157 (1998)**, de 20 mar. 1998. Nova Iorque, 1998b.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 1164 (1998)**, de 29 abr. 1998. Nova Iorque, 1998c.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 1173 (1998)**, de 12 jun. 1998. Nova Iorque, 1998d.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 1180 (1998)**, de 29 jun. 1998. Nova Iorque, 1998e.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 1190 (1998)**, de 13 ago. 1998. Nova Iorque, 1998f.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 1195 (1998)**, de 15 set. 1998. Nova Iorque, 1998g.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 1202 (1998)**, de 15 out. 1998. Nova Iorque, 1998h.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 1213 (1998)**, de 3 dez. 1998. Nova Iorque, 1998i.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 1219 (1998)**, de 31 dez. 1998. Nova Iorque, 1998j.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 1221 (1999)**, de 12 jan. 1999. Nova Iorque, 1999a.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 1229 (1999)**, de 26 fev. 1999. Nova Iorque, 1999b.

_____. _____. **Resolução do Conselho de Segurança 1268 (1999)**, de 15 out. 1999. Nova Iorque, 1999c.

_____. DEPARTMENT OF PEACEKEEPING OPERATIONS (DPKO). **Handbook on UN Multidimensional Peacekeeping Operations**. Nova Iorque, 2003.

_____. _____. **Angola – United Nations Angola Verification Mission I**. Disponível em <<http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/unavem1/unavemi.htm>>. Acesso em 01 fev. 2011a.

_____. _____. **Angola – United Nations Angola Verification Mission II**. Disponível em <<http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/Unavem2/Unavem2.htm>>. Acesso em 13 fev. 2011b.

_____. _____. **Angola – United Nations Angola Verification Mission III**. Disponível em <<http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/unavem3.htm>>. Acesso em 18 fev. 2011c.

_____. _____. **Angola – United Nations Observer Mission Angola**. Disponível em <<http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/Monua/monua.htm>>. Acesso em 25 fev. 2011d.

_____. _____. **Naciones Unidas: Mantenimiento de la Paz.** Disponível em: <[http:// www.un.org/spanish /Depts/dpko/dpko/](http://www.un.org/spanish/Depts/dpko/dpko/)>. Acesso em: 09 abr. 2010b.

_____. _____. **United Nations Peacekeeping Operations:** background note – Peace and Security Section of the United Nations Department of Public Information. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/bnote.htm>>. Acesso em: 05 set. 2012.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.
Angola: Perspectivas Econômicas na África. 14 p. Paris, 2005.

PAIXÃO, S. de R. B. da. **O impacto dos novos parâmetros adotados pela ONU para as operações de paz na tradição da Política Externa Brasileira.** 2008. Dissertação. (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

PANTOJA, S.; SARAIVA J. F. S. (Org.). **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 256p.

PECEQUILO, C. S. **Manual do Candidato:** Política Internacional. Brasília: FUNAG, 2009. 356 p.

PETROBRAS. **Petrobras no mundo – Angola.** Disponível em <http://www.petrobras.com/ptcm/appmanager/ptcm/dptcm?_nfpb=true&_pageLabel= petr _com_mundo_pais&idConteudoPrincipal=pais_00017> Acesso em 14 mar. 2010.

PIMENTEL, J. V. de S. **Relações entre o Brasil e a África subsaariana.** Revista Brasileira de Política Internacional, n. 43, p. 5-23. mai. 2000.

PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO). **Angola - Country profile of human development indicators.** Disponível em <[http:// hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/AGO.html](http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/AGO.html)> Acesso em 12 nov. 2010.

PUREZA, J. M.; SIMÕES, M. R.; JOSÉ, A. C.; MARCELINO, C. **As novas operações de paz das Nações Unidas – os casos de Angola, Timor Leste e Moçambique.** Oficina n°290. Coimbra: Oficina do CES, 2007.

RIZZI, K. R. **Relações Brasil-Angola no pós-Guerra Fria: os condicionantes internos e a via multilateral**. 2005. 134f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

ROCHA, G. H. **Análise da atuação do contingente brasileiro em Angola e sugestões para missões de paz futuras**. Trabalho de Conclusão de Curso (Altos Estudos Militares). Rio de Janeiro: ECEME, 2000. 57f.

SANTANA, I. de. **Notas e comentários sobre a dinâmica do comércio Brasil-África nas décadas de 1970 a 1990**. Revista Brasileira de Política Internacional, n. 46, p. 113-137. dez. 2003a.

_____. **O despertar empresarial brasileiro para o mercado africano nas décadas de 70 a 90**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 1, p. 139-195, 2003b.

SILVA, F. C. T. da. (Org.) et al. **Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 964 p.

SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute). **Transfers of major conventional weapons: sorted by supplier**. Deals with deliveries or orders made for year range 1980 to 2000. Disponível em < armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php>. Acesso em 30 nov. 2011

SKIDMORE, T. E. **Uma história do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 356p.

STAKE. R. E. **Case studies**. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.) Handbook of qualitative research. Londres: Sage, 2000. p. 435-454.

UNITED STATES INSTITUTE OF PEACE. **Peace Agreements Digital Collection – Lusaka Protocol**. Disponível em < http://www.usip.org/files/file/resources/collections/peace_agreements/lusaka_11151994.pdf> Acesso em 14 jan 2011.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Centro de Documentação 25 de abril. **O Acordo de Alvor**. Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon21>>. Acesso em 12 set. 2010.

WIGHT, M. **International Theory: The three Traditions**. Londres: Leicester University Press, 1991. 286p.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 248p.

APÊNDICE A - ROL INICIAL DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTAS

1. Qual a sua experiência pessoal e/ou profissional relacionada ao assunto em estudo?

2. No caso das operações de manutenção de paz da ONU em Angola entre 1989 e 1999 (UNVEM I, II e III e MONUA), como o Sr. avalia a receptividade da população local para com os integrantes brasileiros das operações? O Sr. acredita que o nível de receptividade possa ter contribuído de alguma forma para o estreitamento das relações econômicas e/ou militares Brasil-Angola? De que maneira?

3. No caso das operações em Angola, o Sr. considera que as atividades abaixo possam ter contribuído de alguma forma para as aproximações econômica e/ou militar entre Brasil e Angola:
 - a. Atuação da Companhia de Engenharia;
 - b. Trabalho dos oficiais de estado-maior e dos observadores militares e policiais;
 - c. Atuação do Batalhão de Infantaria;
 - d. Atuação do Destacamento de Saúde.

4. Dentre as iniciativas de aproximação econômica abaixo, o Sr considera que alguma possa ter sido influenciada pela presença dos brasileiros nas operações? De que maneira?
 - a. Estabelecimento de atos bilaterais com objetivos e/ou repercussões econômicas;
 - b. Transações comerciais em geral entre Brasil e Angola;
 - c. Cooperação Técnica prestada pelo governo brasileiro para Angola;
 - d. atuação das principais empresas brasileiras em Angola.

5. Dentre as iniciativas de aproximação militar abaixo, o Sr considera que alguma possa ter sido influenciada pela presença dos brasileiros nas operações? De que maneira?
 - a. Estabelecimento de parcerias de ensino militar;
 - b. Abertura de aditâncias militares;
 - c. Fornecimento de material bélico brasileiro para Angola;

d. Estabelecimento de iniciativas de cooperação militar.

6. O Sr. considera que a assunção de cargos de chefia nas UNAVEM e na MONUA, por parte de militares brasileiros, pode ter (ou poderia ter) contribuído para as aproximações econômica e/ou militar entre os dois países? De que maneira?

7. De maneira geral, o Sr acredita que a participação de militares e civis brasileiros em operações de manutenção de paz da ONU possa contribuir para a aproximação bilateral entre o Brasil e o País-sede da operação? De que maneira?

APÊNDICE B - EXEMPLO DE QUESTIONÁRIO

Sr _____,

Este questionário tem por finalidade colher subsídios para a elaboração de um trabalho de Doutorado, inserido no Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Militares, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

O título do trabalho é "**As relações econômicas e militares entre o Brasil e os países-sede das missões de paz da ONU com participação brasileira - o caso de Angola**" e o objetivo geral é "identificar as possíveis influências da participação brasileira em operações de manutenção de paz da ONU em Angola sobre as aproximações econômica e militar entre os dois países".

Por favor, responda às questões abaixo conforme sua experiência pessoal, ficando à vontade para acrescentar quaisquer comentários julgados pertinentes. O anonimato dos respondentes será respeitado no corpo do trabalho, sendo feitas apenas referências funcionais gerais, quando for o caso.

Questões propostas:

1. Que função relacionada ao assunto em estudo o Sr. desempenhou e em que período?
2. De maneira geral, o Sr acredita que a participação de militares e civis brasileiros em operações de manutenção de paz da ONU possa contribuir para a aproximação bilateral entre o Brasil e o País-sede da operação? De que maneira?
3. Como o Sr. avalia a receptividade da população angolana para com os integrantes brasileiros da UNAVEM III? O Sr. acredita que o nível de receptividade possa ter contribuído de alguma forma para o estreitamento das relações econômicas e/ou militares Brasil-Angola?
4. O Sr. considera que a assunção de cargos de chefia nas UNAVEM e na MONUA, por parte de militares brasileiros, pode ter (ou poderia ter) contribuído para as aproximações econômica e/ou militar entre os dois países? De que maneira?

5. No caso da UNAVEM III, o Sr. considera que as atividades abaixo possam ter contribuído de alguma forma para as aproximações econômica e/ou militar entre Brasil e Angola:

a. Atuação da Companhia de Engenharia (por exemplos, por meio da recuperação da infraestrutura viária e dos trabalhos de desminagem);

b. Trabalho dos oficiais de estado-maior e dos observadores militares e policiais (por exemplo, por meio do contato com as autoridades e a população locais);

c. Atuação do Batalhão de Infantaria (por exemplo, por meio da estabilização da situação de segurança interna de Angola);

d. Atuação do Destacamento de Saúde (por exemplo, por viabilizar a aproximação entre os militares brasileiros e a população local).

6. O Sr. considera que a presença dos brasileiros nas UNAVEM I, II e III e na MONUA possa ter facilitado de alguma forma a atuação das empresas brasileiras em Angola?

7. Em sua opinião, qual é a importância da Aditância Militar brasileira em Angola para a aproximação militar entre os dois países?

Por favor, acrescente qualquer outra informação que o Sr. julgue pertinente sobre o assunto.

Permaneço à disposição para prestar qualquer esclarecimento que se faça necessário, por meio do endereço eletrônico carlosvaz95@gmail.com ou do telefone (55 21) XXXX-XXXX.

Muito obrigado por sua colaboração.

Major Carlos Alberto Moutinho Vaz.